

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**JOSÉ DE ARIMATÉA MEDEIROS DA SILVA**

O NOVO PARADIGMA EDUCACIONAL

SALVADOR

2021

José de Arimatéa Medeiros da Silva

## **O NOVO PARADIGMA EDUCACIONAL**

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemary Segurado

Salvador

2021

## Ficha Catalográfica

DA SILVA, José de Arimatéa Medeiros

O novo paradigma educacional / Jose de Arimatea Medeiros da Silva. Salvador: FLACSO/FPA, 2021.

138 f.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, ano.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemary Segurado

José de Arimatéa Medeiros da Silva

O NOVO PARADIGMA  
EDUCACIONAL

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em

---

Profa. Dra. Rosemary Segurado  
FLACSO Brasil/FPA

---

Prof. Dr. Raimundo Miguel dos Reis Pereira  
Grupo de Estudos e Pesquisa Social – Universidade Estadual do Pará  
(UEPA)

---

Prof. Me. Derick Casagrande Santiago  
Curso de Estudos Brasileiros/ Fundação Escola de Sociologia e Política de  
São Paulo (FESPSP)

---

Profa. Dra. Tathiana Senne Chicarino/ Curso de Ciência  
Política/ Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)

Se é verdade que o gênero humano, cuja dialógica cérebro-mente não está encerrada, possui em si mesmo recursos criativos, inesgotáveis, pode-se então vislumbrar, para o terceiro milênio, a possibilidade de Nova criação, cujos germes e embriões foram trazidos pelo século XX: a cidadania terrestre. E a educação, que é ao mesmo tempo transmissão do antigo e a abertura da mente para receber o novo, encontra-se no cerne dessa nova missão.

(MORIN, 2011, p. 63)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, pela dádiva do conhecimento, e pela vida.

Agradeço à minha esposa, Andrea Batista, pela força, pelo amor e compreensão. Pelo estímulo nos dias mais difíceis.

Às minhas filhas: Jéssica Nadir, que cantarolava todas as madrugadas, enquanto eu tentava me concentrar; Thayanne e Themyle.

Ao camarada Múcio Magalhães, pelo empenho na minha filiação e confiança na minha contribuição militante.

Aos camaradas José Ronaldo e Varlindo Nascimento, pela ajuda nos momentos de dificuldades durante a jornada de estudo.

À Fundação Perseu Abramo pela iniciativa de proporcionar formação acadêmica à militância, qualificando-a para o enfrentamento político-ideológico.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosemary Segurado, pela paciência em me orientar nesta jornada de conhecimento.

Por fim, agradeço imensamente a todas e todos que de alguma forma contribuíram para o êxito deste trabalho.

## RESUMO

O avanço tecnológico revolucionou a informação de forma que a comunicação digital acompanhou a influência da internet nas mudanças substanciais da sociedade atual. Na atualidade surgem questionamentos sobre os fundamentos da escola diante do avanço tecnológico. A escola pós-moderna se utiliza da tecnologia em rede, articulando o ensino formal às práticas virtuais que mudaram o cotidiano das pessoas. Assim, o objetivo geral da investigação é investigar de que forma o desenvolvimento tecnológico influencia na educação das gerações. Considerando que a escola, na atualidade, ainda se mantém como instituição orientadora do ensino formal, a sociedade da informação, exige mudanças substanciais na relação entre escola e a sociedade pós-moderna. Assim, avaliar as concepções culturais desenvolvidas ao longo do tempo com o avanço tecnológico possibilita averiguar de que forma a escola ensina a reprodução material da sociedade capitalista. Dessa forma, desvendar as bases da escola reprodutora no Brasil passa pela expansão comercial europeia do século XV, que contribuiu globalizado. Além disso, investigar como a tecnologia em rede contribui com a educação na sociedade pós-moderna elucida a produção de novos conceitos oriundos do desenvolvimento tecnológico, que geram novos desafios para a educação. As iniciativas educacionais que envolvam mídias digitais no exercício docente e no uso da internet projetam mudanças substanciais da sociedade moderna. Na pós-modernidade, as novas formas de pensar, sentir e agir, configuram as relações culturais, sociais, políticas e educacionais, na medida que conteúdos educacionais fazem parte de um conjunto de informações que utilizam computadores ligados à rede mundial e as tecnologias da informação. Na atualidade, o uso de ambientes virtuais ocupa espaço no ensino formal.

**Palavras-chave: educação e tecnologia; sociedade da informação; práticas educacionais; educação no século XXI; paradigma educacional**

## **ABSTRACT**

Technological advances have revolutionized information so that digital communication has followed the influence of the internet in substantial changes in today's society. Currently, questions arise about the foundations of the school in view of technological advances. The post-modern school uses network technology, linking formal education to virtual practices that changed people's daily lives. Thus, the general objective of the investigation is to investigate how technological development influences the education of generations. Considering that the school, nowadays, is still the guiding institution of formal education, the information society requires substantial changes in the relationship between school and post-modern society. Thus, confirming the cultural conceptions developed over time with technological advances makes it possible to ascertain how the school teaches the material reproduction of capitalist society. Thus, unveiling the foundations of the breeding school in Brazil goes through the European commercial expansion of the 15th century, which contributed globally. Furthermore, investigating how network technology contributes to education in post-modern society elucidates the production of new concepts arising from technological development, which generate new challenges for education. Educational initiatives involving digital media in teaching practice and in the use of the internet project substantial changes in modern society. In post-modernity, new ways of thinking, feeling and acting, configure cultural, social, political and educational relations, as educational content is part of a set of information that uses computers connected to the world web and information technologies . Currently, the use of virtual environments occupies space in formal education.

**Keywords: education and technology; information society; educational practices; education in the 21st century; educational paradigm**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1. O DESENVOLVIMENTO E O SIGNIFICADO NO APRENDIZADO HUMANO</b>	<b>15</b>
1.1 A ideia de progresso e desenvolvimento cultural	19
1.2 O ensino formal na sociedade industrial	24
1.3 A mudança de paradigma	29
1.4 As identidades em tempos globais	35
<b>2. A ESCOLA: UMA INSTITUIÇÃO A SERVIÇO DO CAPITALISMO</b>	<b>45</b>
2.1 A relação histórica do capitalismo com a educação	46
2.2 A massificação da escola	50
2.3 O papel da escola capitalista	52
2.4 A revolução industrial	53
2.5 A escolarização do trabalhador moderno	61
<b>3. O BRASIL DO SÉCULO XXI E AS RAÍZES DO PASSADO COLONIAL</b>	<b>67</b>
3.1 O pensamento abissal na modernidade	70
3.2 Os direitos do homem	74
3.3 A instituição escolar no Brasil	76
3.4 As mudanças do ensino formal no Brasil	80
3.5 A escola progressista	83
<b>4. A REINVENÇÃO DO NOVO FUTURO</b>	<b>92</b>
4.1 O paradigma da pós-modernidade	96
4.2 As fake news e o assassinato de reputações	100
4.3 A ideologia neoliberal	102
4.4 Educação: incertezas e possibilidades pós-pandemia	108
<b>5. EDUCAÇÃO VERSUS CAPITALISMO NO SÉCULO XXI</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

Na atualidade, o avanço tecnológico revolucionou a informação na medida que a comunicação passou a utilizar recursos do sistema de algoritmos, influenciando no desenvolvimento da linguagem oral e escrita. A ciência moderna contribuiu com o desenvolvimento tecnológico e tornou possível a comunicação digital. Atualmente, o uso da internet influencia as mudanças substanciais da sociedade, potencializando novas formas de pensar, sentir e agir; alterações no desenvolvimento cultural e educacional que impactam diretamente no comportamento individual das pessoas. As relações sociais, políticas e econômicas, se desenvolvem considerando um conjunto de informações que utilizam computadores ligados à rede mundial.

**O problema e as hipóteses da pesquisa** guiam o caminho para responder ao seguinte questionamento: Qual o papel da escola diante do avanço tecnológico? Segue os desafios da escola pós-moderna na formação de aprendizes a distância, mediados pela tecnologia em rede. O ensino articulado com a prática virtual mudou o cotidiano das pessoas. As relações interpessoais são dadas pelas diferenças culturais e sociais, mediadas pela tecnologia em rede. O futuro aponta para a capacidade de inovar, rever as práticas educacionais do passado; e enfim, entender o educador como mediador, orientador do o aluno enquanto sujeito da sua própria formação.

**O objetivo geral** é investigar de que forma o desenvolvimento tecnológico influencia na educação das gerações. A pesquisa segue considerando as seguintes **hipóteses**: na primeira, a escola ainda se mantém como instituição orientadora do ensino formal na sociedade da informação; na segunda, na América Latina, o ensino ainda segue a herança do século XX, como modelo que reproduz a lógica do pensamento abissal; e por último, a produção do conhecimento útil, que alimentou a competitividade capitalista nos tempos modernos, contribuindo com o

desenvolvimento tecnologia e as mudanças substanciais na relação escola com a sociedade pós-moderna. Tais suposições considera as seguintes etapas na pesquisa, entendidas como os **objetivos específicos**:

- a) Investigar as concepções culturais, desenvolvidas ao longo do tempo, em virtude do avanço tecnológico;
- b) Averiguar de que forma a escola ensina a reprodução material da sociedade capitalista;
- c) Desvendar como a expansão comercial europeia do século XV contribuiu com globalizado;
- d) Por fim, Investigar como a tecnologia em rede contribui com a educação na sociedade pós-moderna.

A importância desse trabalho está no suporte das ideias que fundamentam a produção de conhecimento no campo da educação e tecnologia. O desenvolvimento de novos conceitos exige relacionar desenvolvimento tecnológico aos desafios da educação em cada época. A tecnologia da informação provocou as iniciativas educacionais que envolveram mídias digitais e o uso da internet no exercício docente, possibilitando mudanças substanciais na metodologia de ensino na sociedade moderna. Na pós-modernidade, as novas formas de pensar, sentir e agir, configuram as relações culturais, sociais, políticas e educacionais, na medida que conteúdos educacionais fazem parte de um conjunto de informações que utilizam computadores ligados à rede mundial. Hoje, a educação e a tecnologia são inseparáveis quando se pensa no desenvolvimento do conhecimento humano. Nas escolas, as atividades de ensino incorporam novas formas de ensinar e aprender, novos métodos mediados pelo processo educativo que se desenvolvem com a tecnologia em rede. Dessa forma, com as tecnologias da informação, o uso de ambientes virtuais ocupou espaço no ensino formal.

**A metodologia** adotada para a pesquisa seguiu com a consulta bibliográfica. A fundamentação histórica contribuiu para a estruturação dos conteúdos dispostos em quatro capítulos, sendo cada capítulo dividido em subtópicos. Neste caso, cada capítulo contribuirá com a conclusão geral, considerando um raciocínio específico.

## **Capítulo I (O DESENVOLVIMENTO E O SIGNIFICADO NO APRENDIZADO HUMANO)**

As aplicações das novas ferramentas da tecnologia da informação emergiram mediante os conflitos sociais da modernidade. As mudanças no modo de pensar vigente sugere seu esgotamento, embora os modelos educacionais anteriores ainda estejam sendo utilizados. O paradigma moderno emerge quando o avanço tecnológico evidencia novos fenômenos e possibilidades na aquisição do saber humano. No momento em que se criam as raízes modernas, as análises de Theodor Adorno sobre a indústria cultural revelam os efeitos do apogeu tecnológico que atingiram o campo das produções artísticas. Porém, o processo de revolução tecnológica avaliado por ele se difere do atual, a tecnologia em rede que propicia o acesso à informação virtual e estabeleceu a quebra do paradigma da modernidade. Um novo pensamento surge, dando vazão às interpretações da sociedade pós-moderna, trazida por Zygmunt Bauman. Segundo ele, trata-se de um novo estágio que “revela a internet e as redes sociais como detentoras dos poderes magnéticos que atraem multidões”; fatos que vinculam a ideia do desenvolvimento humano ao uso da tecnologia virtual. Apesar dos efeitos da tecnologia algorítmica sobre as relações sociais, segue a reflexão sobre o desenvolvimento da humanidade conforme o entendimento de Mário Sérgio Cortella, considerando que o sentido da existência humana se concretiza no “processo educacional de múltiplas formas”. Assim sendo, quando o estágio da mundialização avança com a velocidade informacional, Edgar Morin analisa a educação de acordo com seu entendimento sobre “a nova ordem multidimensional”. E, finalmente, as hibridações como fenômeno social, são canalizadas através das ideias de Nestor Garcia Canclini, na “lógica de oposição aos movimentos identitários”.

## **Capítulo II (A Escola: Uma Instituição Capitalista)**

A emergência da escola moderna enquanto instituição que reproduz as condições materiais da sociedade capitalista, submete a nova geração às exigências histórico-sociais da modernidade emergente. O papel institucional da escola projeta

a ideia hegemônica da sociedade capitalista e as contradições contidas no antagonismo de classes sociais. A origem da escola nos moldes capitalistas surge com a ascensão do capitalismo, e através das interpretações de Karl Marx, pode-se estabelecer a lógica da relação antagônica entre dominadores e dominados nas bases do ensino formal. Trata-se da nova base educacional que se diferencia de épocas anteriores, quando a sociedade feudal deixou de influenciar a vida rural sob a lógica educacional de servidão; quando a revolução industrial anuncia o fim das oficinas de artífices e aprendizes. Os teares sinalizam a modernidade, que mais adiante, Rosa Luxemburgo apresentará como um progresso baseado na acumulação de capital, abrindo espaço para as análises do ensino voltado para a produção em série. No advento da indústria moderna, a ciência projeta a sociedade com base nos métodos científicos, tendo a história como fonte analítica, de onde Eric Hobsbawm projeta seu entendimento sobre o passado e o presente. Para ele, quando se interpreta o impacto de uma dupla revolução, a política na França e a econômica na Inglaterra, se percebe que o progresso está relacionado à organização do trabalho sob a lógica taylorista. Uma lógica da produção em série, que Acácia Zeneida credits à escola a preparação dos gerentes que irá conduzir os negócios da burguesia. A indústria operou transformações nos setores da vida humana antes da Primeira Guerra Mundial, pouco antes do início da fase da tradição militar do século XIX, entendido por Karl Polanyi “como fase do poderio industrial do Império Alemão”, que teve seu fim na Segunda Guerra Mundial. O pós-guerra e o fortalecimento dos estados nacionais se tornam determinantes para o aprofundamento do capitalismo global. O poder estatal, que Louis Althusser registra como aquele poder que se fundamenta nos aparelhos institucionais, insere a escola no espaço para projeção da ideologia dominante nos sujeitos, expressa sob a lógica da universalidade capitalista.

### **Capítulo III (O BRASIL DO SÉCULO XXI E AS RAÍZES DO PASSADO COLONIAL)**

A expansão territorial do século XV direcionou a cultura europeia às Américas. Raimundo Faoro debate o tema entendendo que os conflitos sociais da

época despertaram o interesse pela posse de novas terras. A expansão ultramarina registrou uma historicidade social que se encontrava numa dinâmica de mudança no universo europeu, recorte histórico que Boaventura de Souza Santos vai refletir mediante a lógica do pensamento abissal. Trata-se das configurações ocidentais impostas na América Latina sobre a lógica do dever, da obediência aos interesses da Europa. Para Bobbio, a democracia europeia passou pelo desenvolvimento histórico que conduziu as determinações do tolerável e do intolerável como princípios de sua sociedade civilizada. E, nas possessões coloniais, se aplicou o pluralismo e o relativismo cultural, na medida em que uma cultura procura submeter a outra. O processo de dominação colonial no Brasil contou com o apoio do ensino religiosos, que Luiz Felipe de Alencastro vai relatar sob a lógica da concepção “pós-tridentina”, introduzida como método pedagógico pela companhia de Jesus. Após a independência do Brasil, Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier vai retratar a criação das escolas primárias no país. E afirmar que, historicamente, os educadores brasileiros instituíram o ensino tradicionalista considerando as ideias da Escola Nova, que posteriormente foi questionado pela pedagogia freireana na década de 1960, quando Paulo Freire se destacou com sua pedagogia, considerada por muitos estudiosos como uma pedagogia de superioridade epistemológica e científica.

#### **Capítulo IV (A Reinvenção Do Novo Futuro)**

No século XXI, as preocupações se voltam para a preservação da vida. As preocupações com meio ambiente se destacam nos debates sobre as condições climáticas no mundo. As ameaças da destruição humana estão por toda parte; seja através ameaça nuclear ou biológica; seja pela presente atualidade no enfrentamento à pandemia, provocando desconfiança e medo entre os que se utilizam dos recursos comunicativos disponíveis, advindos da escalada tecnológica crescente. A introdução do trabalho remoto veio sob o entendimento das medidas preventivas contra a Covid 19; das medidas que contaram com a atualização digital voltadas às necessidades profissionais, e também, com os dispositivos da revolução tecnológica informacional da fase pós-moderna. Muito antes, no século XVIII, quando a indústria Latino Americana ainda seguia a lógica da ideologia moderna, a

cultura das grandes cidades dispunha apenas da tecnologia de radiodifusão para articulação dos interesses locais e fortalecimento dos Estados nacionais. Antes, em meio a tantos conflitos, a tecnologia analógica era a responsável pelas necessidades de comunicação cotidiano das pessoas; agora, a tecnologia digital ordena o novo sentido de progresso. Atualmente no Brasil, o espaço virtual só passou a ter destaque a partir de 1990, bem depois que os protocolos centrais da internet foram criados. Segundo Rosemary Segurado, a internet se diferencia dos outros meios de comunicação por suas características próprias de interatividade. Porém, o que está em jogo é a liberdade de expressão e comunicação, diante dos debates sobre a “regulação plantel dos conteúdos que circulam nas redes sociais”. O fenômeno da desinformação é uma realidade prejudicial à ciência, que nos últimos tempos foi alvo de Fake News. Na pós-modernidade, as redes sociais se prestam ao compartilhamento de mensagens falsas, realidade que Patrícia Campos Mello denuncia como “linchamento virtual”. Trata-se de ataques cibernéticos que atentam contra a democracia, incluindo o aliciamento de crianças, uma atitude criminosa comandada por uma espécie de milícia virtual, com o propósito de atacar pessoas para provocar intimidação online. Nos últimos anos, a oferta de internet contou com as operadoras de telefonia móvel que, de acordo com Castelli, são os operadores dos mecanismos que aceleram os fluxos comunicacionais mundo afora, promovendo a dinâmica social através das possibilidades discursivas. E, que hoje, por meio da tecnologia digital, estabelece uma relação entre as áreas de comunicação e da educação, garantidos com a Educomunicação.

# CAPÍTULO I

## A EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

### 1. O DESENVOLVIMENTO E O SIGNIFICADO NO APRENDIZADO HUMANO

Desde sempre, o mundo se relaciona com concepções produzidas culturalmente, que revelam considerações oriundas da revolução científica e tecnológica. Na contemporaneidade, o processo histórico novas concepções humanas quanto à aplicação das novas ferramentas disponíveis se materializa através do desenvolvimento da tecnologia informacional, no momento em que estabeleceu novas relações humanas, impulsionada pelos conflitos sociais na modernidade.

Todas as mudanças no modo de pensar vigente sempre acompanharam o rompimento com o pensamento do passado, a revolução no modo de organizar as ideias, historicamente, sempre culminou na mudança de paradigma. A partir da reorganização do pensamento anterior, surgem alterações na difusão cultural e novas expectativas referentes ao destino do homem. Considerando os aspectos da modernidade, é inegável que a imprensa, juntamente com outras instituições ortodoxas, emergiu como protetores da informação. O que dava sentido ao resguardo de conteúdos, atualmente, pode ser entendido como mediador que dificulta a disseminação de conhecimento, um entrave ao aprendizado humano através de sua vigilância sufocante. Na pós-modernidade, a humanidade pode experimentar um salto qualitativo considerando que os avanços tecnológicos na informação promoveram um momento das conexões em rede; momento que

possibilitou o uso da internet, que trouxe consigo novos fenômenos e projetos que tornam acessível a aquisição de novos saberes.

Atualmente, a variedade de assuntos e temas distintos estão disponíveis com mais facilidade de acesso que antes, uma notável velocidade para acessar a informação nunca antes vista na história, propiciados pela revolução tecnológica e pelos diversos questionamentos provenientes das possibilidades do aprendizado em rede. São questões correlatas com o passado mais recente, voltadas para a teoria do conhecimento humano, que inclui o pensamento futurista sobre os novos pressupostos do contexto social, cultural e político vigentes. E, nesta perspectiva, as formas de organizar o conhecimento inclui a educação em duas dimensões. A primeira está em correspondência com o mundo político, filosófico e socioeconomicamente determinado; interagindo com os novos valores, percepções e práticas partilhadas, na pós-modernidade. A segunda, do ponto do Estado moderno; e especificamente do ponto de vista institucional, a escola e as novas concepções sobre o seu papel para as gerações futuras.

De acordo com Adorno (2016), as mudanças de paradigma sempre ocorrem como pré-condição do progresso. Discutir seu significado explica o processo que atingiu o estágio da pós-modernidade, implicando necessariamente tratar a modernidade como uma etapa anterior do desenvolvimento histórico. Da mesma forma, entende-se que o paradigma pré-moderno foi a base que introduziu a modernidade, a lógica do passado ajudou nos alicerces que fincaram o novo presente. A emergência da modernidade trouxe consigo a diferenciação técnica e social, que Theodor Adorno explica considerando “a extrema especialização, por meio do desenvolvimento tecnológico aplicado à indústria cultural”. De acordo com sua lógica, é possível entender que o paradigma moderno trouxe consigo uma personalidade própria que se instalou para organizar e planificar sua difusão técnica entre os poucos centros de recepção e difusão. Suas análises descrevem que a técnica desenvolveu uma racionalidade que se prestou à dominação de caráter repressivo. Fala-se no poder da Indústria cultural, no seu caráter alienador para alcançar a estatização através da produção em série, em função da economia contemporânea. Segundo ele: “A cultura contemporânea a tudo confere um ar de

semelhança. Cada setor se harmoniza em si e em todos entre si.” (ADORNO, 2016, p.7).

As manifestações estéticas, mesmo a dos antagonistas políticos, celebram da mesma forma o elogio do ritmo do aço. As sedes decorativas das administrações e das exposições industriais são pouco diferentes nos países autoritários e outros. Os palácios colossais que surgem por toda a parte representam a pura racionalidade sem sentido dos grandes cartéis internacionais e que já tendiam a livre iniciativa desenfreada, que tem, no entanto, os monumentos nos sombrios edifícios circundantes - de moradias ou negócios - das cidades desoladas.

De acordo com este entendimento, aquela realidade trazida pela cultura contemporânea, e apresentada por Adorno, trouxe consigo uma racionalidade que conferiu o projeto da tendência objetiva da época, algo que pode ser interpretado como a emergência do planejamento educacional moderno, sob o ponto de vista da disseminação da cultura de massa. De acordo com (ADORNO, 2016), a ação dos monopólios culturais dependia dos setores industriais do aço e petróleo, e também, dos setores elétrico e químico. No horizonte da modernidade, quando a eletricidade promoveu a instalação da sociedade radiofônica, o cinema passou a ser financiado por bancos, atraindo outros setores economicamente dependentes e organizados por diversas firmas comerciais. A sociedade moderna dos recursos técnicos proporcionados pela tecnologia industrial instalada da época. A unidade da Indústria cultural conseguiu projetar sua política com distinções enfáticas entre filmes e histórias, através de revistas, e do ensino de consumidores culturais padronizados.

Não se sabe ao certo até que ponto o passado pôde profetizar o futuro; mas, sabe-se que o presente traz consigo as referências dos fatos incontestáveis do passado. Se antes, a indústria cultural em consonância com o apogeu do desenvolvimento tecnológico daquela contemporaneidade, descrita por Adorno, implantou mudanças; agora, é possível projetar, no advento da revolução informacional, que o futuro se apresenta como incerto, mas já começa a apresentar seus contornos no presente (ADORNO, 2016). Para Zygmunt Bauman, a sociedade “pós-moderna” traz consigo características peculiares, justificado pelo desenvolvimento tecnológico das conexões em rede. De acordo com Bauman (2008), as redes sociais deixaram de ser “o próximo grande sucesso do momento” para se transformarem “no sucesso do momento”. Tais palavras se referem aos sites

que se multiplicaram na internet nos últimos tempos. Seu entendimento considera o crescimento das redes sociais, e através do termo “modismo da internet”, explica o fenômeno crescente de acesso a novos sites; um crescimento evidenciado por seus “poderes magnéticos e momentâneos que atraindo multidões”. Na atualidade os adolescentes “são treinados na arte de viver numa sociedade confessional” (BAUMAN, 2008, p. 9 e 10). E mais,

[...] uma sociedade notória por eliminar a fronteira que antes separava o privado e o público, por transformar o ato de expor publicamente o privado numa virtude e num dever públicos, e por afastar a comunicação pública qualquer coisa que resista a ser reduzida a confidências privadas, assim como aqueles que se recusam a confidências-las.

Segundo Bauman, atualmente, a escola passou a ser o centro de propagação das redes sociais na medida em que os recursos eletrônicos de ponta proporcionam acesso aos usuários que acreditam exercer a individualidade, a liberdade de escolha como expressão da rebeldia e auto afirmação juvenil. Também denuncia o pânico entre pais e professores diante do comportamento da nova geração de alunos, jovens estudantes que provocam reações nervosas, motivando diretores de escolas a interditar o acesso a sites indesejáveis. Todavia, uma reação incompatível com a realidade atual, considerando o fato de que grande parte da vida social já acontece mediada eletronicamente pelo computador, ipod ou celular. Na “pós-modernidade”, os computadores são os novos instrumentos que simbolizam a era digital, época em que a escola se encontra desafiada a utilizar as ferramentas virtuais como instrumentos para o ensino pedagógico, em meio às motivações do sistema cibernético da cultura promovido pelo mercado (BAUMAN, 2008).

E se justifica com o entendimento de que o impulso à vida eletrônica já se tornou anseio singular, puramente geracional e relacionado ao adolescente “ávido para acessar a rede e fazer confissão pública sobre sua intimidade”. Dessa forma, expor a vida interior de cada pessoa, num palco público ou pelas telas de TV, torna-se uma necessidade imperativa entre os jovens. Atualmente, os adolescentes são considerados “aprendizes condicionais na sociedade em rede”, expositores de sua “nudez física, social e psíquica”, exibem publicamente suas intimidades revelando sua privacidade como um dever público (BAUMAN, 2008).

## 1.1 A ideia de progresso e desenvolvimento cultural

De acordo com Bauman (2008), na sociedade moderna, a educação se deu por meio da cultura padronizada, uma herança trazida à "pós-modernidade", interpretada por Bauman como uma sociedade de consumidores. Atualmente, os adeptos da vida digital desfrutam dos recursos virtuais no momento em que as redes sociais passam a influenciar na ação do homem. De acordo com Cortella (2011), a ação do homem explica o "significado do ser humano". Para Mário Sérgio Cortella, o significado de humanidade está no processo que gera o conhecimento, intimamente ligado ao desenvolvimento cultural. Hoje, com tal ideia, é possível traçar um paralelo do seu pensamento relacionado à educação na sociedade conectada. Considerando que o mundo humano consiste dos valores, crenças e regras historicamente determinados, as "múltiplas formas do conhecimento" orientam o homem na vida social e política, através dos conflitos, da conservação e inovação dos valores e conhecimentos. Segundo Cortella:

A indagação sobre nós mesmos, a razão de sermos e de nossa origem e destino, isto é, o sentido da nossa existência, é, de fato, um tema presente em toda a História; mesmo em tempos atuais, quando a Ciência atingiu patamares impressionantes de inventividade e variedade, a resposta parece, contraditoriamente, afastar-se cada vez mais. (CORTELLA, 2011, p. 25).

Segundo Cortella (2011), as reflexões sobre o sentido da existência humana apresentam a principal característica do conhecimento, sendo o pensamento a expressão inesgotável no processo de conhecimento. Para Cortella, o homem sempre está inserido num ambiente cultural, historicamente desenvolvido na vida social. E, através da vida social, o homem produz os conhecimentos necessários ao seu entendimento, à sua averiguação e interpretação da realidade. E só, posteriormente, quando as bases fundamentais para seu entendimento da realidade estão postas, passa a ser produzida culturalmente. O entendimento dos homens sobre a realidade que se apresenta carrega as características de sua humanidade, com potencial e aptidão para desenvolver e transmitir o conhecimento através da educação multidimensional

Trata-se da sobrevivência apoiada no conhecimento sobre a natureza

terrestre, sobre valores culturais e as hierarquias das coisas. Tudo está inserido na interpretação dos acontecimentos que dão sentido à vida humana; das revelações que dão significado e direção, sob uma dupla acepção que propiciou a existência humana considerando as bases estruturais e culturais da sociedade. A princípio, numa perspectiva, é válido entender a educação através do desenvolvimento cultural voltado à relatividade dos símbolos e valores, que ganha sentido em determinado grupo social, num determinado lugar e tempo histórico. Assim sendo, o homem orienta-se pelas experiências e interesses próprios, sejam conscientes e, até mesmo, inconscientes. Por outro lado, a vida social e política inclui a conquista e manutenção do poder pela apropriação dos ideais que reproduzem a sua existência inseridos num determinado grupo social (CORTELLA, 2011)

De acordo com Cortella (2011), os grupos sociais interferem no comportamento da sociedade e no seu caráter quando o comportamento social é questionado pelo poder sócio-político e econômico, encarregado do convencimento ou imposição. No advento da modernidade, a criação das instituições sociais promoveram a inovação dos valores e conhecimentos existentes. O paradigma pré-moderno trouxe a base conservadora que se chocou com o pensamento modernizador. O paradigma moderno surgiu e impôs o seu pensamento quando se tornou responsável pelos conflitos oriundos das mudanças no processo educativo anterior. A princípio, a modernidade trouxe um arranjo social que questionou as bases do aprendizado oferecido apenas pela família, igreja e pelo do trabalho; posteriormente, quando o ensino institucional, através da escola e dos métodos científicos, se voltou à heterogeneidade social, os métodos pedagógicos foram direcionados à inserção na vida coletiva. Assim, o pensamento inovador quando surge se contrapõe ao conservador, na medida que o novo projeta uma consciência dos valores diferente dos conhecimentos decorrentes da sucessão de ocorrências existenciais anteriores.

De acordo com Morin (2011), o final do século XX propiciou o atual estágio de mundialização. Na mesma lógica de Edgar Morin, atualmente a tecnologia em rede circula informações sobre a complexidade do mundo. Com a internet novas possibilidades inteligentes impactam diretamente o espaço jornalístico, tanto no modo quanto nas possibilidades de se transmitir a informação. Atualmente, o antigo

modo transmitir o pensamento sofre as consequências da velocidade informacional, da transmissão cada vez mais rápida do conhecimento humano. O mundo se tornou menor quando pensado em sua globalidade, através das ferramentas virtuais disponíveis. Segundo os dizeres de Morin, a nova ordem exige uma nova relação “multidimensional”, promovida pelo contexto global e complexo. E dessa forma afirma: “É a complexidade (a cadeia produtiva/destrutiva das ações mútuas das partes sobre o todo e o todo sobre as partes) que apresenta problema” (MORIN, 2011, p. 56).

Necessitamos, desde então, conceber a insustentável complexidade do mundo, no sentido de que é preciso considerar, a um só tempo, a unidade e a diversidade do processo planetário, suas complementaridades, ao mesmo tempo que seus antagonismos. O planeta não é um sistema global, mas um turbilhão em movimento, desprovido de centro organizador.

A educação do futuro deve desenvolver sua identidade própria, uma consciência contemporânea, condizente com a era da comunicação digital. De acordo com as palavras de Morin, a modernidade traz as raízes do passado histórico recente para apresentar seu novo estágio de desenvolvimento, a "era planetária". A dominação do ocidente europeu sobre o resto do mundo veio através de guerras e conquistas; e também, trouxe graves consequências para as Américas na medida que implantou a escravidão catastrófica no continente. Porém, o aporte da civilização que se aventurou na exploração dos novos continentes levou consigo armas, técnicas e a indústria, algo completamente desconhecido pelas civilizações subjugadas. As concepções que favorecem o fluxo migratório dos europeus propiciaram o progresso econômico, o desenvolvimento das comunicações, e a inclusão dos novos continentes ao mercado mundial (MORIN, 2011).

O mundo se completa cada vez mais quando o todo inclui nações, povos e indivíduos, todos integrados como agente das informações no universo. Quando o europeu resolveu se aventurar no circuito planetário em busca de conforto, realidades diferentes se apresentavam e distinguiam os povos subjugados entre africanos, asiático e sul-americanos. A expropriação territorial concedeu ao estrangeiro os principais motivos para submeter toda uma população nativa ao cotidiano adverso, agravado pela integração ao comércio global e as consequências oriundas das flutuações do mercado mundial. A mundialização proveniente do

Ocidente se sucedeu através do processo que acompanhou o desenvolvimento da monocultura industrial e expulsou o camponês para os centros urbanos. Desde então, os antagonismos encontram-se presentes entre pares como laicização e religião; modernidade e tradição; democracia e ditadura; ricos e pobres. E assim se sucederam os maiores conflitos em lados opostos, Oriente versus Ocidente, ou Norte contra o Sul; conflitos que corresponderam aos interesses estratégicos e econômicos das grandes potências, voltadas à exploração e ao lucro. As rivalidades e negação de toda ordem criaram a “divisão do tecido planetário único” em fragmentos divididos entre Estados (MORIN, 2011).

O século XXI trouxe consigo a herança dos séculos anteriores, o significado da evolução humana responsável por duas guerras mundiais que produziram milhões de mortos. Os campos de batalha e concentração compuseram o palco dos intentos nazistas, agravados pelo desenvolvimento das armas químicas que atentaram contra a vida humana. Porém, mesmo com o fim da guerra, a ameaça ainda continua crescente, proporcional à tecnologia aplicada para produção da bomba atômica e ao seu potencial de autodestruição que ameaça a marcha da humanidade na atualidade (MORIN, 2011).

O perigo atua em duas dimensões; por um lado, existe a possibilidade da morte ecológica, oriunda das emanações do desenvolvimento técnico-industrial e urbano, que degradam a biosfera e ameaça envenenar o ambiente vivo. Por outro, as forças biológicas que também ameaçam a humanidade ao suicídioda, como vírus e bactérias que se revelam incontroláveis no presente, ou quando retornam mais resistentes aos tratamentos utilizados no passado recente. Além disso, a solidão e a angústia que se multiplicam entre as almas humanas, reforçando ainda mais a ideia sobre a morte da modernidade e com ela, também, da crença Ocidental do progresso infinito no conjunto da ciência e da razão. Para Morin, se o progresso da modernidade não conduz ao “porvir radiante”, se o triunfo da democracia não está assegurado em definitivo, então a fé incondicional na ciência e na modernidade está morta. Porém, ainda há esperança (MORIN, 2011).

Se é verdade que o gênero humano, cuja dialógica cérebro-mente não está encerrada, possui em si mesmo recursos criativos, inesgotáveis, pode-se então vislumbrar, para o terceiro milênio, a possibilidade de Nova criação, cujos germes e embriões foram trazidos pelo século XX: a cidadania terrestre. E a educação, que é ao mesmo tempo transmissão do antigo e a

abertura da mente para receber o novo, encontra-se no cerne dessa nova missão. (MORIN, 2011, p. 63).

E conclui avaliando que a herança passada: as reações das forças contrárias às correntes dominantes, esperanças revolucionárias do século XX podem renascer e reivindicar solidariedade e responsabilidades no século seguinte. Todas as correntes de pensamento prometem ampliar-se ao longo do século XXI e constituir muitos focos de transformação, amplo o suficiente a ponto de se tornar global, que retroagirá com as transformações individuais do presente (MORIN, 2011).

Novas dinâmicas sugerem novos conceitos e exigem a reformulação de outros. Atualmente, é preciso pensar em novos termos como forma de expressar relações mais precisas sobre identidade, desigualdade e multiculturalismo. O pensamento que representa a pós-modernidade exige o desenvolvimento de novos conceitos para expressar o que se estabelece com as relações entre tradição e modernidade. É neste sentido que Néstor Garcia Canclini, apresenta o significado do híbrido nas ciências sociais; suas considerações trata dos intercâmbios entre sociedades e da relação entre local e global. Para (CANCLINI, 2019), historicamente, o termo corresponde a ausência de pureza na medida que foi usado para explicar o que se sucedeu durante a expansão europeia em direção à América. E desde então, no princípio da modernidade, o termo híbrido passou a ser utilizado cientificamente para explicar os fenômenos sociais advindas da coexistência entre expressões das linguagens cultas e populares.

Contudo, de acordo com (CANCLINI, 2019), no final do século XX, houve uma ampliação do conceito de hibridização para diversos aspectos culturais. E, atualmente, é possível utilizá-lo para descrever as quebras dos vínculos coloniais, advindos do processo de globalização. Hoje, o hibridismo explica as relações do ocidente com as tradições periféricas. Como fenômeno social, a palavra inova a noção científica para explicar os conflitos gerados pela “interculturalidade” em detrimento de projetos nacionais de modernização na América Latina. A ampliação da oferta de bens gerada pelo movimento de globalização propõe uma convivência “multicultural criativa”.

## 1.2 O ensino formal na sociedade industrial

De acordo com Canclini (2019), a escola pública surgiu para responder às necessidades da revolução Industrial. Naquela época, a grande concentração de massa operária tomou o subúrbio das cidades, onde as fábricas empregavam famílias inteiras e as submetiam ao trabalho exaustivo. A jornada excessiva em locais insalubres fazia parte do ambiente fabril nos centros urbanos, onde amontoava pessoas com baixa remuneração, em contraste com outras, desempregadas, à espera de postos de trabalho.

A lógica de Canclini (2019) explica o surgimento da consciência de classe durante o desenvolvimento do sistema de produção em massa, com a cultura mercantil da força de trabalho e com a compra de mão-de-obra barata. Os explorados se submetiam ao poder industrial, que subjugava a grande massa suburbana, e que impedia qualquer tipo de organização que significasse enfrentar o sistema opressor da indústria. Assim como a atividade sindical, a educação das classes inferiores alardeava a subversão social, temores de que a escolarização dos adultos não viesse a contribuir para a pacificação social. Porém, a generalização escolar atendia a nova ordem industrial, que necessitava de aptidões humanas sincronizadas com trabalho repetitivo, diferente das habilidades exigidas pela atividade rural e bucólica, no passado recente. Na segunda década do século XIX, boa parte da população europeia vivia nas zonas rurais trabalhando na agricultura, uma resistência às mudanças promovidas pelo projeto modernizador e as tendências do mercado consumidor que emergiram.

As sociedades modernas necessitam ao mesmo tempo da *divulgação* - ampliar o mercado e o consumo para ampliar a margem de lucro - e da *distinção* - que, para enfrentar os efeitos massificadores da divulgação, recria os signos que diferenciam os setores hegemônicos. (CANCLINI, 2019, p. 37).

Assim, a produção industrial trouxe à tona um novo tipo de homem, adaptado às exigências da produção industrial. E, através da escola, o ensino massificado proporcionou adequação à civilização industrial, fixando as bases do sistema educacional que conservou os elementos retrógrados da sociedade pré-industrial

européia, em contraste com a ideia geral do modelo industrial vigente. A escola passou a concentrar aglomerações de estudantes prontas para o processamento do professor na produção do conhecimento, em conformidade com o ambiente fabril. Também, na medida do desenvolvimento da hierarquia educacional, implantou-se o modelo administrativo da burocracia Industrial, as normas rígidas nas classes, e o papel do professor como autoridade, como sendo as credenciais de ensino, modelo introduzido pelo ensino massificado (CANCLINI, 2019)

No presente, ainda na mesma lógica de Canclini (2019), os novos planos direcionados ao ensino escolar antecipavam o futuro que os alunos haveriam de encontrar na vida ativa. A modernização no modelo de ensino, inspirado nas fábricas, projetava uma atmosfera de elementos e significações inscritas no currículo oficial da escola pública. Assim, a escola pública nasceu e desenvolveu os elementos representativos da cultura industrial, a sincronização ligada à concentração de pessoas em edifício fechado, com sala de aulas separadas por idade e com professores e alunos se relacionando através da hierarquia burocrática. Além disso, o currículo promovia a divisão disciplinar por professor, e com isso, a fragmentação do conhecimento, divisão do conhecimento global por disciplina, pelas credenciais específicas do profissional de ensino responsável pelo futuro dos empregados do Estado.

De acordo com Jessé de Souza, quando as máquinas industriais foram incorporadas aos novos métodos de trabalho, a transformação da matéria-prima seguiu com complexo processo de produção, exigindo a divisão de funções. Para Jessé de Souza (2020), "grandes proprietários aprenderam a lição e passaram a agir como classe unificada" (SOUZA, 2020, p.130). Quando a técnica industrial é aplicada a produção, a operação fabril desenvolve etapas que levam ao resultado final como soma das tarefas parciais à materialização do produto utilitário. Todo o processo passou a ser avaliado pelo tempo, uma racionalidade aplicada ao custo e a qualidade tinha o objetivo garantir a rentabilidade do produto antes de ser colocado no mercado. As técnicas de medição objetiva se encarregaram de fornecer os instrumentos básicos para garantir a qualidade desejada do produto final, uma mercadoria aceitável aos padrões de consumo, caso contrário, haveria a necessidade de reciclar, desde que fosse rentável, para não ser destruída.

Na escola se seguia essa mesma analogia, na medida que considerava o aluno como matéria bruta, que deveria ser submetido à ação do professor através de métodos educativos desenvolvidos por especialista, e não pelo professor, com base na gestão eficiente. Quando o ensino formal incorporou a lógica industrial, a técnica educativa considerou o objetivo final, alcançado pela soma das etapas parciais e tangíveis, medidos pelo valor do cientificamente verdadeiro pelo método factível. Neste processo, são avaliados os custos considerados necessários para elevar a qualidade no ensino por alunos. Dessa forma, com ênfase no observado, o currículo tem caráter instrumental, justificado pela busca da eficiência na consecução dos objetivos (SOUZA, 2020, p.130).

E, de acordo com Adorno (2016), a indústria cultural também reflete a mesma lógica, quando projeta um sistema que inclui filmes e rádios com os procedimentos que os destacam como produtos mecanicamente diferenciados. A televisão surge no período em que o rádio e o cinema se destacaram como os principais veículos de difusão simbólica e estética, difusão massificada que registrou o triunfo da Indústria cultural. Os veículos de comunicação difundiam a informação através do processo de trabalho que integrou todos os elementos da produção industrial na trama e seus efeitos de sonoridade. A unidade de produção trouxe consigo os mecanismos que ajudavam a manipulação e imposição social pelas agências da Indústria cultural. O esquematismo da produção na arte implantou o idealismo que advém da consciência da diretoria de produção. A indústria cultural se desenvolveu com a primazia dos efeitos, da performance tangível, do particular técnico sobre a obra.

A educação social passa pelo crivo da Indústria cultural. A experiência do espectador cinematográfico presencia a reprodução exata do mundo percebido cotidianamente, através do critério da produção. Trata-se da duplicação dos objetos empíricos, vividos pelo cotidiano social, através da técnica, que faz crer o mundo de fora como simples prolongamento do que se vê no cinema. É um processo de reprodução mecânica que paralisa qualquer capacidade crítica pela sua constituição objetiva. Os filmes cinematográficos são feitos de modo que sua apreensão adequada exige rapidez de percepção, capacidade de observação e competência específica, vetando qualquer atividade mental do espectador, se não quiser perder os fatos que rapidamente se desenrolam à sua frente. É uma tensão automática

para reprimir a imaginação. O universo do filme absorve de tal maneira que impossibilita o acréscimo de qualquer coisa fora do ato de exibição. Assim, a violência da sociedade industrial foi medida, também, pelo consumo dos produtos que ofereciam distração. A indústria cultural trouxe o modelo que possibilitou sua integração ao gigantesco mecanismo econômico, que desde o início mantém tudo sob pressão, desde cada filme sonoro, ou cada transmissão radiofônica, pode-se deduzir e perceber a existência dos agentes incumbidos de impedir que a simples reprodução do espírito não conduza à reprodução do homem diferente do que já foi produzido por toda a indústria cultural (ADORNO, 2016).

A lógica e a estabilidade do sistema produtivo industrial marcou o desenvolvimento do século XX. Porém, a sociedade sofreu as consequências da Guerra Fria e da corrida espacial, que influenciou no comportamento da escola moderna.

A posição de poder da União Soviética ao final Segunda Guerra Mundial, da qual saiu como a grande vencedora contra o fascismo, além do quadro generalizado de pobreza e destruição, havia fortalecido todos os partidos comunistas europeus. (SOUZA, 2020, p. 131).

De acordo com Souza (2020), após a Segunda Guerra Mundial, a humanidade experimentava a explosão informacional na cibernética, impulsionada pelos dois grandes blocos políticos responsáveis pela mudança na maneira de encarar o mundo e a si próprio. Nas décadas seguintes, precisamente a partir da década de 1950, o marco do desenvolvimento das tecnologias armamentista e a supremacia na corrida espacial influenciaram os currículos escolares, que sofreram adaptações necessárias à disputa simbólica entre Estados Unidos e União Soviética.

A educação seguia com a teorização da qualidade dos sistemas de ensino, orientada pela reformulação curricular que inseriu mudanças na prática do ensino escolar. Os novos pressupostos para a gestão científica do ensino foram alinhados com os novos objetivos e proposições que fundamentam conteúdos com de atividades dirigidas e passível de avaliações. As novas teorias emergiram quando a fase do toyotismo inseriu seus propósitos a fim de superar a racionalidade tyleriana do modelo fabril anterior, mas a racionalidade técnica e sua relação entre processamento e produto continuaram com sua ênfase na produtividade. Porém, o

formato de taxonomia dos objetivos pedagógicos não trouxeram o espírito crítico desejável (SOUZA, 2020).

Contudo, seguindo a lógica do Souza (2020), o fenômeno Sputnik não foi suficiente para superar a obsolescência das instituições de ensino vigente durante a guerra fria. A consciência da mudança só veio acontecer quando o ambiente escolar apostou na formação docente e nas melhorias no sistema de avaliação escolar; quando tal espírito trouxe os fundamentos e a prática que se cristalizaram nos anos de 1980, com diferenças significativas daquelas que muitos professores ainda trazem consigo para a atualidade. Dessa forma, a corrida espacial não trouxe alterações significativas na organização do sistema de ensino, de forma que o velho sistema de produção em massa prevaleceu, exceto na formação de professores e pequenas modificações nas áreas das ciências, principalmente na matemática. Em 1957, a crise curricular abalava os Estados Unidos e a sensibilidade do sistema fabril. A evolução tecnológica precipitou o futuro social com aceleração exponencial da realidade autêntica, que se desenrolava fora dos muros atrasados da escola.

De acordo com George Gilder, num primeiro momento, a utilização dos computadores pedagogicamente só foi possível quando a matemática concedeu as bases da linguagem de máquina. Segundo Gilder (2020), no Século XVIII, o matemático Leonard Euler, com seus estudos, possibilitou a “manifestação quintessenciais nos softwares de computadores” (GILDER, 2020, p.14). Posteriormente, quando a instrução programada passou a ser aplicada aos métodos pedagógicos, material de ensino foi produzido de forma que fossem divididos em módulos sequenciais de conceitos complementares, para auxiliar nos objetivos complexos da aprendizagem. No Brasil, os conteúdos foram dispostos progressiva e ordenadamente em pequenas unidades entre os anos 50 e 70, mas com dificuldades produtivas de material padronizado, tornaram-se problemáticas a sua disseminação.

Porém, sob tais circunstâncias e em conformidade com as avaliações Gilder (2020), o uso do computador no ensino gerou expectativas quanto às vias de integração da máquina na educação, suscitando novas reflexões em torno das linguagens de programação operacional da Informática, desenvolvida na segunda metade dos anos de 1970. Com a linguagem de máquina, foi possível dispor de uma

ferramenta de informática que impulsionou os projetos pedagógicos com base na nova linguagem de programação como instrumento de ensino. O uso do computador aumentou as possibilidades e potencialidades dos aprendizes, fora dos limites do currículo pronto. E, a partir de então, a mudança do paradigma educacional surge para abolir o antigo paradigma fabril, com dois séculos de existência. A partir de então, a visão construcionista sugere os primeiros desafios rumo às mudanças comportamentais relacionadas ao convívio do computador nas atividades escolares (GILDER, 2021).

### **1.3 A mudança de paradigma**

É necessário refletir criticamente sobre os novos vínculos que se estabelecem na apreensão do saber, considerando a natureza política e econômica e cultural. A nova ordem que se apresenta fixa as suas raízes culturais propícias ao desenvolvimento do novo contexto social. A escola do passado ajudou a legitimar uma estrutura social proposta pelo desenvolvimento industrial, com base na organização burocrática e linhas de autoridade hierárquicas. Os novos parâmetros educacionais modernos incluíram a escola no seu projeto de transformação: adaptar indivíduos rurais, homens e mulheres habituados ao ritmo da natureza, em operários disciplinados, concentrados para operar de forma sincronizada sob uma direção centralizada. Além disso, o ensino formal de fatos e conceitos acompanhavam a concepção da aprendizagem duradoura, quando a informação disponível se mantinha pertinente por mais tempo face à evolução da ciência. Hoje o que está posto na ordem do dia merece as devidas considerações sobre as novas formas de ensinar e aprender. É oportunidade desenvolver outras estratégias flexíveis de ensino, voltada a autonomia dos jovens, ao treino do auto aprendizado e a considerações sobre o aluno como agente ativo, produtor do conhecimento, sujeito que aprende e transforma.

Na primeira metade do século XIX, a maior parcela dessa criatividade ficou com a indústria têxtil, e não com foles nem arados a vapor, os produtores têxtil transformaram sua região em uma usina de fiar e de tecer com uma

combinação de espionagem industrial — roubando a ideia do tear mecânico da Grã-Bretanha — e ousadia comercial. (GREENSPAN; WOOLDRIDGE, 2020, p. 79).

De acordo com (GREENSPAN; WOOLDRIDGE, 2020), o saber deve estar aberto à assimilação do conhecimento de mundo, contribuindo com o universo que surge, onde desenvolve-se na medida que surgem novos modos de interpretar formas e espaços. Diante disso, a escola precisa mudar para que o ensino formal esteja credenciado com as novas expectativas sociais, superando seus desafios, corrigindo suas deficiências proveniente do paradigma que caduca inevitavelmente. Na atualidade, o paradigma fabril vive sua crise existencial, na mesma proporção que o pensamento vigente enfraquece, fortalecendo a próxima ordem para responder às necessidades concretas e determinadas pelas perspectivas sociais, políticas e econômicas da pós-modernidade, fixando outra estrutura material necessária à cristalização do novo paradigma.

A crítica dos construtivistas consiste na natureza ativa da cognição, nos vínculos de causalidade entre o ensino e aprendizagem, na pertinência da transmissão da informação e do conhecimento como fundamento essencial à formação do sujeito. O momento porta a ideia de profundas mudanças na maneira de encarar os papéis do professor e do aluno, de refletir sobre a escola fora dos contornos do paradigma fabril e o papel do professor na construção do ambiente de aprendizagem. É preciso proporcionar os nutrientes cognitivos para que os alunos possam construir o conhecimento, na medida em que o aprendiz tem acesso às ferramentas tecnológicas necessárias para potencializar e explorar completamente os parâmetros proporcionados pela revolução informacional do momento.

A ação do sujeito é fundamental para credenciá-lo como construtor ativo, contrário aos modelos passíveis de aprendizagem praticados pelo antigo paradigma fabril. As diversas teorias sobre o construtivismo referenciam o ponto de vista de quem faz as construções particulares, argumentam sobre as elaborações individuais, as diversas possibilidades de leitura externa por meio do computador, e de programas de leitura e conteúdo que geram novas tradução de conhecimento.

Os pressupostos da construção do conhecimento destacam uma aprendizagem como parte de um contexto onde os aprendizes testam suas

construções em diálogo com outros indivíduos e com a sociedade em geral, elemento indispensável para que o conhecimento possa ser negociado e testado. Nas teorias construtivistas, as funções cognitivas aparecem com o desenvolvimento cultural dos indivíduos, tanto socialmente quanto psicologicamente. Trata-se do método ativo de educação, que prevê a interação vertical e horizontal como suporte essencial nos processos de cognição. O desenvolvimento do aprendiz considera a diferença entre o que se pode fazer individualmente e aquilo que se pode atingir, auxiliado pelo professor, ou pela colaboração de outros aprendizes, com maiores avanços na matéria. Aprendizagem consiste nos momentos do desenvolvimento cognitivo de cada pessoa, na ideia de atividades diversificadas e aplicáveis ao grupo, no modo como cada membro desenvolve sua progressão personalizada, dentro da estrutura de metas e objetivos, determinadas pelos programas de aprendizagem propostos.

O aprendizado ocorre em duas dimensões. Na primeira dimensão traz uma perspectiva pela mediação social e a reorganização no modo de assistir o aluno; noutra dimensão, o papel tradicional do professor, diante das considerações sobre outras formas de proporcionar recursos didáticos aos aprendizes, que viabilize um nível de conhecimento mais elevado, o que não seria possível sem tal ajuda. No entanto, o contexto de aprendizagem em grupo se mostra eficaz para as crianças, desde que a interação entre pares promova uma colaboração intelectual, a distribuição do saber através da criança que transmite para outra uma ajuda colaborativa, de forma interativa. A ideia é que a criança que sabe mais ajude a quem sabe menos, colabore para o saber igual, a equalização através da colaboração individual. Uma aprendizagem mediada por pares que sugere o controle interno, metacognitiva, com o auxílio do professor que orienta a aprendizagem auto-regulada.

As contribuições construtivistas trazem as prospecções futuristas, os elementos que se fundamentam na natureza da construção do conhecimento, as concepções sobre o tratamento dos aprendizes e a importância do papel do professor, diferente dos pressupostos anteriores, que datam com o surgimento da revolução Industrial. Os novos elementos apontam para contextos de aprendizagem integrando saberes sob o ponto de vista global do conhecimento.

Com o advento da tecnologia digital, outras alternativas tornam-se viáveis a socialização da educação voltada contrárias a homogeneização massificada. Como não podia ser diferente, as questões relacionadas ao uso da tecnologia nas escolas e nos sistemas nacionais de educação mobilizam professores, administradores, líderes do mundo dos negócios e fabricantes de hardware e de software para educação, negócios e entretenimentos.

Com a incorporação da tecnologia, torna-se possível imaginar mudanças de paradigma que atingem a escola. A visão futurista inevitável na organização da educação projeta novos rumos ao modelo educacional presente, e repercute no comportamento dos estudantes, dos professores e da escola. As tecnologias da comunicação virtual podem ajudar nos trabalhos escolares, considerando que a distância não é mais problema, a fluidez da comunicação favorece o estudo em grupo contribuindo mutuamente com os outros; e tendo o professor, como guia, para orientar sobre a aplicabilidade tecnológica, para produzir a comunicação interativa da turma.

Todo esforço é para pensar na adequação da escola a uma realidade pós-industrial. A escola do passado foi concebida e modelada para dar resposta às necessidades da produção industrial; agora, diante da inovação tecnológica, não pode se tornar um obstáculo aos novos saberes. Outrora, a escola foi a responsável pelas aptidões pessoais empregadas na indústria ou na agricultura. O momento pós-industrial exige novas aptidões, a serem trabalhadas pelas escolas e universidades, com vista a capacitar pessoas a conviver com as exigências do presente. A sociedade pós-industrial carece da educação específica para seu tempo, considerando a tecnologia e o novo paradigma educativo que se desenvolve e implementa novos vínculos entre alunos e a comunidade escolar; enfatiza a descoberta e aprendizagem.

Atualmente, o uso da tecnologia comunicacional possibilita novas práticas sociais. É o caso do crescente exército de clientes ao telefone, vítimas das práticas divisórias e exclusivistas postas em operação por um sistema de software específico. As empresas identificam os clientes indesejáveis, consumidores falhos facilmente identificáveis através do banco de dados capaz de rejeitar indivíduos sem

dinheiro nem cartões de crédito. Para Jessé de Souza, trata-se das descobertas dos novos sentidos para a vida, que revela

[...] a capacidade humana de autorreflexão e descobertas de novos sentidos para a vida pessoal e social sempre foi recalcada e mantida sob estrita vigilância. Essa capacidade humana é revolucionária e, quando deixada livre, tende a questionar o sentido da tradição e da reprodução impensada da vida. (SOUZA, 2018, p.25).

Mas, para Bauman, a estrita vigilância do capitalismo se presta à classificação social, uma seletividade também aplicada à política de imigração dos Estados nacionais. Neste caso, a tecnologia usada com o repelir os “indesejáveis”, aos mesmos modos do mercado, como escolher o melhor produto da prateleira faz parte do processo de consumo. É dessa forma que imigração seletiva é praticada por quase todas as democracias do mundo. A ideia da escolha do produto sendo aplicada aos domínios da vida com regras supervisionadas e administradas por agências mutuamente independentes. Os casos dissemelhantes dizem respeito a pessoas com origens, idade e interesses completamente diversos, confrontadas com desafios bastantes variados que estão sendo colocadas lado a lado, e consideradas como uma espécie de mesma categoria.

[...], se a reprodução da sociedade capitalista é obtida mediante encontros transnacionais intermináveis repetidos entre o capital no papel de comprador e o trabalho no de mercadoria, então o estado capitalista deve cuidar para que seus encontros ocorram com regularidade e atinja seus propósitos, ou seja, culminou em transações de compra e venda. (BAUMAN, 2008, p.14).

Todos desejam expor suas qualidades com avidez e entusiasmo, seja na esperança de atrair a atenção para obter o reconhecimento e a aprovação exigidos para permanecer no jogo da sociabilidade, seja pela necessidade de ampliar seus gastos e limites de créditos para obter um serviço melhor, ou talvez seja para provar a demanda por seus serviços ou, talvez, para que seus requerimentos sejam levados em consideração; qualidades forçadas a promover uma mercadoria atraente e desejável, que requer os melhores recursos disponíveis para aumentar o valor de mercado dos produtos que estão à venda. Na "pós-modernidade", os promotores da mercadoria são, simultaneamente, os produtos e seus agentes de marketing, os bens e seus vendedores. Os trabalhadores disputam o mesmo espaço social

conhecido como mercado, onde o marketing os projeta como mercadorias (BAUMAN, 2008).

Considerando as explicações de Bauman, os contornos que indicavam tais tendências futuristas já estavam postos no passado. No final da década de 1920, quando a iminente transformação da sociedade de produtores em sociedade de consumidores estava num estágio embrionário, fora do alcance dos observadores menos atentos e perspicazes, a corrida aos inúmeros salões de beleza as primeiras preocupações existenciais com o uso de cosmético demonstraram os cuidados pessoais em não se tornar obsoleto, são homens e mulheres que pintam cabelos e praticam esportes para se manterem esguios, sempre buscando maneiras de ficar jovens e bonitas e atraente (BAUMAN, 2008).

Na década de 1920, novos hábitos emergentes foram ensinados através da rotina diária por todo o planeta. Na China, oitenta anos após as primeiras tendências despertarem naquelas mulheres o interesse por sutiãs acolchoados e saias insinuantes, os cuidados com o corpo incluía a pintura de cabelos e consumo de cosméticos. A libertação feminina trouxe à tona novas paixões que prenunciavam o fim da sociedade anterior. Nas palavras Bauman, os hábitos emergentes acompanham mudanças incompletas.

A tarefa da comodificação do trabalho foi a mais afetada até agora pelos processos gêmeos da desregulamentação acontece que, no caminho entre a sociedade de produtores e a sociedade de consumidores, as tarefas envolvidas na comodificação e comodificação do capital e do trabalho passaram por processos simultâneos de desregulamentação e privatização contínuas, profundas e aparentes irreversíveis, embora ainda incompletas. (BAUMAN, 2008, p.15).

No entanto, o capital deve pagar o preço corrente da mercadoria, ser estimulado a agir de acordo com essa disposição assegurada na política estatal, contra os riscos dos mercados de produtos, risco transferido ao trabalho, ao produto que deve ser mantido em condições impecáveis, pronto para atrair o olhar de potenciais compradores, capitalistas a procura de mão-de-obra atraente com a colaboração do Estado. (BAUMAN, 2008).

Atualmente, a globalização submete uma exposição do capital nativo ao mercado de capitais, trabalho e mercadorias, à difusão planetária das modernas

formas de produção e comércio, que prejudicam o Estado de bem-estar social, instrumento supremo na codificação do trabalho. A passagem de uma sociedade à outra, da sociedade de produtores à sociedade de consumidores, acompanhou a codificação e recodificação do capital e do trabalho, mudanças profundas, mas incompletas.(BAUMAN, 2008).

As mudanças seguem através de processos em diferentes graus, no caso do trabalho, com menos radicalidade; diferente em relação ao capital, empreendimento estimulados quase como regra pelos cofres governamentais, numa escala crescente; com o esforço do Estado para baratear a mão-de-obra mediante enfraquecimento da barganha coletiva e proteção do emprego, e imposições jurídicas às ações defensivas dos sindicatos; oferecendo incentivos fiscais para exportações e subsídio aos acionistas por meio de comissões governamentais pagas com dinheiro público.(BAUMAN, 2008).

#### **1.4 As identidades em tempos globais**

Para Néstor Garcia Canclini, a palavra “híbrida” incorpora as análises socioculturais. Atualmente, abrange desde o contexto religioso com abordagens históricas, considerando as fusões culturais no contexto antropológico. Segundo ele, porém, a discussão sobre a elaboração do “conceito de hibridação” foi um processo desenvolvido historicamente. Entre as ocorrências mais evidentes estão os casos linguísticos que trouxeram uma vastidão de exemplos das comunidades latinas. Atualmente, a internet propaga o discurso mais heterogêneo, desenvolvido ao longo da história através de ciclos de hibridações. Para Marcos Bagno, existe preconceito contra a fala de determinadas classes sociais, como também, contra aquela que caracteriza determinada região (CANCLINI, 2019).

É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da rede globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, uma caricatura, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. (BAGNO, 2015, p. 68)

Para Bagno se refere ao plano linguístico para criticar os atores que interpretam o personagem nordestino, justificando que o arremedo da linguagem nordestina não é falada em nenhum lugar do Brasil. Durante o século XX, a multiplicação de hibridações linguísticas compuseram o fenômeno do cruzamento cultural global, que se transformou paulatinamente em eixos conceituais aprofundados pelo cruzamento das multimídias modernas. A multiculturalidade oriunda das ruas passou a fluir através da televisão pela divulgação da imprensa e da publicidade. Um plano de programação incluía a diversidade da comunicação heterogênea na Argentina, no Brasil e nos Estados Unidos (BAGNO, 2015).

As construções linguísticas que fundamentam o conceito de hibridação parte do discurso biológico para incorporar outros significados, como identidade, autenticidade e pureza cultural. E, através dos fragmentos escritos na história, hoje é possível considerar as hibridações como fenômeno social que evidenciam a produtividade e o poder inovador da multiculturalidade (CANCLINI, 2019).

O significado cultural de "reconversão", termo utilizado para explicar a incorporação de idiomas ou outras competências necessárias ao capital simbólico oriundos dos circuitos transnacionais. Os processos de hibridação influenciam tanto setores hegemônicos quanto populares na modernidade, na medida que seus efeitos sugere um processo incessante e variado que relativiza a noção de identidade em plena globalização. Neste caso, a hibridação apresenta-se como fenômeno social que se contrapõe à história dos movimentos identitários, preocupados na seleção de elementos em diferentes épocas pelos grupos hegemônicos (CANCLINI, 2019).

O fenômeno considera diversas formas do comportamento grupal, incorporando-os a outros repertórios da diversidade existente. A exposição de cada membro à heterogeneidade de bens e mensagens disponíveis nos circuitos transnacionais remodelam os hábitos mediante a abundância da oferta comunicacional e outros recursos estéticos de vários países. E em contato com a disciplina e sistemas produtivos diversificados, desenvolve novas formas de situar-se em meio a heterogeneidade (CANCLINI, 2019).

A hibridação reduz os conceitos de identidade e heterogeneidade; recusa políticas de homogeneização fundamentalista e favorece a pluralidade cultural. E

atualmente segue seu curso reformulando projetos interculturais, mediante políticas culturais transnacionais, influenciadas pelo contexto global. Não se trata de simples descrição das misturas interculturais; trata-se do conceito que explica os fundamentalismos identitários através de outras redes de conceitos relacionados à contradição, mestiçagem, sincretismo, transculturação e “crioulização”. E, na pós-modernidade, relacioná-los às ambivalências da industrialização e da massificação globalizada, remete aos processos simbólicos, presentes nos conflitos de poder (CANCLINI, 2019).

Apesar de hoje serem vistas como a forma paradigmática da modernidade, algumas vanguardas nasceram como tentativas de deixar de ser cultas e modernas. Vários artistas e escritores dos séculos XIX e XX rejeitaram o patrimônio cultural do Ocidente e o que a modernidade vinham fazendo com ele. Os avanços da racionalidade e do bem-estar burgueses lhes interessam pouco; o desenvolvimento industrial e urbano lhes parecia desumanizante. (CANCLINI, 2019, p. 43).

Para Canclini, o cosmopolitismo sugere uma nova alternativa à “forma paradigmática da modernidade”. Trata-se da integração e fusão de culturas através do “hibridismo fecundo da multiculturalidade” que se harmoniza no mundo fragmentado e beligerante, utilizando os recursos anteriores em novos contextos com base nos conceitos das hibridações. Na atualidade, as polêmicas contra o purismo e o tradicionalismo folclórico surgem mediante casos prósperos de hibridações. Entretanto, o sentido contraditório das misturas interculturais, através da fusão de estruturas discretas, surge mediante elaborações explicativas sobre os conflitos gerados pelas práticas incompatíveis e inconciliáveis. Do ponto de vista histórico, trata-se dos conflitos gerados pelas variações no processo de hibridização (CANCLINI, 2019).

É o movimento de provisoriedade tido como estratégicos no trânsito necessários para a entrada e saída da modernidade. Um processo ao qual se pode ter acesso, ou abandoná-lo; ser excluído ou submeter-se; repercute na posição do sujeito quanto às “relações interculturais”. Dessa forma, os processos de hibridações em relação à desigualdade entre as culturas, colocam em contato simultaneamente várias classes e grupos diferentes, que se destacam pela simetria e prestígio do poder (CANCLINI, 2019).

No caso das migrações, existe a possibilidade do migrante sintetizar as diferentes instâncias do seu itinerário. É a demonstração de oscilação entre a identidade de origem e a de destino que leva o migrante a falar de vários lugares e, ocasionalmente, misturando elementos de um discurso a outro. Em outro caso, quando o sujeito aceita descentrar-se de sua história e passa a desempenhar vários papéis; o lá e o cá, assim como o ontem e o hoje, projetam narrativas bifrontes (CANCLINI, 2019).

Nos tempos de globalização, os conceitos de mestiçagem e hibridação assumem importância fundamental à medida que se intensifica a interculturalidade migratória, econômica e midiática. Expressões como "fusão", "coesão", e "osmose", se confrontam no diálogo que trazem consigo decepções e promessas do universalismo abstrato, oriundo da hibridação que se dá pela inserção multicultural. Em tal processo se evita que a segregação se converta em interculturalidade, possibilitando conviver com as diferenças na medida em que se possa tratar democraticamente divergências, geradas historicamente (CANCLINI, 2019).

Atualmente, as expressões que incluem o sincretismo de crenças e, também, outras misturas modernas presentes na modernidade industrial apresentam mistura promovida por colonizadores espanhóis e portugueses, num primeiro momento; e, depois, num segundo, por ingleses e franceses, incluíram a relação com indígenas americanos, com ideia da mestiçagem no fundamento das sociedades do chamado Novo Mundo.

Ao contrário da colonização norte-americana, feito em grande medida por pequenos e médios proprietários de terras, no Brasil a colonização se deu por meio do latifúndio sem lei — na verdade, sua única lei é a do mais forte e do mais inescrupuloso —, que subordina e comanda toda a realidade social. (SOUZA, 2018, p.82).

A “colonização por meio do latifúndio sem lei”, expressão trazida por Jessé de Souza, explica como a população indígena se resume à minoria étnica na atualidade na América Latina. Seu pensamento dialoga com Canclini, quando se pensa nas comunidades européias puras, como minorias que não se misturam com nativos. No curso histórico das fusões, a noção de mestiçagem trouxe tanto o sentido biológico, que se dava a produção de fenótipos a partir do cruzamento genético, quanto cultural. Mas a mistura de hábitos, crenças e formas de pensamento europeu com

outras, das sociedades americanas, explicadas a partir de tal conceito se torna insuficiente para explicar as formas mais modernas de interculturalidade (CANCLINI, 2019)

Durante muito tempo, os aspectos fisionômicos e cromáticos da mestiçagem faziam parte do processo de dominação europeia. As evidências da cor da pele e dos traços físicos faziam parte da subordinação ordinária que incluíam índios, negros e mulheres. Entretanto, na atualidade, a “mestiçagem se situa na dimensão cultural das combinações indenitárias”, debatido pelo estudo das ciências sociais. A antropologia aborda o tema como projetos de forma de convivência multicultural moderna (CANCLINI, 2019).

Atualmente, a mistura religiosa levou a funções mais complexas de crenças. O sincretismo ativo é uma combinação de práticas religiosas tradicionais, através da difusão transcontinental de crenças e rituais do século passado. O sincretismo em sentido mais amplo sugere a adesão a vários sistemas de crenças. Trata-se do fenômeno que se expande notoriamente, quando multidões, em busca da cura de suas enfermidades, recorrem a rituais diversos como, indígenas, orientais, católicos, pentecostais, entre outros. A combinação dos recursos religiosos para a saúde acompanha a fusão de músicas e de formas multiculturais de organização social (CANCLINI, 2019).

A “crioulização”, também se refere a outro tipo de mistura intercultural, criada no contexto do tráfico escravo. Do ponto de vista linguístico, revela a mistura da língua francesa no Caribe e no oceano Índico; a mistura da língua portuguesa na África, no Caribe e na Ásia. As tensões paradigmáticas se deram entre a oralidade e a escrita, entre a linguagem culta e popular; a partir do encontro transnacional, que gerou a confluência cultural, caracterizada tanto pela desigualdade de poder, como também, pelo prestígio e posse dos recursos materiais. Porém, pode-se dizer que a confluência cultural como mestiçagem, sincretismo e crioulização não são suficientes para especificar as novas formas particulares de hibridação. As novas fusões entre culturas de bairro e midiática refletem diferenças geracionais no estilo de consumo, músicas locais e transnacionais, que ocorrem nas fronteiras das grandes cidades. Neste caso, a palavra hibridação amplia-se para nomear outras combinações, que não seja étnico religioso apenas, mas também outras, como produtos das

tecnologias avançadas e processos sociais modernos ou pós-modernos (CANCLINI, 2019).

As fronteiras entre países e as grandes cidades estão inseridas nos contextos que condicionam os formatos, estilos e contradições específicas da hibridação. As fronteiras estabelecidas pelos Estados modernos se tornam porosas, fazendo com que as culturas não possam ser descritas como unidades estáveis. As oportunidades de hibridar-se ocorrem em condições históricas e específicas, em meio a sistemas de produção e consumo que podem operar como coações, segundo se estima na vida de imigrantes. O mesmo ocorre com as cidades quando condicionam a hibridação. As megalópoles são exemplos de centros multiculturais como Londres, Berlim, Nova York, Los Angeles, Buenos Aires, São Paulo, México e Hong Kong, centros dos maiores conflitos e da maior criatividade cultural (CANCLINI, 2019).

A mestiçagem, sincretismo e “crioulização” são termos que se referem a processos de hibridização, mas usado em geral aos processos tradicionais, a sobrevivência de costumes e formas de pensamentos pré-modernas, no começo da modernidade. Atualmente, a hibridação traz consigo outras noções de misturas interculturais propriamente modernas, como aquelas ligadas à integração dos Estados nacionais, os populismos políticos e as indústrias culturais (CANCLINI, 2019).

Se na década de 1980, a valorização da “heterogeneidade multicultural” já desafiava as pretensões fundamentalistas do tradicionalismo. Hoje, o hibridismo se apresenta como novos fundamentos que problematizam as articulações que a modernidade estabeleceu por meio de sua tradição: os patrimônios étnico e nacional. Contudo, na pós-modernidade, as raízes territoriais e a reconversão dos saberes e costumes possuem outras fontes recursos para sofrer hibridação (CANCLINI, 2019).

Nos anos de 1990, a globalização ocupa as principais formulações das ciências sociais. Assim, a problemática global ocupa o pensamento da modernidade, que pode ser entendido como tendências dos conflitos pós-modernos. A globalização sugere uma nova etapa superando os limites da da modernidade, e contrariando sua racionalidade secularizada, na medida que reivindica a pluralidade da convivência entre as diversas tradições (CANCLINI, 2019).

Os processos de globalização promovem a interculturalidade interligando os mercados de bens mundialmente. Os fluxos migratórios promovem a distribuição de materiais, dinheiro e mensagens através das interações sem fronteiras, alterando a autonomia das tradições locais e propiciando mais formas de hibridação. A produção comunicacional nos estilos de consumo diferente do passado, em que as modalidades clássicas de fusão eram oriundas apenas de migrações de pessoas e intercâmbios comerciais. Antes, as circunstâncias eram limitadas pela integração educacional impulsionada por Estados nacionais e as misturas geradas pela indústria cultural. Atualmente, os processos de internacionalização ampliaram a “transnacionalização” envolvendo outros setores da indústria cultural na América Latina. Os artesanatos e as músicas transnacionais se referem aos novos circuitos de massas, onde os produtos populares são fontes de exploração das empresas turísticas e de comunicação (CANCLINI, 2019).

Os processos de hibridações se aprofundam com a fluidez das comunicações fazendo com que outros valores interajam culturalmente. Porém, não é verdade que a aceitação indiscriminadamente está posta sua. De todo modo, a interculturalidade favorece o intercâmbio, misturas maiores e mais diversificadas do que em outros tempos. Trata-se do acesso a outras variedades e gostos que desafiam o pensamento binário, na medida que o novo ordenamento não percebe o mundo dividido em oposições simples, relacionadas às identidades puras (CANCLINI, 2019).

A incorporação da América Latina no circuito econômico global trouxe dificuldades aos projetos nacionais que dependem do controle da economia. O controle econômico manifestou-se em circunstâncias específicas no Equador e em El Salvador; de forma diferente, no Brasil, México, Peru e Venezuela, seja pela desvalorização frequente da moeda, ou seja na fixação do dólar como referência cambial, como no caso da Argentina. A moeda representa a capacidade das nações poderem administrar de forma soberana o presente; uma referência econômica de controle de controle de preço, no caso do Brasil, a moeda é o real. Do ponto de vista econômico, a estabilidade da moeda traz a ideia de reordenação e controle econômico.

O sucesso do Plano Real se deve principalmente ao entendimento político, e oportunista, de que a conjuntura do momento apresentava

o esgotamento de um modelo de governar e que somente uma transição política poderia reerguer um novo modelo que, quase por detalhe, implicasse um regime monetário diferente e de baixa inflação. (VOLPON, 2003, p.65)

No Brasil, a mudança de nome da moeda teve efeitos temporários. A princípio, tornou possível a eleição do presidente da República por dois mandatos e tornou possível a aliança entre esquerda e direita. Posteriormente, ajudou a privatizar órgãos estatais e acalmou por alguns anos a tensão social. Na sequência, a desvalorização do real provocou maior dependência externa das variáveis econômicas nacionais. Iniciar uma nova história a partir das finanças, foi uma forma de ocultar conflitos, uma história de oportunidades perdidas, de escolhas infelizes que revelou o descontrole dos processos econômicos e sociais que a moeda própria se propõe a representar (VOLPON, 2003).

Durante o século XX surgem editoras na Argentina, Colômbia, Venezuela, e também, no Brasil, México, Chile, Peru, Uruguai, produzindo uma cultura letrada que configurou as nações democráticas modernas. Todavia, a partir de meados de 1970, os espaços foram ocupados por editoras espanholas, francesas, italianas e alemãs. E desde os anos 1980, a história social das culturas latino-americanas acompanhou os passos da modernização, voltando-se para a juventude como agentes potenciais dos conflitos sociais futuros (CANCLINI, 2019).

Antes, a educação superior buscava produzir intelectuais para o desenvolvimento nacional, oferecendo aos jovens apenas a possibilidade de optar entre cargos secundários em países de “Terceiro Mundo” ou tomar-se técnicos nas transnacionais que controlam a produção e o comércio do próprio país. Atualmente, as tendências nacionais e transnacionais acompanham a tecnologia da digitalização, favorecendo a mundialização dos processos culturais. As empresas transnacionais comandam a iniciativa e o controle econômico da produção, circulação e do consumo, numa conjuntura em que os mercados das representações estéticas destroem os laços da economia e da política cultural de outrora. (CANCLINI, 2019).

Atualmente na cultura, a inovação estética foi deslocada para as tecnologias eletrônicas, para o entretenimento musical e para a moda. Antes, havia pintores e músicos apenas; agora, designers e disc jockeys também incorporam o campo

artístico, gerando hipertextos e rápidas edições audiovisuais ou eletrônicas. Assim, as inovações tecnológicas possibilitam misturas de estilos que se renovam periodicamente pelo processo de hibridação, através do computador e um bom servidor de internet. A história da arte, da literatura e da cultura aparecem como recursos narrativos, através de metáforas e citações prestigiosas. Fragmentos clássicos do barroco, românticos e do jazz são inseridos no rock e na música técnica. Os frutos do movimento renascentista e da experimentação vanguardista se fundamentam mediante as promessas tecnológicas. Os dramas históricos se hibridizam mais em movimentos culturais do que sociais e políticos com os discursos de hoje (CANCLINI, 2019).

Porém, os perfis nacionais mantêm vigência nas áreas de consumo, na medida em que cada sociedade dispõe de oferta própria. A apropriação da produção transnacional dos circuitos de exibição marginaliza o que resta das cinematografias europeia, asiática e latino-americana. As culturas populares são transferidas para os museus de exposição, com encenações folclóricas do cenário político e comunicacional, valorizando as culturas locais que a globalização expõe aos processos de hibridação. A interação dos setores populares com os hegemônicos funde o local com o transnacional. A indústria musical se move entre o global e o nacional, criando condições para que circulem entre as diversas escolas da produção e do consumo. Em suma, nos processos de globalização, ampliam-se as faculdades combinatórias para atender consumidores. Porém, nos circuitos de produção locais, as iniciativas combinatórias ficam a cargo de poucas sedes transnacionais de geração de mensagens e bens, de edição e administração do sentido social (CANCLINI, 2019).

A capacidade de combinar os repertórios multiculturais ocorre através da expansão global. Trata-se de optar pela política e ação econômica que viabilize, com urgência, os acordos de livre-comércio, acompanhados por regras que fortaleçam o espaço público transnacional. A proposta é reivindicar a heterogeneidade pelas possibilidades das múltiplas hibridações, enquanto movimento político para que o capital financeiro não monopolize os mercados. Ao considerar a produção de bens e mensagens como parte da economia, então se tem um cenário de disputa política e diferenças culturais promovidas pela globalização, Dessa forma, sob a batuta da

abertura dos mercados, os repertórios simbólicos nacionais se intensificam mediante intercâmbios e hibridações. Entretanto, a globalização não pode ser entendida como uma ditadura do mercado mundial (CANCLINI, 2019).

A contemporaneidade, permite pensar a vida de acordo com a lógica da hibridação, permitindo considerar outras noções mais adequadas ao pensamento pós-moderno. Assim, as hibridações podem dar sentido a termos como mestiçagem, sincretismo, fusão ou qualquer outro vocábulo que possa ser empregado para designar misturas particulares. É preciso construir princípios teóricos e metodológicos que ajudem a transformar o mundo num ambiente que se possa conviver com as diferenças. Hoje, a arte e a cultura podem traduzir o significado de “desmembrado”, “beligerante” ou “incompreensível”, significado que relaciona as mudanças estéticas do século XIX e XX convertidas numa pedagogia pós-moderna (CANCLINI, 2019).

A sedução do mercado global traz a arte como conciliação planetária. As versões padronizadas dos filmes e da música do mundo vem através da indústria das artes visuais e literária, gerando tensão entre o que se globaliza e o que insiste na diferença ficando à margem da globalização. Nesse processo, não há lugar para a domesticação mercantil da arte. Ao contrário, a equalização das diferenças entre centros e periferias permitem que a convivência mútua favoreça os processos de hibridação. As oportunidades e os limites promovida pela hibridação oferecem os recursos necessários para a compreensão da cultura de forma universal (CANCLINI, 2019).

## **CAPÍTULO II**

### **A ESCOLA: UMA INSTITUIÇÃO CAPITALISTA**

#### **2. A ESCOLA: UMA INSTITUIÇÃO A SERVIÇO DO CAPITALISMO**

A escola contribui com a reprodução material da sociedade conforme as possibilidades históricas de seu desenvolvimento. Portanto, pensar a escola relacionada ao desenvolvimento tecnológico implica necessariamente associá-la às condições do trabalho humano. Durante os avanços da modernidade, a escola segue etapas que reconfiguram seus fundamentos, alterando a estrutura do ensino formal da sociedade de classes.

As relações entre escola e educação vinculam a aquisição do saber e a essência do conhecimento científico. A educação, de forma mais ampla, advém das práticas sociais oriundas da ação individual do sujeito, que interfere na organização social. Assim, a escola tem seus limites de aprendizado restringidos pela amplitude das relações sociais, que inclui a produção cultural e sua transmissão por gerações. Ao longo de sua história, os jovens ocupam o ambiente escolar para a apreensão do saber formal, conforme às exigências histórico-sociais da humanidade.

Assim sendo, a escola promove a educação de forma restrita quando sua instituição carrega a responsabilidade da transmissão do saber para atender a determinado sistema produtivo. O ensino formal está diretamente ligado à força de trabalho e à mentalidade cultural de cada época. Sendo assim, a escolarização faz

parte do processo educacional civilizatório, inserida no contexto histórico e socioeconômico mais global. No sistema capitalista de produção, a concepção de mundo se apresenta numa determinada ordem, algo que pode ser entendido como ideia hegemônica na atualidade. Ao longo do tempo, a sociedade moderna promoveu o antagonismo de classes sociais, refletido na escola através das contradições inerentes da sociedade capitalista.

Hoje, a tecnologia da comunicação aponta para novas possibilidades e perspectivas que alimentam as teorias pós-modernas. Novas concepções sobre como se dará a construção sócio-histórica do papel e limites da escola formal. Se pensarmos no contexto de Estado, a escola é uma instituição estatal que precisa se adequar às possibilidades e potencialidades dos novos tempos. Trata-se das mudanças no sistema escolar vigente nos diferentes estados brasileiros.

## **2.1 A relação histórica do capitalismo com a educação**

A origem da escola nos moldes da educação capitalista tem relação com o trabalho. A educação do homem é atingida por práticas existenciais, que produzem e reproduzem a vida, que se relacionam com a natureza na medida em que a transforma, ou retira seu sustento. A ação humana, o ato de agir sobre a natureza materializa o trabalho do homem.

A conceituação do trabalho produtivo e de seu executor, o trabalhador produtivo, amplia-se em virtude desse caráter cooperativo do processo de trabalho. Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação de objeto do trabalho; basta ser órgão do trabalho coletivo, exercendo qualquer uma de suas funções fracionárias. (MARX, Karl, 1980, p. 584).

Segundo Marx, a relação antagônica entre dominadores e dominados se dá através do processo produtivo, com o objetivo final de suprir as necessidades da classe dominante. E, com a ascensão do capitalismo, a classe trabalhadora deixa de ser dona do produto final de seu trabalho. Anteriormente, antes da modernidade industrial, a manufatura e o artesanato traziam as marcas do trabalhador, que se reconhecia no produto final do seu trabalho. Ele se responsabilizava por todo o processo de produção na medida que era detentor dos meios de produção. Onde a aquisição da matéria prima até a venda do produto final fazia parte da

responsabilidade individual do trabalhador; concedendo-lhe ao valor agregado de seu trabalho, o devido reconhecimento na produção individual seu trabalho, que correspondia ao valor do produto final menos os custos de produção.

Após a revolução industrial, o trabalhador deixou de ser o proprietário dos meios de produção. Desde então, quando apropriado pela burguesia, ela passou a ser proprietária do produto final do trabalho alheio. No advento da produção industrial, o trabalhador individual é expropriado dos seus meios de produção compôs a força de trabalho para atender as necessidades da produção fabril. O progresso fabril fundamentou o trabalho alienado, instituindo-o nos custos no processo de produção. Portanto, a alienação do trabalho está diretamente relacionada com a produção fabril que emerge com a emergência do capitalismo. Na sociedade industrial, o propósito do trabalho humano é gerar lucro apenas; o trabalhador expropriado dos meios de produção, passa a ser compreendido como parte da linha produtiva assim como as máquinas e ferramentas que são utilizadas na produção fabril.

As principais características da alienação podem ser transferidas para termos culturais e artísticos. Assim sendo, o conceito de alienação também pode representar outra realidade social, desde que esteja inserida no ideário da produção industrial capitalista. Dessa forma, voltados aos objetivos quanto ao consumo de massas, o desenvolvimento das representações artísticas quando voltadas à mercantilização simbólica, fortalece a indústria cultural e reproduz o interesse da classe dominante. A lógica da indústria cultural promove a dominação por meio da alienação, tornando pessoas submetidas ao processo que as tornam incapazes de desenvolver um pensamento crítico, pensar diferente da reprodução da ideologia do sistema capitalista.

A teoria marxista apresenta as estruturas sociais próprias da organização do Estado, que estão entrelaçadas com o funcionamento do sistema capitalista e os instrumentos de dominação da burguesia. Marx abordou as relações capitalistas como fenômeno histórico, mutável e contraditório. Sua lógica compreende a superação da sociedade feudal pelo capitalismo, o que mudou a relação com o trabalho humano, transformando em mercadoria cujo preço é estabelecido pelo salário.

A educação ganha ênfase no pensamento marxista. A escola, pensada através de sua função social, submete o aluno a alienação, na medida que o ensino formal se dá pela apropriação intelectual. Trata-se do abismo entre o que se aprende para atender as necessidades do sistema de produção, uma formação humana desvinculada do pensamento crítico, ensino das competências indispensáveis para a compreensão do mundo físico e social.

A humanidade constrói a vida social sob as circunstâncias da produção e reprodução das condições de existências. No caminho do desenvolvimento civilizatórios existiram diferentes modos de produção, sendo o modo de produção capitalista uma etapa que representa um avanço evolutivo. Antes, a relação entre trabalho e educação representava o modo de produção comunal, como forma de sobrevivência coletiva. Neste caso, a educação vinha com o trabalho coletivo e a disposição de retirar da terra aquilo que necessitava para sobreviver. A natureza e a luta pela sobrevivência fazia da educação, na medida que o cultivo da terra trazia os propósitos educativos de sobrevivência. O movimento histórico conduziu a humanidade à apropriação dos meios de produção, alterando as condições de aprendizado coletivo e estabelecendo a origem da desigualdade. E quando o trabalho alheio passou a ser propriedade, dos poucos detentores dos meios de produção alheia aprofundou ainda mais a desigualdade social.

Diferente do modo de produção capitalista, o feudal educou a sociedade aos moldes da vida rural. O uso predominante de ferramentas rudimentares exigia o manuseio de uma tecnologia primitiva, muito utilizada na Idade Média para lavrar a terra. É o momento que o ensino do trabalho serviu se diferenciava daquele destinado a ocupação dos ociosos. Os que não trabalhavam eram privilegiados com tempo para seus estudos. A ideologia do tempo ocioso possibilitou que a nobreza e o clero tivessem acesso às atividades de ensino. Dessa forma, a igreja projetou seu poderio através do ensino de valores que tratava da bravura para enfrentar o inimigo e proteger a honra. Além disso, a posse da terra e a obediência aos reis, fazia parte do ensino que garantia a fidelidade dos servos, da educação direcionada ao trabalho servil.

Numa exploração à base de escravos ou num feudo senhorial, a produção é imposta à força e está regulamentada em todos os seus detalhes pelo regime de domínio pessoal, regime que não conhece outra fronteira além do

direito do chefe ou do senhor, dispondo sobre maior ou menor quantidade de força de trabalho alheia. (LUXEMBURG, 1970, pp. 12 e 13).

Porém, a vida no campo também exigia habilidades outras, convenientes aos propósitos das pequenas cidades. A manutenção daquilo que o campo precisava para seu funcionamento incluía o trabalho artesanal. A cidade abastecia o campo quando este necessitava dos provimentos para as atividades campesinas. Nas cidades medievais, o artesanato acompanhava as corporações de ofícios. Tratava-se das escolas de aprendizes admitidas por meio contratual entre o mestre e o pai ou tutor do aprendiz. A aprendizagem ocorria conforme o tempo de duração dos aprendizes e o comprimento de seus deveres, estabelecidos entre mestre e aprendizes contratualmente. O aprendiz era hospedado na casa do mestre, convivendo com sua família durante todo o tempo necessário que durasse o ensino do ofício, que se diferenciava do tipo de educação destinada ao clero e à nobreza.

A atividade artesanal contribuiu para o desenvolvimento mercantil e, posteriormente, para a origem e desenvolvimento capitalista. Nas cidades se concentravam as feiras onde ocorriam as trocas de mercadorias; onde a atividade mercantil comercializava o excedente. Quando o desenvolvimento de tecnologias propicia aumento de excedente, o capital começa a acumular na medida que a indústria promove a ascensão do capitalismo.

Com a indústria, o campo perde espaço para as cidades na medida em que a atividade industrial necessita do trabalhador campesino, que migra para as cidades em busca de emprego. O momento trouxe, o que se pode chamar de quebra de paradigma, uma mudança substancial no modo de produção e seus reflexos para o sistema feudal de servidão. A emergência do modo de produção capitalista pode ser entendida como momento histórico que evolui mediante as novas necessidades produtivas. Na educação, tais necessidades geraram outras demandas para o ensino. O novo tipo de trabalhador dependia de uma nova instrução, condizente com as necessidades do trabalho assalariado e industrial. E, com a emergência do Estado moderno, a educação se deu fora das limitações medieval, com a instituição da escola e o ensino formal moderno

## 2.2 A massificação da escola

No advento da indústria, as cidades assumem papel de destaque e a educação sofre adaptações em conformidade com a generalização da escrita e a incorporação da ciência ao processo produtivo. A nova sociedade projeta o seu futuro com base na ideia de que a vida moderna só pode ser entendida através dos métodos científicos. Diferente dos tempos feudais, além dos valores religiosos, a educação incorpora também a base científica, outra orientação ideológica trazida com o apogeu da sociedade industrial. Antes, a educação formal se dava com o trabalho; na família e na igreja. Agora, depois das instituições escolares, o que estiver fora do ambiente escolar não pode ser considerado formal.

Mas o que pode a história nos dizer sobre a sociedade contemporânea? Durante a maior parte do passado humano - na verdade, mesmo na Europa ocidental, até o século XVIII - suponha-se que ela pudesse nos dizer como uma dada sociedade, qualquer sociedade, deveria funcionar. O passado era o modelo para o presente e o futuro. Para fins normais ela representa a chave para o código genético pelo qual cada geração reproduziria seus sucessores e organizava suas relações. (HOBBSAWM, Eric, 1998, p. 37)

Para Eric J. Hobsbawm, o impacto das duas revoluções: uma de ordem política na França e outra, de ordem econômica na Inglaterra; alterou as relações com a terra e a agricultura. Segundo ele, em seu livro: “A Era das revoluções”, em que suas análises históricas revelam, “a pré-condição e consequência da sociedade burguesa, se não de todo desenvolvimento econômica rápido” (HOBBSAWM, 2003, p. 210); a passagem do feudalismo para o capitalismo acompanhou alterações econômicas que culminaram na nova organização social. Se antes, no feudalismo persistia uma política que representava os interesses dos senhores feudais e do clero; posteriormente, a nova ordem sucedeu com os industriais, empresários que passaram desde então a organizar a política. O fenômeno social concreto trouxe consigo os Estados modernos, que se manifestaram através de seus aparatos: executivo, legislativo e judiciário. O período expressou o início da política burguesa, uma nova dimensão na ordem social, que colocava o Estado, pelo menos aparentemente, acima dos interesses de classe; como portador dos fundamentos organizacionais da sociedade democrática.

A constituição do Estado moderno marcou o fim de um ciclo educacional de servidão, capítulo histórico superado quando se iniciou uma nova página, a gênese da escola como instituição capitalista. A partir de então, a institucionalização da escola e a massificação do ensino, pelo menos na ideia, tornaram-se o propósito dos Estado Moderno, ou seja, a escolaridade básica estendida a todos, de forma universal e gratuita. Assim, a obrigatoriedade da educação estava mantida através das garantias estatais, tornando a escola provedora do ensino de massa, aos trabalhadores assalariados que não poderia custeá-la.

A modernidade burguesa transfere para o Estado o que antes era responsabilidade da igreja e das corporações de ofícios: a educação escolar. Trata-se do momento histórico que registra o início do ensino disponível às massas e o surgimento da escola como promotora do ensino estatal. Por meio da educação escolar, o Estado introduziu o conceito de nacionalismo, que emergiu após a Grã-Bretanha e a França fornecerem os novos modelos de organização social. Com a Grã-Bretanha, a explosão tecnológica instalou ferrovias e fábricas; e com a França vieram as ideias liberais sobre democracia e nacionalismo.

Diante do contexto revolucionário que se abateu sobre a Europa, a educação escolar incorporou a lógica do Estado e o conceito liberal de propriedade privada promovida pela classe dominante. Assim, com a máxima capitalista, sua ascensão acompanhou o direito à propriedade privada e a proteção das instituições estatais como mantenedoras do progresso econômico.

O desenvolvimento do capitalismo arregimentou homens e mulheres, a força que o capital passou a dispor para as atividades laborais. As circunstâncias da exploração também abrangeram o trabalho infantil, o que posteriormente mudou, quando a massificação escolar submeteu os filhos dos trabalhadores ao ensino do nacionalismo que trouxeram outras prerrogativas aos direitos sociais sob a concessão do capitalismo moderno.

Na modernidade, o ensino tratou do sentimento nacional e da incorporação do modo de produção capitalista. Na escola, os conteúdos foram submetidos seletivamente ao controle do Estado e a supervisão direta do professor. Os professores foram, então, preparados para atuar de acordo com as questões sociais, políticas e econômicas do novo modelo de produção, que emergiu das

fundamentações capitalistas para qualificar o trabalho humano de acordo com as exigências da produção.

### **2.3 O papel da escola capitalista**

O interesse capitalista reconheceu a necessidade da escola quando percebeu seu potencial para ensinar as aptidões básicas exigidas pela política econômica. Os ideológicos da burguesia e da administração capitalista liberal partiram das análises do pensamento fisiocrático, do pensamento de Adam Smith e seu entendimento sobre a educação escolar e a produção, que Rosa Luxemburg comenta argumentando que

Smith levantou categorias fundamentais a respeito da reprodução e do movimento do capital social total. Capital fixo e circulante, capital privado e social, renda privada e renda social, meios de produção e de consumo, aparecem postos em relevo como grandes categorias, em partes indicadas em seu cruzamento real, objetivos, em partes asfixiadas nas contradições subjetivas, teóricas da análise de Smith. (LUXEMBURG, 1970, p.39).

Ou seja, Luxemburg descreve o pensamento de Adam Smith considerando que a produção capitalista sempre esteve ligada ao movimento do capital social. Em seu conjunto avaliativo, renda, meios de produção e consumo se cruzam, todos estão interconectados pelas análises da economia política. Porém, se por um lado a escola atrapalhava o crescimento e a acumulação de capital, pois a instrução do trabalhador necessitava do tempo que poderia ser destinado a produção; por outro lado, a escolarização cumpria um papel fundamental à adaptação de pessoas simples ao trabalho repetitivo e a divisão do trabalho manual. Dessa forma, coube ao Estado o ônus que garantia a escola totalmente gratuita. Todavia, não aconteceu, considerando que os pais deveriam arcar com parte dos custos na educação dos filhos.

A educação voltada aos termos da produção e do consumo em massa sugere que a escolarização básica, necessária para auxiliar o sujeito comum a viver na sociedade de forma mais polida e com pensamento ágil, voltado ao processo produtivo. Dessa forma, a escola surge com a responsabilidade de oferecer o contexto instrucional mínimo, necessário a formação do trabalhador que procura sobreviver diante da ordem capitalista em ascensão. A instrução do trabalhador

moderno, com base na visão taylorista, trouxe novos princípios à produção industrial, e exigiu o conhecimento mínimo necessário ao processo produtivo em massa. Mesmo assim, para a formação do trabalhador fabril, os conhecimentos incluíam apenas saberes elementares, que possibilitasse o exercício de funções mecanizadas, úteis à divisão do trabalho na fábrica. Segundo as explicações de Acácia Zeneida:

É no e para esse trabalho, com suas formas peculiares de fragmentação, organização e heterogestão, que o trabalhador vem sendo educado; é ele que determina a partir da necessidade de exploração cada vez mais eficaz da força de trabalho comprada, o saber necessário e as formas de comportamento conveniente que devem caracterizar o trabalhador no modo de produção capitalista. (KUENZER, 1986, p. 12).

Entretanto, o processo produtivo também precisava da formação de quadros, alguém que pudesse atuar na supervisão e controle do trabalho manual; ou ainda, aqueles que ocupassem cargos e funções superiores no processo produtivo. Assim, a escola incorporou a responsabilidade de preparar os gerentes dos negócios da burguesia e, também, da formação dos funcionários do Estado, tornando-os aptos a trabalhar em qualquer esfera da administração Estatal.

Dessa forma, o ensino formal no contexto capitalista atua com dualidade expressa nas relações entre o ensino técnico e humanista. O primeiro distingue o trabalho corporal, aquele executado pela força do físico; o outro, mais geral, destinado à pequena burguesia, visa a organização e a burocracia do processo fabril. Dessa forma, a educação escolar capitalista, desde suas origens traz consigo um campo controverso. Numa dimensão implica acessar o conhecimento específico, voltado ao processo de produção industrial; na outra, limita o conhecimento, já que a instrução no contexto mais amplo constitui para os questionamentos que atrapalham a ascensão da burguesia.

## **2.4 A revolução industrial**

Durante o século XVIII, o processo de grandes transformações sociais ocorreu na Inglaterra. O modo de produção industrial muda as relações de trabalho no hemisfério norte. A mecanização do trabalho possibilitou a produção de mercadorias padronizadas impactando a vida rural e o meio ambiente. A revolução

industrial se deu através do processo que levou a substituição da energia humana, aos modos de produção artesanal do modo de produção feudal, pela energia e força motriz das máquinas.

Somente no séc XVIII se esboça um verdadeiro capitalismo industrial, isto é, aparece um capital industrial propriamente dito, autônomo e independente do comercial, e dedicado exclusivamente a produção manufatureira. É então que vai desaparecendo o artesão, o pequeno produtor independente que trabalha diretamente para o consumidor — excepcionalmente, como referi para o grande comerciante —, e que é substituído pelas grandes unidades produtoras, as manufaturas que reúne propriamente grande números de trabalhadores, já gora simples assalariados, sob a direção de um patrão que dispõe do capital. (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 124).

Entre 1750 e 1850, a primeira revolução industrial destacou a indústria têxtil. Impulsionada pela invenção da máquina de fiar, o tear mecânico e a máquina a vapor, inicialmente, foram responsáveis pela mecanização dos processos fabril. Na época, a Inglaterra se destacou como grande potência econômica dominante, e transformou Londres na mais importante capital financeira internacional do país. De acordo com Margaret MacMillan, às vésperas da primeira grande guerra, a “Exposição Universal de Paris” exibiu os efeitos da tecnologia industrial na educação formal. Segundo ela, “O palácio apresentava currículos e métodos de ensino para uso desde escolas para crianças à universidade na França e em outros países”. (MacMILLAN, 2014, p.10). No final do século XIX, o fenômeno da industrialização trouxe o progresso, que estava expresso na exibição dos Estados Unidos com a exposição parisiense, onde “Havia mostras especiais de educação técnica e científica e aulas noturnas para adultos”. Com as mudanças econômicas na Europa, todos os países constataram que precisavam de uma população bem mais instruída”. (MacMILLAN, 2014, p.10)

A burguesia europeia investiu nas técnicas de produção e na criação de máquinas para a indústria. As máquinas modificaram a relação de produtividade na medida em que aumentava os lucros com a atividade industrial. As descobertas e invenções da época produziram o distanciamento econômico e político entre países. Com a emergência da industrialização a nível mundial se podia medir o grau de desenvolvimento de cada país, e considerá-lo avançado ou não, de acordo com as avaliações sobre o nível de industrialização atingido. O desenvolvimento tecnológico da época proporcionou à Europa as condições de explorar os oceanos.

Melhores comunicações, inclusive os novos e baratos serviços públicos de correios e telégrafos aprimoraram os europeus e reforçaram sentimentos nacionalistas, mas também lhes permitiram saber o que acontecia em outros países. Viagens mais fáceis e baratas também ajudaram. Nas cidades, os veículos tracionados por cavalos gradualmente davam lugar a novos meios de transportes, como os trens elétricos. A primeira linha de metrô em Paris foi inaugurada a tempo da Exposição (e os batedores de carteira do metrô também). Redes de Ferrovias e canais surgiram em toda a Europa, e as linhas de navio a vapor cruzavam os oceanos. (MacMILLAN, 2014, p.12)

A Inglaterra, quando iniciou o processo com a aquisição de equipamentos necessários para o avanço da indústria no país, iniciou o período histórico que consagrou o fim da Idade Média e, com ela, o fim da atividade campesina como principal fonte de sobrevivência econômica. Diante dos acontecimentos, camponeses sem terras acabaram migrando aos grandes centros em busca de emprego nas fábricas. Ao longo do século XIX, a indústria havia operado transformações em vários setores da vida humana. A nova estrutura socioeconômica, estabeleceu os donos do capital como detentores dos meios de produção, inseriu o trabalho assalariado, eliminando a antiga forma de organizar o sistema de produção com base no trabalho artesanal.

A industrialização seguiu com o desenvolvimento do capitalismo monopolista. E quando a Alemanha despontou como potência industrial, já detinha a tecnologia suficiente para a exploração do minério de ferro, necessária ao desenvolvimento de uma cultura militar nos moldes modernos. A Prússia, aliada alemã na época, fez reformas políticas e econômicas que favoreceram o poderio industrial do império alemão. Porém, o então estágio do progresso tecnológico e científico, que inovou as táticas de guerra e contribuiu com o desenvolvimento industrial europeu, encontrava-se ameaçando com " A primeira Guerra Mundial e as revoluções do pós-guerra ainda fazem parte do século XIX. O conflito de 1914-1918 apenas precipitou e agravou desmesuradamente uma crise que ele não havia criado. (POLANYI, 2000, p. 37). A tecnologia militar do século XIX foi posta à disposição do primeiro conflito armado a nível mundial.

A dissolução do sistema econômica mundial que se processava desde 1900, foi responsável pela tensão política que explodiu em 1914; a guerra e os tratados posteriores diminuíram superficialmente a tensão eliminando a competição alemã, embora agravasse as causas da tensão e aumentassem, ainda mais acentuadamente, os obstáculos políticos e econômicos para a paz. (POLANYI, 2000, p. 37).

A primeira Guerra Mundial (1914-1918) experimentou um avanço significativo nos recursos militares. A Sérvia foi o campo de experimentação das novas tecnologias que revolucionou o antigo modo de combater. A invenção do motor a explosão acompanhou o desenvolvimento da metalurgia e da eletrônica, possibilitando a substituição do transporte precário, que mobilizou a cavalaria de guerra, pelos tanques, submarinos e, também, por aviões e navios. A tecnologia militar proporcionou toda uma estrutura equipada com lâmpadas de sinalização, alarmes e controles remotos. O uso da eletricidade no conflito bélico proporcionou desenvolvimento nas comunicações, e a transmissão via rádio que veio substituir a antiga comunicação precária dos códigos.

As armas químicas foram aplicadas ao campo de batalha de forma devastadora. A guerra estática nos campos de batalhas mudou para as áreas residenciais, onde o Gás de mostarda e de cloro vitimou milhares de civis. O antigo modo de batalha foi substituído pelo novo modo de guerrear. A guerra de trincheiras e o uso do gás tóxico, mudanças no modo de combater, com o uso das armas químicas, que foi condenado pela Convenção de Genebra, mas continua sendo utilizado, e a utilização de veículos automotores.

A revolução industrial contribuiu com o desenvolvimento da tecnologia de guerra, adaptando todos os recursos do processo industrial disponíveis ao seu curso. Porém, antes da guerra em 1914, a primeira linha de produção semi automatizada já garantia a produção de automóveis em série. Após o conflito, durante o pós-guerra, o modo de produção em massa idealizado por Henry Ford continuou, mas sua linha de produção automobilística seguiu sendo aprimorada com a racionalização da produção de baixo custo. A lógica foi desenvolvida com “os pioneiros de um novo sistema de produção – o que os europeus chamaram de 'sistema americano de produção' e o que seria mais conhecido como sistema de peças intercambiáveis”. (GREENSPAN; WOOLDRIDGE, 2020, p. 80) sofreu adaptações no seu sistema de funcionamento, consolidando-se até a década de 1980 como modelo de gestão empresarial moderno mais avançado.

O sistema de produção que veio a se consolidar no pós-guerra trouxe consigo um aprendizado acumulado. O período abrange mais ou menos meio século,

quando a tecnologia industrial proporcionou o bem-estar social nos países industrializados. A partir de 1865, as civilizações europeias tiveram acesso a novidades fundamentais, oriundas de matérias-primas como o aço, e o petróleo; a eletricidade, também está entre os avanços que proporcionam fonte de energia renovável. (GREENSPAN; WOOLDRIDGE, 2020, p. 106). Por volta de 1914, o automóvel e o telefone já estavam entre as inúmeras inovações, que revolucionaram o modo de vida europeu. (GREENSPAN; WOOLDRIDGE, 2020, p. 106). Com os setores siderúrgicos, a dinâmica das fábricas avançou para além das doutrinas iniciais que dinamizaram a indústria têxtil, no advento da revolução industrial. O pós-guerra estabeleceu outro equilíbrio logístico, com a manutenção de estoque e uma produtividade voltada à exploração máxima da mão-de-obra de cada trabalhador.

A ascensão e o triunfo do capitalismo industrial projetaram novos parâmetros para o ensino formal. Em tais condições, a escola seguiu a serviço do sistema econômico e político vigente, contribuindo com o desenvolvimento do capitalismo em suas diferentes configurações. A formação da força de trabalho industrial exigia uma composição curricular voltada à organização e gestão dos fundamentos empresariais. Com o passar do tempo, o ambiente escolar sofreu alterações, que variaram conforme às necessidades adaptativas na formação da força de trabalho, submetidas ao liberalismo econômico e aos interesses capitalistas. Porém, os interesses gerais da classe trabalhadora caminharam em desencontro com a economia de mercado. Pois, se os trabalhadores industriais, desde logo, visam uma formação cognitiva, cultural e social de seus filhos e membros, o Estado liberal não garantiu a ampliação de vagas nas instituições de ensino, nem tampouco a universalização do ensino com qualidade.

Em meados do século XX, se inicia a terceira etapa, o que pode ser considerado pelos historiadores como a terceira revolução industrial. Na área da ciência, merece destaque o desenvolvimento da engenharia genética e a biotecnologia. O uso da energia atômica e as conseqüentes preocupações com o armazenamento dos elementos radioativos, especialmente, o urânio. Em 1945, após a segunda guerra mundial (1939-1945), a tecnologia nuclear que produziu a bomba a, passou a ser aplicada à geração de energia. Em 1950, a tecnologia nuclear que

vitimou as cidades de Hiroshima e Nagasaki no Japão, se prestou á fins pacifico, a informática também passou a fazer parte do processo produtivo. Quando o software contribuiu com a automação industrial a substituição da mão-de-obra humana pelas máquinas foi ainda mais brutal. O desenvolvimento tecnológico da modernidade trouxe assim o primeiro modelo de administração sob o olhar científico aplicado à empresa, baseado na observação do trabalho, aprimorando o pensamento de Taylor e suas considerações sobre o sistema que controlava o ritmo do operariado para torná-lo mais produtivo.

Na Europa, o tema cultura se tornou visível e passou a integrar os debates teóricos e ideológicos entre a comunidade científica. Na medida que a modernidade penetrou na consciência coletiva e modelava o pensamento humano, a influência social se encarregava de fixar o conhecimento coletivo. De acordo com Bauman, já em 1930, a atividade cultural na sociedade moderna se voltava ao agir sobre o autoconhecimento humano. Segundo ele, o desafio de Freud encontrava-se no "folclore da modernidade penetrou em nossa consciência coletiva, afinal, modelou o nosso pensamento a propósito das consequências - intencionais e não intencionais - da aventura moderna" . (BAUMAN, 1998, p. 7).

E não pode ser de outra maneira. Os prazeres da vida civilizada, e Freud insiste nisso, vem num pacote fechado com os sofrimentos, a satisfação com o mal-estar, a submissão com a rebelião. A civilização- a ordem importa a uma humanidade naturalmente desordenada – é um compromisso, uma troca continuamente reclamada e para sempre instigada a se negociar.

Tais análises que envolvem os termos cultura e modernidade encontram-se relacionados a ordem e a beleza . A beleza tem estreita ligação com a pureza das coisas, algo que se contrapõe à sujeira de qualquer espécie incompatível com a civilização moderna, e que pode ser entendido como “harmonia e perfeição da forma”. A ordem se refere a “uma espécie de compulsão à repetição” que visa a regulamentação e o estabelecimento definitivo de onde e como devem ser feitas as coisas, circunstância que elimina a hesitação e decisão. Portanto, a pureza e a ordem são consideradas ganhos sociais, e como tal, se perdidos certamente irão causar indignação, resistência e lamentação. Contudo, não faz parte da natureza humana procurar a beleza, nem tão pouco preservá-la como rotina da ordem criada

e adquirida. Os seres humanos devem ser submetidos a obrigações, tipo específico de exercício que fortaleça a harmonia entre a limpeza e a ordem. E neste caso, a liberdade de agir sobre os próprios impulsos passa por um preparo através da coerção (BAUMAN, 1998).

O pensamento freudiano faz menção às renúncias da civilização moderna, impostas sobre a sexualidade e agressividade do homem. Segundo Bauman, o indivíduo ansiava por liberdade dirigida contra as formas e exigências particulares da civilização ou contra sua totalidade, que restringia os prazeres da vida às exigências civilizatórias. As ideias freudianas fundamentam os pares opostos, remetendo-os a conceitos subjetivos como sofrimento, satisfação, mal-estar e submissão versus rebelião. A civilização, na visão freudiana, nada mais é do que uma ordem imposta à humanidade naturalmente desordenada, passiva de mudanças. O princípio de prazer ficou estabelecido nos limites da realidade impostas por normas que mediam a vida como ela se apresentava. Quando o homem civilizado trocou algumas possibilidades de felicidade pela segurança, as normas se justificaram mediante a superação da natureza da civilização moderna (BAUMAN, 1998).

O orgulho da modernidade, descrito por Bauman, se dá nas ocorrências da ordem, em conformidade com a teoria freudiana. As realizações sob as condições de beleza e limpeza, incluem termos como compulsão, regulação e supressão. Expressões que, de certa forma, revelam as renúncias forçadas e impostas pelos preceitos da sociedade moderna. Tudo que pode ser entendido como marca registrada da modernidade resulta da ordem e da liberdade liberdade moderna, principalmente, quando se trata da liberdade individual e do prazer. A estrutura civilizacional que se impõe concentrada na segurança, inibe a liberdade sexual e, por conta disso, nas palavras de Bauman, produz mais “mal-estar”. Segundo ele, tal efeito surge pelas limitações da liberdade em nome da segurança (BAUMAN, 1998).

Quando a ordem moderna apresentou seu estágio de desregulamentação, a pós-modernidade emergiu a partir dos princípios de uma realidade que acabava nos tribunais de Justiça. O entendimento sobre as dificuldades inerentes à natureza da civilização, que contrariava a qualquer tentativa de reforma, perdeu sentido no momento em que a compulsão e a renúncia forçada não mais foram entendidas como necessidade que pudesse ter prioridade acima da liberdade individual. De

acordo com Bauman (1998), quando a civilização inscreveu e publicou a liberdade individual e seu reinado soberano, " o valor pelo qual todos os outros valores vieram a ser avaliados se tornaram referência pela qual a sabedoria acerca de todas as normas e resoluções supra individuais devem ser medidas" (BAUMAN, 1998, p. 9).

Isso não significa, porém, que os ideais de beleza, pureza e ordem que conduziram os homens e mulheres em sua viagem de descoberta moderna tenham sido abandonados, ou tenham perdido um tanto do brilho original.

Pensar na passagem da modernidade à pós-modernidade à luz do pensamento baumaniano, traz considerações sobre os efeitos normativos da modernidade. As normas antigas com seus efeitos práticos positivos perdem sua validade, quando uma nova visão propõe mudanças na regulação de homens e mulheres. Na pós-modernidade, as possibilidades de segurança e felicidade ocupam espaço se diferenciam da lógica moderna. De acordo com Bauman (1998), na modernidade muita segurança gerava o sentimento de intolerância porque limitava a busca da felicidade individual. Agora, a principal motivação pós-moderna provém da busca da liberdade, uma espécie que valoriza o prazer, mas que tolera apenas uma segurança individual pequena (BAUMAN, 1998).

Porém, novos valores trazem como consequência a perda de outros. Se, anteriormente, os esplendores da liberdade individual foram evitados em nome de uma suposta segurança coletiva. Hoje, é a vez da segurança ser sacrificada, cedendo lugar à liberdade do prazer individual. O momento revela dias obscuros e monótonos, que assombram os que procuram segurança, aqueles que os defensores da liberdade abominam. Entretanto, Bauman explica que em ambos os casos, tanto na sociedade moderna quanto na "pós-moderna", a felicidade naufraga. Considerando o contraste entre segurança e liberdade em épocas diferentes, muito pouco se pode aproveitar de um estado de coisas. A liberdade sem segurança não confere mais firmemente a provisão de felicidade do que a segurança sem liberdade. Atualmente, uma nova disposição humana se apresenta, um passo adiante que necessariamente não implica um caminho maior para a felicidade. Dessa forma, na "pós-modernidade", se faz necessário uma reavaliação de todos os valores que

conduzem à felicidade humana, porque já se sabe que novos valores não garantem necessariamente, maior estado de satisfação (BAUMAN, 1998).

## **2.5 A escolarização do trabalhador moderno**

Entre as décadas de 1960 e 1970, a escola se encarrega da formação da força de trabalho. Mas, em 1957, durante a guerra fria, a corrida espacial travada entre os Estados Unidos e a União Soviética direcionou o desenvolvimento tecnológico à produção de armamento. Em 1969, o marco da conquista espacial, com a chegada de Neil Armstrong à lua, revelou a força e a conquista tecnológica do ser humano. As novas descobertas na química foram essenciais para a produção de ligas metálicas, que proporcionaram um avanço nos veículos espaciais, construção de aeronaves que iniciou a conquista espacial.

As novas descobertas incorporadas ao sistema educacional mundial foram incorporadas ao sistema produtivo e a escolarização do trabalhador. A princípio, as melhorias do sistema produtivo necessitavam que ensino formal se adaptasse para capacitação do trabalhador, de quem se esperava retorno positivo na medida que melhora também a produção. Assim, o investimento em educação atendeu os propósitos do desenvolvimento produtivo. Segundo Greenspan; Wooldridge (2020). Após a Segunda Guerra Mundial, a América se apresentava como terra de oportunidades. Em 1945, os Estados Unidos liderou o desenvolvimento científico mundial, quando financiou a pesquisa voltada ao desenvolvimento industrial. As academias e as indústrias capturaram as referências do passado e as misturaram ao futuro tecnológico da sociedade americana. Antes da Guerra atômica, "A heterogestão, tal como ocorre no modo de produção capitalista, é fruto tardio do racionalismo, que só começa a atingir a organização do trabalho a partir do século XVIII e início do século XX". (KUENZER, 1986, p 25).

Embora a crescente racionalização dos campos do conhecimento nos séculos XVIII e XIX tivessem fornecido o pano de fundo para o emprego dos métodos racionais na execução e organização do trabalho, isto só foi possível com o surgimento de novas relações de produção, que determinaram o abandono violento do sistema artesanal pela introdução da máquina no processo produtivo.

O abandono do sistema artesanal acompanhou a racionalização do processo de produção, aprofundado nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A teoria do capital humano surge com o ideário social da educação capitalista. Ela projeta no imaginário popular a visão da escola como forma de ascensão social, o espaço que garante boas vagas no mercado de trabalho e necessita da escolarização como pré-requisito para acessar o mercado de trabalho. Mas, tal pensamento pode ser questionado quando se percebe que grande parte da população escolarizada se encontra desempregada. Se refletir sobre os dias atuais, o trabalhador precisa ser flexível quando for exigido dele adaptações necessárias às diferentes funções e à postos de trabalhos distintos. Dessa forma, por meio do trabalho flexível, a escola instruiu o trabalhador direcionando-o ao processo produtivo que evoluiu ao longo do campo (KUENZER, 1986).

Nestas circunstâncias, o vínculo entre escola e o setor produtivo se deu de forma indireta, uma vez que a instrução para o mundo do trabalho dependia do espaço mediador, do ambiente específico para escolarização, da sala de aula que contribuiu para formar sujeitos adaptáveis ao modo de produção que mudava periodicamente. Não só do ponto de vista técnico, mas também, no que diz respeito à disseminação da ideia meritocrática para conformar e apaziguar os ânimos exaltados pela ideia do desemprego (KUENZER, 1986).

A ideia de meritocracia caminha em conjunto com outra, a de competência, introduzida no imaginário humano como uma expectativa do mercado de trabalho. Considerar que o motivo do desemprego é a incompetência esconde o fato de que o sistema capitalista admite o desemprego como prerrogativa de seu funcionamento. Assim, mesmo com a devida qualificação para almejar um posto de trabalho, quando não se tem a garantia do trabalho, a escola ajuda a mascarar a dura realidade (KUENZER, 1986). O fato de que não há postos de trabalho para quem termina os estudos é próprio do sistema que Marx descreve como sendo detentor do trabalho excedente, os fundamentos produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista (MARX, 1980).

Com a ascensão do capitalismo, a sociedade europeia teve que se submeter ao trabalho assalariado. E, entre um intervalo e outro do processo histórico, no auge da Revolução Industrial, a escola se manteve como um ambiente entre o lar e a

fábrica. Durante os séculos XIX e XX, as escolas passaram a se constituir como instituições disciplinares com base nas “obras de Taylor e Fayol, motivadas pela necessidade de racionalização do processo produtivo, tendo em vista a acumulação ampliada do capital” (KUENZER, 1986, p 29).

Dessa forma, desenvolvia-se a instrução do mundo industrial, voltados aos métodos e técnicas que ampliava a acumulação de capital. a escola foi se consolidando como instituição de formação para o trabalho em duas vertentes, dentre as quais uma estava para dimensão técnica; e a outra, para dimensão política e ideológica. Por um lado, a formação do indivíduo acompanhava as novas relações do trabalho nas indústrias. Por outro lado, embora dentro do contexto da produção industrial, estava voltada para os fundamentos de controle temporal, eficiência, ordem e disciplina. Todo o esforço se voltava para manter a submissão do trabalhador, a sua subserviência ao sistema que fundamentava a produção capitalista (KUENZER, 1986).

O ambiente escolar se prestou ao ensino de preservação da ordem, com destaque à obediência da autoridade e à impessoalidade. De acordo com Kuenzer (1986, p 30), quando “Taylor institucionaliza a heterogestão como fundamento básico da organização capitalista do trabalho, tirando do trabalhador a possibilidade de pensá-lo, criá-lo e controlá-lo”, o ensino formal passou a ser guiado pela alienação que se dá na perda do controle da própria atividade do trabalho. A partir de então, a escola reflete esse mesmo raciocínio, submetendo crianças e jovens a uma prática cultural que impede que o aprendiz possa determinar o objeto de seu trabalho escolar ou, até mesmo, quando não podem decidir sobre seu processo de trabalho. O estudante disponibiliza à escola sua capacidade de produção intelectual, porém, o plano de relações imediatas estabelecidas pelo professor limita as possibilidades do aluno (KUENZER, 1986).

Do ponto de vista da Educação formal, do mesmo modo que ocorre com o tempo do trabalhador assalariado em relação ao processo de trabalho, o professor dispõe do tempo e das habilidades dos alunos sem que eles possam gerenciar seu próprio tempo. As principais manifestações do controle desse horário, geralmente causam angústia na medida que as atividades escolares não estão compatíveis com a disponibilidade do aluno. Tais inconvenientes da organização do tempo escolar

são justificados pela manutenção da ordem em sala de aula. Neste contexto, a escola, enquanto instituição de ensino, apresenta-se como espaço fragmentado, onde a sala de aula se insere como local disciplinador de corpos e mentes, apoiada na organização burocrática do tempo, normatização e recomposição destinados ao aprendizado do aluno (KUENZER, 1986).

O Estado afirma-se como operador da opressão, quando faz uso do aparelho repressivo e ideológico. Segundo Althusser, o entendimento de Estado considera a existência da prática jurídica, como operadora dos instrumentos repressivos da polícia, dos tribunais e das prisões. Para ele, o Estado mantém o poder pelo monopólio da força e da violência, para que as condições políticas permitam que as relações de produção se efetivem no modo de produção capitalista. Para Louis Althusser, “o aparelho de Estado (AE) compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo que chamaremos a partir de agora o Aparelho Repressivo de Estado”. (ALTHUSSER, 1970, p 43).

O poder do Estado está ancorado no uso de aparelhos institucionais, que estão autorizados a exercer a força e a violência. As instituições do Estado se expressam através da família, da religião, dos sindicatos, da imprensa, e também, da escola. Quando a instituição escolar instrui com base nos conceitos de alienação produtiva, reproduz a ideologia dominante. Dessa forma, o poder estatal se manifesta, tanto pela violência quanto pelos seus aparelhos de dominação ideológica. As instituições garantem o poder estatal, tendo uma o apoio da outra, de forma que se for necessário, a violência pode se utilizar da ideologia ou vice-versa. A violência do Estado é uma expressão dissimulada e discreta, que se apoia nas sanções, exclusões, seleções e outros artifícios que garantem o poder Estatal (ALTHUSSER, 1970).

A escola projeta a ideologia da classe dominante e inculca nos sujeitos as relações de produção hegemônica. Sem neutralidade, ela expressa uma ideologia universal, como ideia que promove a emancipação do sujeito, mas que na verdade, promove a reprodução da ideologia capitalista. De forma dissimulada, propõe um currículo para a formação humana plena, disposta à formação do sujeito em sua totalidade (KUENZER, 1986).

Os professores imbuídos da autoridade científica dispõem de uma sala de aula como se isso fosse suficiente para promover a emancipação dos alunos. Pensam que a emancipação está condicionada aos ensinamentos dos conhecimentos científicos apenas, conhecimentos necessários, mas, com certeza, insuficientes para libertar os alunos da opressão social. As escolas educam a serviço do Estado (KUENZER, 1986).

Em síntese, a trajetória histórica da escola acompanhou uma série de conflitos econômicos, ideológicos, que impactaram de forma ampla a organização social. Trata-se da natureza contraditória que está presente na atualidade. O fato revela o desenvolvimento escolar atrelado ao capitalismo e a exploração da força de trabalho assalariado, sendo que os fatores que influenciaram mudanças sempre estiveram ligados às mudanças na organização do sistema de produção capitalista (KUENZER, 1986).

O ambiente escolar abriga no seu interior todas as contradições visíveis na sociedade. Na medida que atende os imperativos capitalistas, a escola reproduz a acumulação de capital e as principais relações da reprodução capitalista. Dessa forma, as concepções teóricas contrárias, que abordam uma educação crítica revelam intenções progressistas e os propósitos que contribuíram para emancipação do ensino. A escola se encontra como espaço de resistência e exposição de contradições, um local onde a reflexão sobre o capitalismo projeta a formação crítica do aluno e, conseqüentemente, dos futuros trabalhadores que contribuirão na fomentação da luta de classes (KUENZER, 1986).

Assim, a dialética do espaço escolar abriga todas as contradições da sociedade. Por um lado, atende os imperativos capitalistas, reproduzindo suas relações de acumulação do capital através do conhecimento científico sistematizado. Por outro lado, o debate refere-se à área da educação e a luta pelas condições de trabalho, com melhor qualidade no ensino, torna tanto professores quanto coordenadores pedagógicos e funcionários da escola, responsáveis, juntamente, com pais e estudantes, para que isso ocorra (KUENZER, 1986).

Para Kuenzer (1986), a dialética e as contradições presentes nas instituições contribuem para a crítica do sistema escolar capitalista e conseqüentemente as possíveis mudanças do sistema escolar. As instituições escolares estão susceptíveis

aos movimentos de superação das condições estruturais e superestruturais do processo produtivo. Sendo assim, “a pedagogia do trabalho desempenha papel fundamental, na medida em que novas formas de organização do trabalho, implicam nova concepção do trabalho” (KUENZER, 1986, p 55).

Na escola, estão presentes as forças antagônicas da sociedade capitalista, expressa nos principais conflitos presentes entre o capital e a força de trabalho humano. E, “a partir das condições concretas do desenvolvimento, tem que ser elaborada e veiculada; ou seja, o fenômeno educativo faz a mediação entre mudança estrutural e sua manifestação no campo político ideológico” (KUENZER, 1986, p 55). Diante das condições do modo de produção, os sujeitos reagem de acordo com sua inteligência e vontade, conforme suas expectativas e formas de manifestações humanas. Trata-se das respostas individuais e grupais aos ditames da instituição, com resultados que podem diferir da proposta institucional inicial. (KUENZER, 1986).

## **CAPÍTULO III**

### **O BRASIL DO SÉCULO XXI E AS RAÍZES DO PASSADO COLONIAL**

#### **3. O BRASIL DO SÉCULO XXI E AS RAÍZES DO PASSADO COLONIAL**

A rápida expansão demográfica do século XV, colocou os países europeus em direção às Américas. Do ponto de vista europeu, a história da América descreve o reino das aventuras, o ambiente em que a Europa projeta a ostentação senhorial, herança trazida do seu passado feudal. As principais questões endêmicas da França, Espanha, Itália e, também, a região dos Balcãs, inquietavam os reis e os proprietários rurais e os habitantes das cidades. De acordo com Faoro, a única solução aos conflitos sociais da época era a posse das novas terras, através do trabalho recrutável para acelerar as atividades econômicas (FAORO, 2012).

Para Faoro (2012), a expansão comercial europeia marcou o principal episódio na globalização mundial. Um mundo diferente surge diante das ambições portuguesas, despertando o interesse pela atividade mercantilista que propiciou a exploração da realidade exótica, que desafiava a realidade tradicional até então conhecida entre os europeus. Diante do novo ambiente, antes de se preocupar com a vida nativa, a devastação territorial à procura do ouro e da prata conduziram as ações predatórias dos exploradores.

Diante do português emergiu não apenas um mundo novo, mas também um mundo diferente, que deveria, além da descoberta, suscitar a invenção de modelos de pensamento e de ação. O primeiro golpe de vista, embaraçado com a realidade exótica, irreduzível aos esquemas tradicionais, apenas revelou a esperança de novos caminhos dentro do pisado quadro mercantilista. (FAORO, 2012, p.117).

Para Raymundo Faoro, o domínio colonial no Brasil trouxe um ambiente estatal com ênfase nos aspectos institucionais do Estado português. De acordo com sua obra, “*Os Donos do Poder*”, a história brasileira viveu o episódio do patrimonialismo como fonte da opressão nacional. As navegações do século XVI, revelavam perspectivas de riquezas que projetou o plano colonizador nas Américas. Dessa forma, se direcionou o escopo governamental à descoberta das minas, a princípio; mas, posteriormente, a riqueza também foi incrementada com o comércio internacional do açúcar e escravos africanos (FAORO, 2012).

A expansão ultramarina e o tráfico de escravos desenvolveram o capitalismo mercantil e as bases da empresa agrícola colonial, sob o receituário de Lisboa. Voltadas ao mercado externo, a expressão máxima do capitalismo ascendente fixava seus domínios nos continentes recém dominados. Mas, nada seria possível sem uma política de dominação territorial, que projetou os fundamentos da tradição patrimonialista. De acordo com Faoro, a burocracia portuguesa orientou o pensamento político brasileiro, fortalecendo os senhores rurais subjugados pelo interesse da coroa portuguesa (FAORO, 2012).

Na época da sociedade colonial, uma hierarquia administrativa foi adaptada conforme a vida econômica da colônia, e de acordo com os interesses da metrópole. E neste contexto destacam-se as forças regulares, a ordem militar e o papel da igreja na educação dos subjugados pelos colonizadores instalados nas terras brasileiras. A ordem dos jesuítas, que defendiam a liberdade dos índios, contribuiu com a integração dos colonos, que se instalaram nas terras alheias para cumprir a ordem metropolitana e os princípios do Estado pré-capitalista, trazidos para cá pelos senhores de engenhos (FAORO, 2012).

A trajetória histórica do mundo globalizado canaliza seu caráter ideológico em direção às Américas e à sua integração mundial. Para além da leitura econômica, o papel dos meios de comunicação de massa, disponíveis à época, contribuiu na formação do pensamento que revelou o caráter consumista da sociedade global. As

etapas e contexto em que se deram durante o processo de globalização projetaram novas perspectivas hegemônicas e contra hegemônicas, que se fortaleceram com o surgimento dos Estados nacionais e o processo de miscigenação cultural, que acirrou os conflitos religiosos (CANCLINI, 2019).

Com base na teoria Boaventura de Souza Santos, da divisão da sociedade em linhas cartográficas pode se extrair a historicidade de uma realidade social que estava, e ainda se encontra, em constante mudanças. As transformações, que podem ser reconstruídas a partir do método dialético, refletem as condições objetivas e subjetivas da realidade social, contidas nos ensaios escritos “Epistemologias do Sul”, onde se encontra a versão do pensamento de Santos. Sua teoria reflete a lógica do pensamento abissal, uma nova visão crítica acerca da pós-modernidade (SANTOS, 1995).

De acordo com Boaventura de Souza Santos, o pensamento moderno ocidental estabeleceu uma linha invisível, denominada de "linha abissal", que divide o universo social em duas realidades distintas. Trata-se de distinguir o que será excluído, colocado noutra campo, num universo exterior às concepções aceitáveis enquanto realidade existente. Segundo ele, é característico do pensamento abissal o estabelecimento de dois campos para a mesma realidade. No pensamento dicotômico se processa o tratamento diferenciado. De um lado se encontram os que foram submetidos ao jugo europeu; e, portanto, a dicotomia: apropriação e violência. Do outro, aqueles que submeteram as Américas aos ditames de seus interesses durante o processo de colonização; e, portanto, outra dicotomia: regulação e emancipação social. (SANTOS, 1995).

As características da modernidade trazidas pelo europeu têm seus fundamentos no paradigma entre regulação e emancipação. Contudo, tal universalidade, garantido pelo conhecimento positivista da Europa, não alcança os territórios coloniais. De um lado, os novos territórios da África e da América do Sul, que tiveram seus destinos traçados e ignorados pelas metrópoles europeias; do outro, os senhores da vida subjugada, orquestrada dentro dos palácios governamentais e episcopais, e portanto, dirigida ao nativo vítima da realidade invisível. Uma realidade social visível, presente entre os que decidem o destino dos outros; e outra invisível, distinções projetadas sob medida à realidade dos povos

submetidos, vítimas do escravismo colonial e da conversão ao cristianismo (SANTOS, 1995).

### 3.1 O pensamento abissal na modernidade

O pensamento abissal acompanhou o saber ocidental, que manifestou um sistema de distinções visíveis e invisíveis. De acordo com o modo de educar e produzir conhecimentos, as distinções abissais aprofundaram os abismos estruturais entre culturas, sociedades e economias. Segundo Santos, tratou-se de projetar realidades sociais em dois universos distintos; de um lado encontra-se o universo "deste lado da linha", o positivismo cartesiano europeu expresso pelo paradigma dominante; "do outro lado da linha", toda produção de conhecimento, historicamente, considerada inválida pela lógica de saber europeu, que impossibilitou a copresença dos dois modelos de conhecimento. Na medida em que o pensamento ocidental produziu e radicalizou diferenciações contra o outro saber, o período da modernidade ocidental concretizou formas de distinções do saber que distinguia as sociedades metropolitanas dos territórios coloniais, fundado em dois paradigmas: "deste lado da linha", regulação versus emancipação social (SANTOS, 1995).

Tudo o que não pudesse ser pensado em termos de verdadeiro ou falso, de legal ou ilegal, ocorria na zona colonial. A este respeito, o direito moderno parece ter alguma precedência histórica sobre a ciência na criação do pensamento abissal. De facto, contrariamente ao pensamento jurídico convencional, foi a linha global que separava o Velho Mundo do Novo Mundo que tornou possível a emergência, deste lado da linha, do direito moderno, em particular, do direito internacional moderno. (SANTOS, 1995, p.26 e 27).

A ciência e o direito são os dois grandes domínios, onde as linhas globais eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontram fora de sua jurisdição. De um lado, existe os limites entre o verdadeiro e o falso; do outro, entre o legal e ilegal. Ou seja, nos limites da ciência, não se encontra uma vasta experiência tomada invisível por ela. Os limites científicos, entre verdadeiro e falso, desperdiçaram uma vasta experiência de autores, nativos do território que despertava a cobiça mercantilista dos europeus. A este respeito, o direito moderno parece ter alguma precedência histórica sobre a ciência, na criação do pensamento abissal. As linhas da amizade marcaram o pensamento jurídico convencional,

separando “o Velho Mundo do Novo Mundo”, o que tornou possível a emergência, deste lado da linha, do direito moderno, em particular, do direito internacional moderno. (SANTOS, 1995).

Em meados do século XVI, as linhas abissais emergem através das linhas globais. O Tratado de Tordesilhas, assinado por Portugal e Espanha, pode ser considerado como o primeiro exemplo entre outros, pensadas através da "amity line" (linhas da Amizade). As linhas manifestam um caráter abissal já na sua definição cartográfica, na precisão dos fabricantes do globo terrestre, ou aventureiros vigilantes encarregados de identificar violações para que se possa aplicar duras punições. Do ambiente colonial emerge outra expressão para a constituição moderna, antes de tudo, o território sem lei e, portanto, fora dos princípios da legalidade ou ilegalidade (SANTOS, 1995).

No século XVII, o conhecimento sobre latitude e meridiano foi aplicado para determinar os limites da jurisprudência e da verdade. Ao longo do processo, o debate jurídico e político nos estados europeus concentrou-se nos propósitos do "Novo Mundo" e na divisão proporcional pelas linhas globais, ou seja, na determinação do espaço colonial em termos diferentes do que seria sua ordenação. Ao contrário, o colonial trouxe considerações sobre o estado de natureza onde as instituições da sociedade civil europeias não foram aplicadas. A América fazia alusão ao espaço de povos selvagens, exemplares da natureza, uma espécie de estágio primitivo de evolução que toda a humanidade é obrigada a passar no processo de evolução social (SANTOS, 1995).

No início do século XVIII, o espaço colonial foi a localidade onde as modernas concepções do conhecimento e direito não reagiram às organizações sociais de seus integrantes. As teorias do contrato social dizem respeito a muita coisa importante, inclusive aquelas que não são ditas. Elas trazem o entendimento de um indivíduo moderno adepto do contrato social que o livra do estado de natureza e edifica a sociedade civil. Entretanto, silencia sobre a vastidão do mundo que se encontra no estado de natureza, estado de condenação dos seres humanos que estão fora dos limites criados por uma sociedade civil. A modernidade ocidental, quando interage com o ambiente colonial, impõe a coexistência da sociedade civil com o estado de natureza, separada por uma linha abissal, através da qual se

projeta o olhar hegemônico, localizado na sociedade civil, ignorando o estado de natureza, e portanto, não considerando sua existência(SANTOS, 1995).

O presente do outro lado da linha deixa de ser visto quando se projeta uma invisibilidade para reconhecer o que se considera um passado irreversível. A chegada do europeu aos novos territórios converteu a simultaneidade em pretérito, introduzindo um futuro hegemônico sob a ótica europeia. Contudo, os princípios legais vigentes da sociedade civilizada não se aplicam ao ambiente colonial porque a universalidade do direito não trata das prerrogativas do estado de natureza. Portanto a cartografia abissal separou “a zona colonial é, *par excellence*, o universo das crenças e dos comportamentos incompreensíveis que de forma alguma podem considerar-se conhecimento, estando, por isso, para além do verdadeiro e do falso” (SANTOS, 1995, p.29).

Segundo Boaventura, as práticas incompreensíveis são visíveis no espaço colonial, onde convivem a magia e a idolatria. O estado de natureza humana de seus agentes e suas práticas causa completa estranheza. E as concepções europeias de humanidade, presentes entre os humanistas dos séculos XV e XVI, concluem com base no entendimento de dignidade humana, que os habitantes da terra eram selvagens e, portanto, sub-humanos, principalmente, quando os principais questionamentos faziam referência à vida espiritual. Em 1537, as linhas abissais são visíveis de diferentes formas, dentre as quais a apropriação e a violência são duas variantes do processo de dominação colonial. Em geral, a apropriação se dá pela incorporação, cooptação e assimilação, e a violência pela destruição física, material, cultural e humana. Porém, apesar de manifestar-se por naturezas diferentes, na prática, ambos os casos estão interligados. No domínio do conhecimento, a apropriação cultural submete seus habitantes à violência da expropriação epistemológica. Ou seja, a exploração geográfica além de produzir a devastação territorial, coloca no esquecimento histórico os mitos e as cerimônias locais, oriundas do conhecimento indígena. No campo da violência, as manifestações vêm com a proibição do uso da língua própria em espaços públicos, com adoção forçada de nomes cristãos também com a conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, ou seja, imposições que determinaram as formas de discriminação cultural e racial (SANTOS, 1995).

Do ponto de vista do direito, à apropriação e violência tem relação com o tráfico de escravos e trabalho forçado, com a manipulação da lei em favor das autoridades tradicionais, comprometidas com o governo indireto. Tudo que se refere à pilhagem de recursos naturais, deslocação populacional em massa, guerras e tratados desiguais, também, diferentes formas "*apartheid*" e assimilação forçada. A lógica da regulação e emancipação segue em conformidade com a distinção da matriz, com o entendimento que se tem sobre o direito das pessoas e das coisas; diferente, no caso da apropriação e violência, uma lógica que só reconhece o direito das coisas, inclusive o direito da posse humana. A linha abissal do direito coloca em oposição duas versões, dentre as quais, a versão extrema aplicada nos territórios coloniais não pode ser aplicada do lado de cá, no território civilizado (SANTOS, 1995).

Portanto, do ponto de vista das linhas abissais, a cartografia moderna se apresenta como dualista, seja pela esfera jurídica ou, seja pela esfera epistemológica. Se por um lado, está em consonância com o direito moderno, seu oportuno revela a divisibilidade que se estende para além da legalidade e ilegalidade; por outro, em conformidade com a ciência, o conhecimento traz manifestações que vão além da verdade e da falsidade. Assim, a negação é condição sacrificial de parte da humanidade, enquanto, outra parte afirma-se através de sua universalidade. As "linhas abissais continuam a estruturar o conhecimento e o direito moderno e que são constitutivas das relações e interações políticas e culturais que o Ocidente protagoniza no interior do sistema mundial"(SANTOS, 1995, p. 31)

Atualmente, a realidade do período colonial ainda se encontra presente. O pensamento moderno do ocidente opera através de linhas abissais, que dividem o mundo humano do "sub-humano", duas realidades que se apresentam nos princípios de humanidade, uma sendo o oposto da outra, manifesta pelas práticas desumanas. As colônias trazem à tona o modelo de exclusão que permanece atual no presente, mediante o pensamento e práticas modernas ocidentais tal como ocorreu no ciclo colonial. Hoje, como antes, as linhas abissais são os limites invisíveis para a negação de práticas com base nos princípios hegemônicos, para quem se encontra no lado oposto da linha. Na atualidade, o significado do pensamento jurídico abissal impõe seus limites jurídicos e políticos, um espaço onde não se aplica o primado da

lei, dos direitos humanos e da democracia. É preciso refletir até que ponto tal comportamento discriminativo (SANTOS, 1995).

### 3.2 Os direitos do homem

Para Bobbio, os direitos do homem são constituintes heterogêneos, baseados em dois princípios. Um confere o direito de liberdade e, o outro, os direitos sociais. O conjunto de direitos que contém incompatibilidade, ou seja, a proteção concedida a alguém restringe ou suprime a proteção do outro. É concebível a ideia de sociedade livre, com base nas garantias dos direitos de liberdade, se tais garantias também apresentarem os direitos sociais ao mesmo tempo. É possível que seja mais livre na medida que é menos justa, ou vice-versa. Na proporção maior de liberdade menos intervenção estatal, considerando o Estado como responsável pela efetivação do direito. Por este princípio, liberdade e poder são incompatíveis. O principal exemplo está registrado historicamente: os “direitos do homem seja aquele relacionado com o processo de descolonização, o qual teve lugar de modo mais decisivo — é bom recordar — depois da Declaração Universal” (BOBBIO, 2004, p.21).

Pois bem: na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais (aprovada em 14 de dezembro de 1960), temos a habitual referência genérica aos direitos do homem globalmente considerados, mas temos também algo mais: a afirmação — desde o primeiro artigo — de que “a sujeição dos povos ao domínio estrangeiro é uma negação dos direitos fundamentais do homem”. Trata-se de uma autêntica complementação, cujo caráter explosivo não é difícil de imaginar, ao texto da Declaração Universal.

Para Norberto Bobbio, os direitos nascem e se desenvolvem mediante conjunturas históricas concretas, como consequência da formação social dada. Nestes termos, analisados por Norberto Bobbio, o direito à educação faz parte da prerrogativa de um outro direito a saber: “o princípio de liberdade” como garantias do Estado de Direito. E a escola sendo instituição do Estado e a promotora do ensino formal, então o direito à educação formal passa pelas garantias de acesso à instituição escolar de ensino. Porém, embora esteja contida nas prerrogativas legais, o acesso ao ambiente escolar foram conquistas oriundas das exigências históricas. À medida que os ideais democráticos são reconhecidos no convívio social e novas

orientações políticas asseguraram o direito de acessar uma educação laica e democrática no ambiente escolar, a ideia universalização do ensino atinge os padrões curriculares (BOBBIO, 2004).

Bobbio (2004) compreende que a democracia projeta a ampliação dos direitos individuais e coletivos. E por essa perspectiva, a democracia é entendida como estabelecimento de regras que fundamentam as decisões públicas, voltados às pessoas. Nessa linha de raciocínio, a democracia prevê desportivos reguladores do jogo social.

[...] a extensão do direito social de ir à escola até os catorze anos suprimiu, na Itália, a liberdade de escolher um tipo de escola e não outro. Mas talvez não haja necessidade de dar exemplos: a sociedade histórica em que vivemos, caracterizada por uma organização cada vez maior em vista da eficiência, é uma sociedade em que a cada dia adquirimos uma fatia de poder em troca de uma falta de liberdade. Essa distinção entre dois tipos de direitos humanos, cuja realização total e simultânea é impossível, é consagrada, de resto, pelo fato de que também no plano teórico se encontram frente a frente e se opõem duas concepções diversas dos direitos do homem, a liberal e a socialista. (BOBBIO, 2004, p. 24 e 25).

A democracia conta com um acervo histórico de normas processuais, que apresenta uma lógica dirigida às decisões coletivas. Contudo, as configurações ocidentais supõem um acordo norteador que o jogo político e social incorpora, determinando o tolerável e intolerável sobre o direito da escolha e o dever da obediência. Nos limites da democracia é possível pensar nas confluências e assimetrias entre as ideias de particularidades, de pluralismo e de relativismo cultural (BOBBIO, 2004).

O entendimento sobre direitos humanos vem da tradição ocidental, do interesse de preservação letrada da cultura clássica, importada pelo processo civilizatório dos costumes europeu. Dessa forma, a tradição escolar trazida para o Brasil, acompanhou consigo essa herança da modernidade ocidental. E através das escolas, a democracia liberal sempre esteve presente no ensino das particularidades locais. No início do século XVI, a tradição religiosa entre jesuítas das primeiras escolas religiosas introduziu o latim como idioma contraponto ao linguajar coloquial. A princípio, se pensou na escolarização como uma condição para que se fixasse uma homogeneidade cultural, e o intuito incluiu uma unidade linguística (BOBBIO, 2004).

O Estado assume a tarefa de instruir a sociedade, quando coloca em prática a linguagem da escola Moderna. A tarefa suplantou os saberes populares, produzidos comunitariamente. A sociedade contemporânea trouxe a legislação que promoveu a igualdade matricial, dando acesso às oportunidades de formação, quando a escola rompe com o antigo regime. A escola desenhada pelos revolucionários franceses era tida como uma invenção e única para todos. E dessa forma, surge a escola moderna de Estado, com sistema de ensino, público, gratuito, laico, universal. Sua universalidade é atende todas as crianças e jovens, independentes de sexo, credo, e condição econômica da cidade ou do campo. O sonho republicano do ensino ministrado com base nos mesmos conteúdos, independente de quaisquer identidades ou pertenças comunitárias (BOBBIO, 2004).

### **3.3 A instituição escolar no Brasil**

Os primeiros educadores brasileiros pertenciam a uma ordem religiosa, que se especializaram no ensino colonial e, dessa forma, contribuíram com o objetivo de Portugal, durante o processo de dominação colonial. Contudo, com o governo português instalado na colônia, a educação se volta à defesa militar e à saúde, necessidades básicas ao convívio social e ao controle político do império. Após a Carta Magna de 1924, no decorrer do percurso histórico, as propostas na educação formal versaram sobre o ensino primário, período em que as Escolas Normais acompanham as definições nacionais. Porém, as propostas de melhorias do ensino elementar, secundário e superior não foram suficientes para garantir o pleno exercício da cidadania, através do voto, no exercício da vida política do país que se mantinha pelo alinhamento eleitoral restrito às condições instrucionais da escola elementar. E assim, a Carta de 1891 ainda restringia o voto, discriminando o analfabeto. Mas , com a revolução industrial e o sufrágio universal, o ensino formal sofreu inquietações, pressionado durante o advento da república em 1889. E, com a segunda carta constitucional, as mudanças no ensino brasileiro foram impulsionadas pelo modelo industrial que impactou no contexto social político mundial (XAVIER, 1994)

A empreitada financiada pela coroa portuguesa trouxe à tona os primeiros atores da educação brasileira. Entre 1549 e 1759, duzentos anos se passaram, quando os Jesuítas, integrantes de uma ordem religiosa, se viram instalados na colônia e passaram a contar com os recursos extraídos do dote que a Companhia de Jesus, mantido pelo poder régio, antes da renda da terra possibilitar o custeio e a expansão do sistema educacional autofinanciável na colônia. A educação colonial funcionava com base na “concepção pós-tridentina observada pela Companhia de Jesus” (ALENCASTRO, 2000, p.158).

Exigindo, desde logo, um conhecimento relativamente aprofundado das línguas nativas. Unificando os falares exóticos em torno da palavra de Cristo, os padres também abrem caminho para as mensagens vindas do mercado europeu e da economia- mundo.

Segundo Alencastro (2000), a Companhia de Jesus foi a ordem religiosa que protagonizou o ensino com recursos da economia colonial, com base no contrato entre o confessor e o confidente”. Porém, posteriormente, tornou-se indesejável aos interesses da coroa, no momento em que se deu a separação do poder laico e o poder religioso, deixando a educação subordinada ao projeto de dominação colonial e financiada pelos impostos advindos do comércio de carne e aguardente.

Porém, as circunstâncias históricas da educação no Brasil mudaram com a transferência da coroa real para a colônia. A presença do governo português no Brasil motivou o desenvolvimento de todo um aparato público de suporte, que possibilitou a definição clara das fontes de recursos que arcaíam com os custos educacionais da colônia. Segundo Faoro (2012, p. 283) "A passagem do empresário exportador para o senhor de renda e produtos coincide com a transmigração da corte, em 1808", período que se mostrou próspero para o campo educacional. Quando cursos ligados à defesa militar e à saúde acompanharam a criação de instituições culturais diversas, a vida colonial passou a ser divulgada pelos primeiros jornais e revistas da época (FAORO,2012).

No período da independência do Brasil, as primeiras constituições foram omissas sobre o tema do financiamento educacional. Mas a Carta Magna de 1824 só veio a ser revista com o advento da República, na constituição de 1891. A Carta de 1824, como primeira constituição, já versava sobre as garantias da instrução primária a todos os cidadãos do império. Porém, “o descompasso pode ser

verificado no confronto do **Projeto Januário da Cunha Barbosa**, primeira proposta de criação de escolas primárias no país apresentada ao Parlamento Nacional (1826), com seu resultado legal, expresso no **Decreto de 15 de outubro de 1827**" (XAVIER, 1994, p.61).

Segundo Xavier (1994), a constituição de 1824, novas definições se concretizaram ao ensino público nacional, com reformas e atos adicionais durante o primeiro reinado. Segundo Maria Elizabete Xavier, em 1827, com a **Reforma Januário da Cunha Barbosa**, as propostas de ensino primário versaram sobre a instrução pública elementar nos moldes europeus. No decorrer do percurso, ato adicional de **Diogo Feijó em 1834**, que descentralizou a administração regional e passou à competência dos Estados províncias as "Escolas de Primeiras letras".

As primeiras Escolas Normais foram fundadas no período de Regência, durante o segundo reinado. O Regimento de 1854 trouxe as definições nacionais, que se deram com a **Reforma Couto Ferraz**. A proposta tratou de reforçar o ensino elementar e o princípio da gratuidade estabelecido constitucionalmente, mas vetava a participação de escravos. A reforma **Leôncio de Carvalho** em 1879, através de vários decretos, apresentou as normativas para o ensino primário e secundário, com abrangência nos municípios da corte. Última e mais importante reforma do período imperial, trouxe mudanças estatutárias nas Escolas de Medicina e os dispositivos que eliminava a proibição dos escravos acessarem o ensino público, concedia auxílio às escolas particulares, secundárias e superiores, onde o número de escolas públicas não fosse suficiente para atender as necessidades locais, porém, sob os modelos curriculares oficiais (XAVIER, 1994).

A **Lei Saraiva** de 1881 tratou da reforma da constituição de 1824, no tocante às eleições indiretas. Ela introduz eleições diretas num período em que o direito ao voto estava vinculado ao rendimento e à propriedade. Antes, a maior parte da população livre estava impedida de exercer a vida política no país, destinadas às elites como privilégio de classe. A partir de então, o alinhamento eleitoral incluiu o domínio da leitura, restringindo ainda mais o direito à cidadania popular, para além da seleção da renda somava-se, a seleção instrucional (XAVIER, 1994).

A **Constituição Republicana** de 1891 manteve a restrição do voto ao analfabeto, conforme proposta de reforma eleitoral imperial. Do ponto de vista

educacional, se destaca um movimento entusiasmado pela educação. A discriminação política do analfabeto evidenciou a instrução como elemento identificador dos grupos dominantes, comum também entre ruralistas poderosos. A descentralização escolar, aos moldes de 1834, foi reafirmada. Porém, agora, num novo contexto político do federalismo e da autonomia dos Estados. A consequência dessa política perpetuou a precariedade da escola primária, que se estendeu variavelmente entre os territórios do país por todo pensamento imperial (XAVIER, 1994).

No advento da república em 1889, a racionalidade científica da modernidade europeia exigia uma atualização na erudição da elite nacional. E a modernização do ensino nacional acompanhou a introdução da ciência positivista no currículo secundário, seriado e propedêutico. Neste período, inúmeras medidas buscaram melhoria do aparato educacional. Dentre elas, a reformas do ensino secundário: **Reforma Benjamin Constant** (1890-1892), que inclui o estudo sobre as noções de Sociologia, Moral, Direito e Economia Política, mas a inovação de fato estava na laicização do ensino público, conferido pela constituição republicana de 1891. A institucionalização da liberdade de culto favoreceu a expansão de colégios privados e fundações. O **Código Epitácio Pessoa** (1901), propôs a desoficialização do ensino, equiparando os currículos das escolas privadas tanto secundárias quanto superiores, aos das escolas oficiais. O que se concretiza em 1911, com a **Reforma Rivadávia Corrêa**, que concede plena autonomia às instituições de ensino privado, tanto didática quanto administrativa, tirando do Estado o monopólio na concessão de diplomas e títulos. Porém, com a reforma de 1915, **Reforma Carlos Maximiliano**, foi recuperada a tendência anterior, consolidando as tradições do ensino nacional elitista, agora reforçada com a criação do exame vestibular para acesso ao ensino superior, e seu ingresso mediante apresentação do diploma de conclusão do curso secundário. A Reforma **Rocha Vaz**, reforma de 1925 quando a sociedade brasileira começava a se adaptar ao modelo urbano industrializado, forçando a escola a se adaptar para oferecer uma educação popular. Mas o século XX, a partir da década de 1930, trouxe mudanças no contexto sócio político nacional, e no panorama educacional (XAVIER, 1994).

### 3.4 As mudanças do ensino formal no Brasil

Durante o século XX, a década de 30 se constitui no período das definições do campo educacional através das reformas e decretos. Entre 1931 e 1932, a Reforma Francisco Campos reestruturou o ensino secundário, superior e comercial, e a partir de então, vários acontecimentos tiram do silêncio a questão financeira no momento que desponta a fertilidade da reflexão educativa. Os principais conflitos do período ficaram a cargo das diferenças entre católicos e liberais, entre visões opostas sobre a responsabilidade do Estado na oferta e financiamento educacional. Segundo Xavier, os intelectuais que “vão aos EUA e entram em contato com o movimento **Escola Nova**, que também se desenvolve por lá, assim como em centros europeus” (XAVIER, 1994, p.173).

Nos anos 20, parte da intelectualidade ligada à burguesia e as classes médias passaram a divulgar essa proposta educacional. Em 1924, chegam a criar a **Associação Brasileira de Educação (ABE)**. Durante vários anos, levaram a efeito reformas do ensino elementar em vários estados.

Em 1932, surgiu o **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, o registro manifestou o compromisso dos educadores com a defesa da escola pública, a autonomia dos órgãos de ensino para administrar os recursos que financiaram o desenvolvimento educacional (XAVIER, 1994).

O confronto entre defensores do ensino público e opositores contribuiu com os princípios afirmados na constituição de 1934, a primeira Carta Magna ao estabelecer orientações para o financiamento da educação. Nela, explicita a participação dos entes federativos da União: Municípios, Estado e Distrito Federal, quanto a devida contribuição para a formação de fundos destinados à educação e a oferta de ensino primário gratuito. A ideia do fundo de financiamento evidencia a materialização do Fundef, cogitado por Anísio Teixeira, defensor de tal medida, e pelo Manifesto dos defensores da escola pública. A constituição de 1934, estabelecida durante o Estado Novo, concedeu fundamentos legais ao financiamento educacional do país. Mas, a constituição de 1937, alterou a versão do entendimento anterior, e outro entendimento sobre o tema afirmou a obrigatoriedade do ensino primário apenas, mas com a possibilidade de contribuição módica e

mensal que iriam integrar os recursos de um caixa escolar, recursos das famílias vítimas do descompromisso do poder público com o financiamento da educação pública (XAVIER, 1994).

No Brasil, o movimento Escola Nova surgiu no final do século XIX, durante o progresso da modernização da industrialização e urbanização da sociedade brasileira. Os educadores entendiam que o papel da educação seria inserir as pessoas na ordem social. Eles questionavam a educação tradicional, considerando as limitações do ensino quanto ao provimento das necessidades infantis e enfatizando os fundamentos ligados aos avanços científicos da biologia e da psicologia. Durante o governo de Getúlio Vargas, a educação brasileira experimentou uma revolução baseada nas ideias de Dewey e Durkheim. Para estes pensadores, o papel social da Educação estava no aperfeiçoamento das pessoas enquanto indivíduos capazes de integrar a democracia como cidadão atuante na construção de uma sociedade democrática (XAVIER, 1994).

Historicamente, a Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino, especialmente forte na Europa, na América e, em particular, no Brasil, onde ganhou fôlego em 1924, com a criação da Associação Brasileira de Educação. Em 1931, após a IV Conferência Nacional de Educação, os pensamentos renovados faziam parte dos ideais de grupos como liberais e católicos. Entre os liberais estavam Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e outros, responsáveis pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e, através dele, o registro das diretrizes políticas, sociais, filosóficas e educacionais (XAVIER, 1994)..

As Leis Orgânicas do Ensino e as reformas do período (1942-1946), na gestão de Gustavo Capanema, responsável pelo Ministério da Educação, ainda manteve ligação com as obras passadas do Estado Novo. Mas, com seu fim, marcou-se o início da redemocratização com a Constituição de 1946. O conteúdo reiterou a ideia de vinculação de recursos para a educação, recursos resultantes da receita de estados, municípios e Distrito Federal. Além disso, para garantir a manutenção e o desenvolvimento do ensino, a matéria financeira passou a envolver a União; o sistema de ensino passou a contar com o auxílio pecuniário ao ensino primário, através de um fundo nacional (XAVIER, 1994)..

Mas, após a Segunda Guerra Mundial, os discursos sobre o analfabetismo ainda representavam um problema moral e intelectual do país. Contudo, as ideias sobre a escola renovada não conseguiram a regeneração da grande massa de excluídos, camadas populares como pobres brancos e negros libertos. Assim, sem uma educação que os disciplinassem a difusão de tais ideias, o movimento acabou. E, após a década de 1950, quando um novo ideário pedagógico trouxe à luz a alfabetização de adultos, outros movimentos criaram fôlego entre a sociedade civil, e seguiram, paralelamente com as ideias dos educadores progressista, reivindicando mudanças no quadro socioeconômico e político do país (XAVIER, 1994).

Com o fim do Estado Novo, outro entendimento sobre as causas do analfabetismo surge e marca o início das políticas públicas nacionais voltadas à instrução de jovens e adultos. As causas do analfabetismo não estavam diretamente relacionadas à pobreza, mas aos efeitos da injustiça de uma sociedade desigual. O movimento de educação popular, que adotou a filosofia e o método proposto por Paulo Freire, aglutinou intelectuais, estudantes e católicos engajados na ação política libertadora (XAVIER, 1994).

Em 1961, com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o financiamento da educação foi orientado pela vinculação de recursos, nos mesmos moldes dos textos constitucionais de 1934 e 1946. Os artigos da nova lei versavam sobre o assunto, reiteraram a participação percentual mínima dos recursos advindas de impostos, receitas da União, Estados, Distrito Federal e os Municípios. Os recursos federais passam a ser distribuídos através de parcelas para financiar o Fundo do Ensino primário, o Fundo Nacional do Ensino Médio e o Fundo Nacional do Ensino Superior (XAVIER, 1994).

A manutenção e desenvolvimento do sistema de ensino público passaram a ser tratados por conselhos federais e estaduais de educação. Dentre os assuntos tratados estavam o acesso à escola e o aperfeiçoamento dos serviços de educação e o desenvolvimento do ensino técnico-científico, da ciência, letras e artes. O entendimento sobre a manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) estava associado, também, às despesas não consideradas no ensino, como aquelas ligadas à assistência social, hospitalar e cultural (XAVIER, 1994).

### 3.5 A escola progressista

No processo de unificação entre teoria e prática, caberia a política e a filosofia a atividade intelectual, que promoveria uma pedagogia instrucional aliada à prática da vida centrada no aluno. Nesta concepção, a educação valorizou o saber dos sujeitos como agentes ativos que contribui com o desenvolvimento da consciência política, que promoveria a reforma intelectual e moral da sociedade. Na década de 1960, “o movimento Freinet tem contribuindo largamente para reformas consistentes, ao considerar as crianças como sujeitos, todos diferentes, e não apenas como alunos passíveis de um tratamento uniforme” (CLANCHE, 1997, p. 21).

Uma consciência prática dessa postura pedagógica e dessa valorização da criança é a valorização "oficial" da pedagogia diferenciada, que Freinet nomeava dizendo que cada criança deve progredir no seu próprio ritmo. Isso se dá a nível das instruções oficiais, na junção seguinte: quando uma criança está em dificuldades, o professor deve tratar a dificuldade pela diferenciação do ensino, antes de qualquer pedido de ajuda da rede de ajuda (psicológica, redentora, etc...).

Para Pierre Clanche, a pedagogia Freinet retrata o movimento cooperativo de autogestão com base nas instâncias ideológicas e produtivas do ensino elementar, que influenciou na didática das disciplinas ensinadas nas escolas. De maneira geral, a valorização das experiências vividas pelas crianças e encorajamento às formas de expressão são orientações básicas da Pedagogia Freinet. O movimento Freinet se iniciou na França, influenciando nas posturas pedagógicas dos professores, contribuindo largamente para mudanças consistentes no comportamento de cada um. A prática pedagógica considera a criança como sujeito diferentes, ou seja, reconhece o direito e a necessidade específica de cada criança. “Aos olhos daqueles que querem manter a ortodoxia, essas técnicas importadas ou nas classes que, por outro lado, funcionam de maneira clássica, centradas no professor, perdem sua eficácia educativa” (CLANCHE, 1997, p. 22).

Clanche(1997), historicamente, os educadores identificados com a corrente da Escola Nova se insurgiram contra o ensino tradicionalista, centrado no professor e na cultura enciclopédica, defendendo uma educação ativa em torno do aluno. A proposta pedagógica considera a valorização da criança, na medida que cada

criança deve progredir no seu próprio ritmo. São instruções oficiais, quando uma criança se encontra em dificuldade, o professor cuida da dificuldade pela diferenciação do ensino. O plano prevê a descoberta do meio, a socialização artística e cultural. A ortodoxa educativa, técnicas que funcionam de maneira clássica, centradas no professor, perdem eficácia.

A ideia está baseada na prática escolar voltada para a formação cidadã voltada ao trabalho livre e criativo para a emancipação de quem a exerce. O papel do professor se volta ao sucesso de todos os alunos. Assim, a motivação do aluno deve ser suficiente para que ele possa superar seus erros e, através dele, descobrir o aprendizado com envolvimento efetivo (CLANCHE, 1997).

Para aprendizagem da leitura e escrita, a produção textual deve ser livre, conforme os princípios da redação de tema livre. A didática da produção escrita substituiu a tradicional redação das técnicas clássicas, técnica ortodoxa que prevê reconstituição e a síntese textual. A livre expressão da atividade tem como objetivos criar uma educação cooperativa, tirando o ambiente escolar da condição de alienada da vida. A escola deve descartar os dogmas de comunicação estéril de informação que se prestam ao serviço das elites apenas (CLANCHE, 1997).

No Brasil, o período representou uma virada paradigmática sobre a forma de reconhecer a exclusão social no contexto escolar. Por meio da superioridade epistemológica e científica, a pedagogia freiriana trouxe as marcas do educador progressista à tona. Segundo Freire (1999), para o educador progressista, o ensino dos conteúdos estará sempre associado à realidade. E justifica afirmando que, o espaço para o ensino dos conteúdos não é neutro. “Nem o ensino dos conteúdos em si, ou quase em si, como se o contexto escolar que são tratados pudesse ser reduzido a um espaço neutro em que os conflitos sociais não se manifestassem, nem o exercício do “pensar certo” desligado do ensino dos conteúdos” (FREIRE, 1999, p. 29)

A nova forma de ver a pedagogia despertou um outro caminho para que o educador pudesse atingir o ápice da filosofia educacional do século XX. O método freiriano revolucionou as bases pedagógicas, que se encontram arraigadas no passado, através das experiências históricas de dominação. A tarefa humanista e

histórica, que promove a libertação do oprimido, questionou a práxis de uma realidade opressora, e propôs a transformação dessa realidade (FREIRE, 1999).

Paulo Freire trouxe à tona, a experiência histórica do oprimido, abrindo caminho para a relação mútua entre ética e educação. Os conteúdos da edição: "Educação na Cidade" fundamenta a ética na educação através do trabalho educador que se voltou para práxis educativa. A ética pedagógica freiriana explica o modo pelo qual o intento libertador faz florescer a tomada de consciência dos explorados Latino-americanos, submetidos à opressão, dominação e dependência histórica (FREIRE, 1999).

O método Paulo Freire está centrado na experiência do oprimido, cuja capacitação permite introjetar de dentro de si, o opressor que impede seu resgate como ser livre, construtor e sujeito de sua própria história. A história do sujeito autônomo conquista sua forma humana, através da ética ligada à práxis educativa é a capacidade de indignação que desponta contra toda a injustiça e formas de opressão (FREIRE, 1999).

Neste caso, a concepção de educação emerge como instrumento de dominação, avaliado criticamente por meio de seus pressupostos. A educação que se mantém estimula a contradição educador-educando. O princípio básico se manifesta quando se passa no educador que impõe o saber, a disciplina, conteúdos e métodos; quando se coloca como autoridade, grande protagonista e sujeito do processo. Os educandos, nada sabem e por isso precisam seguir docilmente o que foi prescrito; são disciplinados sem serem ouvidos, tendo que se adaptarem às determinações como se fossem meros objetos no processo de ensino, caracterizando a desconfiguração do caráter histórico e sua historicidade, próprias da existência humana (FREIRE, 1999).

A nova proposta pedagógica se alcança com a dialógica, a essência da educação libertadora. O diálogo revela-se como a essência da educação, e a dialogicidade um processo constante, pela qual o repensar e o refazer das práticas pedagógicas contratos na formação pessoal, nas experiências vividas na temporalidade histórica. O mundo se faz na força da palavra, que quando pronunciamos, a ação e a reflexão nos faz humanos. Dessa forma, o diálogo é uma exigência existencial dos homens, e por meio dele, o mundo é mediado. Assim

sendo, a pedagogia ética, política e social se concretiza quando o diálogo possibilita a crítica, que conscientiza e liberta, contra todo tipo de opressão ainda vigente em nossa sociedade (FREIRE, 1999).

Onde a opressão impera, a invasão cultural e a manipulação desqualifica a identidade humana. Mas a crítica, ao contrário, apela, interpela e chama a unidade que liberta, exigindo colaboração e organização para alcançar a síntese cultural, sendo o ser humano o ator do seu processo histórico. Atualmente, o número de oprimidos e excluídos continua crescendo. Novos tipos de exclusão contribuem para opressão em nosso continente, onde a educação não é tratada como prioridade dos investimentos das políticas públicas (FREIRE, 1999).

O Brasil vivia a experiência populista do governo João Goulart, que assumiu a presidência do país após a renúncia de Jânio Quadros, que durante os seis meses de governo enfrentou intenções golpistas. Herdeiro do nacionalismo de Getúlio Vargas, Goulart governou dois anos antes de sofrer o golpe militar de 1964. "A primeira metade dos anos 60, ficou conhecida no cenário educacional brasileiro como período dos Movimentos de Educação Popular" (XAVIER, 1994, p.216).

A preocupação de João Goulart com a educação e a cultura seria observada quando da criação e instalação do CFE (Conselho Federal de Educação) em 12 de fevereiro de 1962, bem como com a aprovação do PNE (Plano Nacional de Educação) em setembro do mesmo ano

O modelo populista atravessava uma ambiguidade que abala seus fundamentos. De um lado, estimulava a presença das classes populares, que embora manipuladas, podiam aderir o projeto de esquerda que destruiria o projeto de bases populistas de Goulart. Por outro, corria o risco de desaparecer com a ajuda da direita, que conspirava contra seu governo junto com setores contrários à nacionalização de setores econômicos do país. (XAVIER, 1994, p.216).

Segundo Freire (1999, p. 29): "Em 1964 o Brasil não havia feito revolução nenhuma, é verdade. Vivíamos a experiência populista do governo Goulart. Mas vivíamos um momento também de profunda inquietação". Quando os militares tomaram o poder em 1 de abril de 1964, Paulo Freire vivia com a família em Brasília, a serviço do Ministério da Educação e Cultura (MEC), conduziu o trabalho de formação de professores proposto pelo Programa Nacional de Alfabetização, extinto pelo golpe militar em 14 de abril do corrente ano. Paulo Freire e sua equipe foram

acusados da produção de material didático contrários aos interesses da nação e, também, por querer implantar o comunismo no país (XAVIER, 1994).

O livro " Pedagogia do Oprimido", escrito por Paulo Freire, foi lançado durante seu exílio em Santiago do Chile. Em 1968, as palavras de Freire trouxeram esperança, quando suas mensagens expressavam a fé no amor dos homens e na criação de um novo mundo. Para Freire ( 1999, p. 44), "Quanto tentamos um adentramento no diálogo como fenômeno humano, se nos revela algo que já podemos dizer ser ele mesmo: a **palavra**". O mundo sugerido por Paulo Freire revolucionou as propostas no campo pedagógico mundial. Após o golpe militar de 1964, o regime promoveu mudanças legais, através da constituição de 1967. Entre elas está a leis referentes à reforma universitária e do ensino primário e secundário no Brasil, fazem parte do registro referente ao salário- educação. E também, apoio ao setor privado com amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos. E mais, condiciona uma assistência aos alunos necessitados à eficiência escolar no sistema de ensino. (XAVIER, 1994).

A aplicação dos recursos sai das diferentes esferas, mantendo assistência ao desenvolvimento dos sistemas de ensino estaduais, e obriga empresas comerciais, industriais e agrícolas, o ensino primário gratuito. Durante o regime militar, o salário-educação passou a ser incorporado como fonte adicional de receita na educação básica administrada pelo governo federal. Tendo a previsão de arrecadação e fiscalização a cargo da Secretaria da Receita Federal do Brasil, instituída pelo Ministério da Fazenda. As instituições que arrecadam o salário educação são todas vinculadas ao regime previdenciário vigente na época. Assim, toda e qualquer atividade econômica com fins lucrativos segue os termos previstos na lei de financiamento da educação (XAVIER, 1994).

Durante o regime militar, a legislação do sistema educacional sofreu mudanças com a reforma universitária e, junto com ela, também do ensino primário e do ensino secundário. A primeira não avança nas medidas que dizem respeito aos recursos financeiros. Já a segunda, trata de questões gerais e amplas, porém, detalhadas sobre o assunto (XAVIER, 1994).

A Constituição de 1967 manteve o mesmo espírito trazido pela LDB de 1961. A gratuidade diz respeito a estudantes carentes, desde que seja comprovada a falta

de recursos. Apoio financeiro ao setor privado vieram com bolsas de estudo, mas acompanhou junto com elas, as devidas obrigações com o salário-educação e a oferta de ensino. Além disso, os municípios tinham a responsabilidade de aplicar um percentual da receita arrecadada com o ensino de primeiro grau (XAVIER, 1994).

Durante os anos 1980, mudanças políticas significativas rumo à retomada da democracia alimentavam maiores expectativas sobre o compromisso do poder público com a educação. A Emenda Calmon traz a torna a vinculação dos recursos para educação nos modelos propostos pelas constituições democráticas de 1934 e 1946. Com a reedição de textos constitucionais, a União, Estados, Distrito Federal e os Municípios financiam a manutenção e desenvolvimento do ensino através de impostos (XAVIER, 1994).

A constituição de 1988 abordou a educação nos seus diferentes níveis e modalidades, incluindo diversos conteúdos, inclusive a matéria financeira. A vinculação de recursos para a educação foi mantida com aumento da participação da União. A participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, manteve a receita resultante de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino. O plano nacional de educação assegurou a distribuição dos recursos públicos para o ensino obrigatório. A contribuição social do salário-educação permaneceu como fonte adicional de financiamento, destinado ao ensino obrigatório e aos programas suplementares de outros recursos orçamentários. A nova lei de diretrizes e bases da educação nacional aconteceu logo após a constituição de 1988, com base nas discussões entre educadores desde 1987. O financiamento da educação fomentou debates entre projetos presentes nos governos de transição, de Sarney a Fernando Henrique Cardoso (VIEIRA, Lerche Vieira; VIDAL, 2015)..

A educação, de direitos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(BRASIL, 1999, 120)

Em 1996, durante o regime democrático, o congresso aprovou a primeira lei geral da educação, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. A LDB apresentou os princípios sobre a organização da educação nacional e a incumbência das diferentes esferas do poder público, níveis e modalidades de

ensino. O regime de colaboração continuou ofertou a educação escolar sob responsabilidade do poder público. Os municípios tiveram a incumbência com a educação infantil, priorizando o ensino fundamental. Os estados ficaram responsáveis pelo ensino fundamental, porém, priorizando o ensino médio. A União se responsabilizou pelos órgãos e instituições do governo federal, que incluía as escolas técnicas e universidades federais; e, também, programas suplementares que garantissem a distribuição de recursos às demais esferas governamentais. A LDB de 1996 pôs fim na reforma do período militar. E como consequência, vem o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pelo congresso nacional em 2000 (VIEIRA, Lerche Vieira; VIDAL, 2015).

A Lei Nº 9.394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as diretrizes de base em âmbito nacional

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1999, 120)

A terceira geração das políticas de financiamento educacional iniciou-se nos anos 1990, com o fundo específico para o financiamento do ensino fundamental (Fundef). Nos anos 2000, os recursos vinculados passam a abranger os profissionais da educação com o Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Em 1994, através de emenda constitucional, foi legalizada a Desvinculação de Recursos da União (DRU), mecanismo criado para dar liberdade à distribuição do dinheiro arrecadado dos impostos (VIEIRA, Lerche Vieira; VIDAL, 2015).

Inicialmente, foi chamado de Fundo Social de Emergência e depois, Fundo de Estabilização Fiscal. E a partir de 2000 passou a se chamar DRU, com vigência até 2015. A DRU aloca recursos públicos do governo federal para Estados e Municípios, cuja fonte de receitas vêm do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (VIEIRA, Lerche Vieira; VIDAL, 2015).

A LDB estabelece um percentual que o Estado deve destinar anualmente para a área educacional. A DRU permite a subtração dos recursos para outros fins, como por exemplo, pagamento de dívidas. Durante a vigência do Fundef, os

auspícios da DRU provocaram grande insatisfação nos governos estaduais e municipais. A partir de 2011, a DRU deixa de subtrair os recursos percentuais da educação, estabelecidos constitucionalmente. O aporte financeiro da política educacional, antes apropriado pelo governo federal para outras finalidades, agora, está livre para seguir as regras constitucionais vigentes e assegurar um novo momento na política de financiamento brasileira (VIEIRA, Lerche Vieira; VIDAL, 2015).

O Fundef, instituído após a aprovação da LDB, na segunda metade de 1990, impactou a configuração do sistema escolar. A lei prevê os objetivos e a composição do Fundef como fundo de natureza contábil, instituído a partir de 1988 e com vigência de dez anos. Também, assegura a distribuição de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), exclusivamente, para o ensino fundamental e pagamento de seus professores. Sobre as fontes de arrecadação:

O Fundef foi instituído pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e, diferentemente do que ocorreu com a LDB (tema de longos debates e calorosos embates políticos), foi pouco discutido e aprovado sem grande alarde. Seus efeitos, porém, tiveram impacto decisivo sobre a configuração do sistema escolar na segunda metade da década de 90. (VIEIRA, Lerche Vieira; VIDAL, 2015, p. 29).

Com a implantação do Fundef, o ensino fundamental teve a devida atenção e o magistério foi valorizado. E, durante o período, ampliou a oferta de vagas escolares para atender o aumento da demanda. A criação do Fundef expandiu o ensino fundamental e tornou possível a melhoria salarial dos professores. Mas, apesar dos avanços que praticamente universalizou a oferta de ensino fundamental, as desigualdades regionais ficaram evidentes. As regiões Norte e Nordeste apresentaram menor investimento educacional, em termos absolutos nos valores, que demonstraram as disparidades nas condições econômicas através das diferenciações na capacidade de arrecadação dos estados e municípios (VIEIRA, Lerche Vieira; VIDAL, 2015).

Porém, os efeitos do Fundef atingiram também outras etapas da educação. Os debates sobre a educação infantil e o ensino médio mobilizaram a sociedade para a concretização da nova reforma, uma que agregasse recursos para toda a educação básica. Com o Fundeb, a vinculação de recursos foi ampliada para toda educação básica: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação

especial e educação de jovens e adultos. Através da política de vinculação, o Fundeb também distribuiu os recursos entre município e estados, com base na quantidade de matrículas. Contudo, o fundo que foi instituído por medida provisória, estava limitado a 14 anos de vigência, que iniciou em 2009 e vai até dezembro de 2020 (VIEIRA, Lerche Vieira; VIDAL, 2015).

A Emenda Constitucional, que implementou a vigência do Fundeb, estabeleceu também as regras para sua implantação. Tratou da complementação da União e das garantias para que os estados pudessem cumprir os valores estabelecidos constitucionalmente. E, através do Fundeb, contribuiu para que estados e municípios, da Região Nordeste e Norte, fossem os mais beneficiados, haja visto que apresentavam menor capacidade na arrecadação de impostos. A criação do Fundeb ampliou a participação da União no financiamento da Educação. Apesar das desigualdades existentes, o crescimento alvissareiro transmite expectativas de melhoria na educação. O Plano Nacional de Educação prevê ampliação dos recursos para a educação pública. Com as possibilidades de contar com recursos do Pré-Sal, perspectivas animadoras despontam no âmbito educacional. Porém, os fatores diversos do panorama econômico nacional, que autoriza o uso dos recursos públicos no contexto e ampliação dos mecanismos de controle social sobre ele (VIEIRA, Lerche Vieira; VIDAL, 2015)..

## CAPÍTULO IV

### A REINVENÇÃO DO NOVO FUTURO

#### 4. A REINVENÇÃO DO NOVO FUTURO

A mudança no cotidiano das pessoas seguiu os princípios de combate a Covid 19 e seus efeitos em tempo de pandemia. As preocupações se voltam para a preservação da vida, na medida que as pessoas precisam se precaver ao compartilhar espaços com janelas fechadas, onde podia existir e circular todo tipo de ameaça microscópica. Atualmente, a escalada tecnológica crescente, conectando habitantes, por meio das videoconferências em localidades diferentes, trouxe outra realidade na vida das pessoas. Antes, o transporte de massas fazia parte da infraestrutura necessária ao trabalho; agora, com a pandemia, os desafios do trabalho passam necessariamente pelo espaço virtual, que permite o home office, uma nova modalidade que visa o cumprimento das responsabilidades profissionais em casa. (DALCOLMO, 2015).

A pandemia, provocada pelo Sar-Cov-2, causando a síndrome denominada Covid-19, que atingiu até o momento mais de seis milhões de pessoas e cerca de 500 mil mortes desde seu aparecimento na província de Hubei, na China, no final do último ano, é a primeira das epidemias da era digital plena e desnuda o total despreparo do mundo em diversos graus, para responder a esse desafio. (DALCOLMO, 2015, p. 22).

Hoje em dia, em plena emergência da atualização digital, o mundo enfrenta mais uma infecção como em outros momentos da história ocidental. Ao longo dos

séculos XVI e XIX, surtos epidêmicos acompanharam o desenvolvimento tecnológico, entre outros estavam a varíola, a febre amarela e a cólera. Em plena revolução industrial, muitas pessoas tiveram que sofrer as consequências epidemiológicas, que promoveram os "[...] avanços da medicina, sobretudo na descoberta da etiologia e da descrição dos patógenos responsáveis por um grande número de doenças transmissíveis [...]" (DALCOLMO, 2015, p. 24).

Em pleno século XXI, em que o ensino de novas competências se fazem urgentes no cotidiano profissional das pessoas, a tecnologia da informação pode atrapalhar o enfrentamento da Covid 19. A crise sanitária se agrava na mesma proporção da velocidade virtual. A internet encontra-se uma abundância de pessoas dispostas a oferecer um receituário infalível. Não falta quem ofereça " [...] alho e alho e vitamina C, bem como suplemento de minerais milagrosos (à base de dióxido de cloro, um alvejante) ou os relatos que o corona foi encontrado morto a chineladas num domicílio na Baixada Fluminense [...]" (FRANCO, 2015, p. 32 e 33). A divulgação de informação falsa contrária a política de saúde pública, circulam entre os lares, contrariando as medidas sanitárias adotadas. E mesmo com as orientaram o afastamento das pessoas por medida de segurança e a validação do trabalho remoto, as informações que desacreditam a ciência colocam em risco parcelas significativas dos trabalhadores dispersos. De certo que o trabalho baseado na estrutura centralizada do modelo industrial do século XVIII agrava a crise epidemiológica, mas, a divulgação de mensagem falsa também não contribui (FRANCO, 2015).

Em correspondência com Gilder (2021), quando se fala "nuvem" na atualidade, logo se relaciona a processamento de dados, mas antes não era assim. Antes, quando o trabalho centralizado era uma prerrogativa para aglutinar numa sala secretários e assessores burocráticos, tudo estava embasado na incorporação das tecnologias iniciais do século XIX; agora, segundo George Gilder, todo o " [...] sistema de mundo do Google é incorporado e embasado na visão tecnológica da nuvem [...]". (GILDER, 2021, p. 22). As organizações do passado se tornam obsoletas e, conseqüentemente, condenadas ao esquecimento. O século XXI desponta com a reinvenção no mundo do trabalho, sob os mais diversos pontos de vista, através da tecnologia virtual. A revolução no cotidiano das pessoas está

relacionada ao desenvolvimento dos novos métodos de trabalho. O que antes era executado por meio da tecnologia analógica; no presente são executados com a ajuda de servidores corporativos e armazenamento em nuvens. Cada vez mais a tecnologia virtual se encontra presente na produção e segurança das informações confidenciais das empresas corporativas, que precisam ser protegidas contra ataques cibernéticos. O processo revolucionário cada vez mais se aprofunda com a transformação digital, despertando preocupações com a segurança da rede, que consiga garantir a circulação de dados especiais.

Hoje, de acordo com Kenski (2014), o ensino a distância impõe novas práticas para atender a realidade que aponta como alternativa, como projeção das mudanças no sistema educacional vigente. Atualmente, é possível assistir uma palestra ou aula do outro lado do mundo, acessar em tempo real o ensino promovido pelos campi universitários, com qualidade aceitável de som e imagem. Os recursos midiáticos contribuem com o "[...] ensino para além do curto e delimitado espaço de presença física de professores e alunos na mesma sala de aula [...]" (KENSKI, 2014, p. 88). Todavia, as possibilidades do uso da tecnologia virtual para o ensino formal, ainda, precisa ser democratizada, já que muitos estudantes encontram dificuldades de acessar a rede e se manter conectado.

O mundo pós-pandemia projeta uma dependência incondicional à tecnologia cibernética. Além do comércio eletrônico que se expande numa escala sem precedentes, a indústria adapta seu modelo de produção industrial, exigindo que seja redesenhada a produção fabril e, na mesma medida, também seja repensada as cadeias de suprimentos. É tempo de novos conceitos, outros fundamentos a serem levados em conta, como as demandas locais e as garantias do estoque para tempos de escassez. O mundo global e interconectado carece, mais do que nunca, de "[...] uma visão humanista necessária a própria sobrevivência [...]" (PEREIRA, 2021, p. 57).

O momento exige respostas para temas como, aquecimento global, pandemias, fluxo migratório e refugiados. Atualmente, a humanidade enfrenta a Covid-19, uma ameaça que causa desespero e privação. Por um lado, as questões inerentes à preservação da vida humana; do outro, as mudanças de hábitos que tendem a se modificar, atingindo diretamente o comércio, cuja indústria de shopping

center é sua maior expressão. No presente, o consumo on-line representa parte das mudanças proposta pela nova arquitetura, desenhada com "[...] a evolução das pesquisas em inteligência artificial, a aplicação plena da tecnologia 5G, da internet das coisas, dos veículos autônomos e da digitalização da moeda [...]" (GUIMARÃES, 2021, p. 68 e 69). A ideia também atinge os espaços de entretenimento, onde os shows se enquadram nesta condição de realizações, com as lives culturais que podem alcançar um público relativamente grande; hoje em dia, há cinemas e concertos, precisam se adaptar e redefinir distâncias.

Atualmente, o trabalhador pós-moderno tem o desafio de viver num planeta onde a velocidade e a luta pela preservação da vida caminham juntos.. É uma corrida contra o tempo, que faz com que os profissionais de saúde se somem aos entregadores de mercadorias, responsáveis pelos itens essenciais à subsistência. Também, contra o liberalismo econômico, que alimenta hordas de desempregados, cada vez mais carentes de solidariedade humana. A miséria se espalha rapidamente, agravada pelos efeitos da Covid 19, e as comunidades sofrem com as perdas, que impedem que se pense no futuro como porto seguro, um sonho contido nas intempéries do presente, que se torna cada vez mais perigoso. O futuro depende do sonho, que Paulo Freire entende ser aquele que vai transformar o mundo. "[...] A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais, aos níveis do desenvolvimento tecnológico, científico do contexto sonhador [...]" (Freire, 2012, p. 62).

As pessoas em situação de extrema pobreza, denunciam a ação de um Estado que se abstém de prover as condições mínimas de sobrevivência, como saneamento que garanta as condições mínimas de higiene, vitimando dezenas de milhares de pessoas nas cidades. Na conjuntura atual, a filosofia capitalista impede que milhões de pessoas tenham acesso às condições dignas de sobrevivência. A busca pelo lucro são os principais motivos do desaparecimento da renda individual. Assim como no passado próximo, os juros, impostos, depreciação e amortização, sempre conspiram contra a responsabilidade social. E agora, diante da Covid 19, quais as impressões que podem ser precipitadas não trazem boas expectativas. Contudo é preciso sonhar. Segundo Paulo Freire: "[...]os sonhos são projetos pelos

quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos" (Freire, 2012, p. 63).

#### 4.1 O paradigma da pós-modernidade

Na atualidade, o espaço virtual ganha destaque com o uso da internet. No Brasil, a comunicação virtual envolve um amplo debate sobre a democratização dos meios de comunicação. Na sociedade conectada, o ambiente virtual amplia a fluidez da informação para além das fronteiras nacionais, redimensionando as questões sociais, econômicas e políticas. Hoje, porém, com o avanço tecnológico, as garantias de liberdade individual e coletivas suscitam manifestações diversas contra as ocorrências que ferem as garantias do direito à privacidade, limites ultrapassados pela internet. Na medida que a computação em nuvem avança, "[...] já que o google ordena que, ao menos dentro do reino sob seu controle direto, na haver qualquer preço [...]" (GILDER, 2021, p.23).

Então, começaram a cascata de 'grátis': mapas gratuitos com cobertura e resolução fundamentais, tornando o Google o gigante dos serviços móveis e locais; vídeos grátis no Youtube com ótima qualidade e enorme diversidade que estão se tornando uma ponte preferencial de música na internet; e-mail grátis com uma simplicidade elegante, filtros de spam excepcionais, anexos fáceis e centenas de gigabytes de armazenamento; aplicativos android gratuitos, jogos gratuitos busca gratuita com máxima velocidade e eficiência; grátis; grátis; grátis; fotos das férias grátis; garotas nuas gratos; estímulo moral grátis ('Não faça o mal'); clássicos da literatura mundial grátis; e também respostas gratis, personalizados conforme sua vontade pela deepmind do Google.

Segundo Gilder (2021), a vida após o google trouxe o automóvel movido a baterias recarregável contrastando com os atuais movidos a gasolina, combustível necessário para o funcionamento do motor a combustão interna. Diferente de antes, hoje o silício é a principal matéria prima que estrutura toda a tecnologia da informação e da automatização. Entre a década de 1980 e 2017, microprocessadores e chips passaram a ser explorados pela indústria da computação.

Alguns avanços na inteligência artificial resultam de melhorias nos algoritmos, mas a real fonte dessa capacidade é a evolução explosiva na velocidade computacional, atingida por meio de uma combinação da Lei de Moore e do processamento paralelo. (GILDER, 2021, p. 65).

Desde a década de 1990, a filosofia da computação vem contribuindo com a inteligência artificial. Na época dos veículos autônomos, navegando através de mapas e detectores de movimento, os chips melhoraram o funcionamento da máquina. A inteligência artificial experimentou avanços na medida que os algoritmos proporcionaram "uma evolução explosiva na velocidade computacional". E em 2012, o desenvolvimento de processadores garantiu que a indústria global fosse favorecida na medida que as plataformas virtuais, desenvolvidas com a ajuda de novos hardware e software inovadores, favoreceram o sistema mundial. (GILDER, 2021)

De acordo com Rosemary Segurado, foi a partir dos anos 1990, que o uso indiscriminado da internet se prestou a diversas finalidades, no mercado informacional. A rede mundial de computadores assegurava a comunicação aberta, e permitia a livre expressão individual, criação de conteúdos que pudessem ser disseminados através dos diversos formatos disponíveis pelas tecnologias de navegação. As ferramentas digitais se prestam às mais diversas possibilidades de uso na vida contemporânea. Hoje, elas propiciam a produção e disseminação da informação cada vez mais facilitadas por dispositivos que ampliaram consideravelmente as possibilidades de acessar o conhecimento. Os softwares de busca e as redes sociais se prestam cada vez mais ao desenvolvimento cognitivo. (SEGURADO, 2011)

Na contemporaneidade, a Internet se faz presente no cotidiano das pessoas e transforma significativamente as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais. As novas tecnologias da informação acrescentam novos aspectos à comunicação, fixando seu caráter colaborativo na medida que se diferencia na produção de conteúdo. A rede trouxe consigo os diferenciais de singularidade próprios da internet. Se por um lado, o potencial democrático da rede está na possibilidade de acessá-la; por outro, sua estrutura proporciona uma comunicação entre indivíduos e grupos. Hoje, os movimentos sociais, quando fazem uso das novas tecnologias, podem ampliar as formas de organização através do ambiente virtual interconectado. A banda larga como recurso que viabiliza a comunicação sem discriminação da

comunicação, conexão com sites e blog que não limitem a liberdade de expressão e de comunicação entre indivíduos (SEGURADO, 2011).

Em 2009 no Brasil, o debate sobre a internet trouxe comparações com os modelos de radiodifusão instalados no país. Mas a rede se diferencia muito do sistema de rádio e TV, que detém concessões públicas nacionais. Os termos desse debate trazem considerações sobre a liberdade de expressão e comunicação, discussões sobre as garantias do livre acesso ao espaço virtual, considerações acerca das ferramentas digitais disponíveis e sua aplicabilidade para propiciar uma experiência participativa na ação política. O espaço virtual possibilita atividades participativas, interação tanto individual quanto coletiva, das pessoas, atores das dinâmicas sociais e políticas. Na atualidade, os debates sobre a incorporação crescente da internet nestas atividades suscita considerações acerca das consequências sociais. Por um lado, se pensa no isolamento individual, mas relações sociais que serão impactadas a ponto de exercer forte esgarçamento do tecido social. Por outro lado, numa outra linha de raciocínio, a Internet é vista como solução dos problemas sociais, políticos e econômicos; como potencializadora da comunicação mais livre e democrática, que impede qualquer tipo de cerceamento e controle (SEGURADO, 2011).

Durante a década de 1970, quando os protocolos centrais da Internet foram criados, as expectativas sobre um recurso que pudesse oferecer uma comunicação com potencial democrático surgiram por via da rede pública interconectada sem regulação. Disponível à sociedade, estava posta a liberdade de usufruir plenamente as potencialidades da internet. "[...] A interatividade é uma das características que mais diferenciam a Internet dos outros meios de comunicação. [...]" (SEGURADO, 2011, p.48).

Quando a internet surgiu no contexto da Guerra Fria, com militares norte-americanos preocupados em garantir a comunicação entre eles caso contra um eventual ataque inimigo, ela se diferenciava dos meios de comunicação convencionais. "[...] Enquanto os meios de comunicação tradicionais se baseiam no paradigma clássico da relação unidirecional entre emissor e receptor, com possibilidades limitadas de interação [...]" (SEGURADO, 2011, p.48).

De acordo com (Segurado, 2011), atualmente, se pensa na possibilidade de regulação estatal aos moldes das concessões de rádio e TV. Porém, segundo ela, os usuários da rede criticam tal modelo por se tratar de moeda de troca política, fazendo com que grupos políticos limitem a liberdade individual e coletiva. Com a rede, através da diversificação de ferramentas comunicacionais, se tornou possível acessar as redes sociais. "[...] Ferramentas como blogs, sites, orkut, twitter, são exemplos concretos da dinamização das formas de comunicação entre indivíduos e entre coletivos" (SEGURADO, 2011, p.48). O avanço das redes sociais, marcou a internet no Brasil e o avanço em relação aos tradicionais mecanismos decisórios democráticos, trazendo uma nova perspectiva de elaboração de políticas públicas.

O uso da tecnologia no processo colaborativo propicia o debate das questões relevantes, apresentadas por segmentos sociais, consolidando os avanços na democracia, propiciando a ampliação dos debates que favoreçam a organização e a ação política. Hoje, os aspectos da cultura política brasileira, ainda, deixam de fora do centro da dinâmica política os indivíduos. Mas, com a incorporação das tecnologias digitais nos debates políticos, surgiram novas iniciativas para ampliação, participação e inclusão de indivíduos que se encontram distantes do acompanhamento das decisões políticas.(SEGURADO, 2011).

A liberdade de expressão e comunicação vem com as garantias do impedimento a qualquer forma de censura. O caráter transnacional da internet impacta nas relações sociais, políticas, culturais e econômicas. As inovações tecnológicas no âmbito da comunicação configuram uma esfera pública que transcende as fronteiras territoriais dos estados nacionais. O espaço cibernético privilegia o acesso, a liberdade de expressão, manifestação e organização. Os mecanismos de censura impedem a liberdade de expressão, mas é preciso a criação de protocolos de segurança, que possam evitar a invasão de privacidade. É preciso preservar os princípios democrático e a liberdade de expressão, criação de novos conteúdos que mantenha seu formato preservado. Os ativistas de software livre propõem a manutenção de redes abertas com liberdade de acesso ao uso da Internet (SEGURADO, 2011).

A rede possui uma infraestrutura própria de funcionamento e formas de regulamentação que servem aos interesses do mercado. A internet possibilita a

veicular informação de forma descentralizada, permitindo que qualquer usuário possa criar e emitir conteúdo sem interferência, e nem prévia autorização de empresas ou governos. Através do Youtube ou Twitter, as transmissões independentes de dados circulam livremente pela Internet. A neutralidade dos datagramas, pacotes de dados, produzidos através das mensagens de e-mail, vídeos ou conversa de voz podem circular pelos circuitos virtuais sem discriminação e uma violação nos fluxos comunicacionais. A popularização de ferramentas interpessoal na internet revolucionou as relações humanas. Porém, a facilidade de disseminar informações nas mídias digitais traz consigo efeitos colaterais. Hoje, é muito fácil tomar informação falsa por verdade absoluta. O paradoxo da pós-modernidade está na medida que passamos nela como uma sociedade da desinformação (SEGURADO, 2011).

Contudo, de acordo com Franco (2015), a facilidade de acessar a informação não traz garantias sobre a verdade dos fatos. Numa sociedade conectada, a dissecação de conteúdo eletrônico favorece teorias mirabolantes, sem comprovação científica associadas a conspirações. O fenômeno da desinformação ataca diretamente a ciência. Decisões importantes podem ser retardadas ou deixam de ser tomadas com base na desinformação. É o caso da pandemia, período em que as redes sociais foram instrumentos utilizados para desacreditar a ciência ou minimizar os efeitos, que gerou consequências de não tomar as devidas precauções no combate da covid-19. O ambiente virtual centralizou soluções mirabolantes e expectativas sobre a pandemia, o que prejudicou a procura por soluções científicas para o problema. Sem dúvida, a liberdade de expressão é um dos pilares da civilização ocidental, mas não pode ser confundida com a disseminação de informações falsas que prejudiquem decisões coletivas referentes a políticas públicas. A maior lição da pandemia diz respeito aos riscos da internet contra a importância da ciência e sua metodologia.

#### **4.2 As fake news e o assassinato de reputações**

Na Pós-modernidade, as redes sociais se destacam como ferramenta virtual de interação interpessoal. Todavia, o atual estágio de evolução social passou por

milhares de comunidades dispersas entre culturas tradicionais, locais e homogêneas. Antes de viver uma trama majoritariamente urbana, também passou por regiões com fortes raízes indígenas e pouca comunicação exterior. De acordo com Néstor Garcia Canclini, a urbanização predominante nas sociedades contemporâneas se entrelaçam com reestruturações "[...] da comunicação imaterial (dos meios massivos a telemática) que modificam os vínculos entre o público e o privado [...]" Canclini (2019, p. 286).

Como explicar como muitas mudanças de pensamento e gosto da vida urbana coincidem com os do meio rural, se não por que as interações comerciais destes com as cidades e a recepção da mídia eletrônica nas casas rurais os conecta diretamente com as emoções modernas? (CANCLINI, 2019, p.286).

Segundo as palavras de Patrícia Campos Mello, "[...] o uso de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições; ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a prática de cyberbullying e o aliciamento de crianças para cometer crimes ou suicídio [...]" (MELLO, 2020, p.67). Atualmente, as redes sociais são utilizada para o compartilhamento de memes, onde milhares de pessoas se utilizam do WhatsApp, Facebook, Twitter e Instagram para promover um verdadeiro linchamento virtual. Ela afirma que a preferência por atacar mulheres "[...] está visceralmente associada a preconceitos ancestrais. [...]" (MELLO, 2020, p.86). Hoje, as redes sociais dão vazão ao machismo incrustado, acometendo também as mulheres como se isso fosse uma espécie de catarse (MELLO, 2020)

De acordo com ela, os linchamentos virtuais ocorrem por meio dos disparos em massa através do Whatsapp, ambiente que se torna palco de selvageria entre as pessoas que se sentem autorizadas a ofender por meios de ataques misóginos. O alvo das declarações agressivas e pejorativas, mensagens difamatórias com objetivo de gerar deboche, expondo principalmente a privacidade familiar por meio da internet. E assim, o linchamento virtual emerge como uma nova modalidade de perseguição a alvos predeterminados, que passam a ser vítimas de xingamentos. A criação de memes obscenos ultrapassa as fronteiras da decência, gerando repercussão negativa e massiva como principal estratégia, uma espécie de censura informal para provocar intimidação online (MELLO, 2020).

Atualmente, os preconceitos ancestrais fundamentam os argumentos dos que se reivindicam defensores do politicamente correto para dar vazão a um machismo incrustado, que muitas vezes acomete também as mulheres. Porém, a questão de gênero coloca qualquer um em evidências, quando se permite que as redes sociais sejam utilizadas como ferramentas para os novos ataques sofisticados, que amplificam a misoginia, o sexismo, o racismo, a homofobia e outras formas, que incorporam os discursos de ódio. Contas falsas encorajam as milícias virtuais a praticarem o assassinato de reputações como estratégia de comunicação digital. Os ataques distraem as pessoas, fazendo com que elas não prestem atenção em fatos relevantes e importantes, quando os olhares se voltam para a valorização de factoides. A "prática do doxxing", exposição nas redes sociais de informações privadas de desafetos (MELLO, 2020).

É o caso do linchamento à Paulo Freire, que condena sua metodologia e filosofia, que encontra respirando entre a elite política dominante brasileira defensora da estabilidade social com base projeto executado desde o período colonial, sendo um dos principais responsáveis pela disparidade socioeconômica. A negação do legado freiriano se justifica pelos interesses de na manutenção da ordem contrária às práticas da educação libertadora, a qualquer paixão que exalte a paixão pela liberdade de: "[...] índios e índias, de negros e negras, de brancos e brancas, de mamelucos, que tiveram seus corpos resgatados, seus sonhos desperdiçados, suas vidas roubadas [...]" (FREIRE, 2021, p. 85). Nada justifica a disseminação de fake news, e mais grave ainda, quando isso se trata de valorizar uma estabilidade social retrógrada. Contudo, por mais que pese os pensamentos contrários, a vida e a obra e pensamento do pensamento freiriano continuam sendo difundidas, mesmo que isso signifique contrariar a democracia capitalista.

### **4.3 A ideologia neoliberal**

Nos últimos 30 anos, as operadoras de telefonia móvel contribuíram com a disseminação das ideologias neoliberais, através da oferta de internet. De acordo com Kenski (2014), o pensamento neoliberal só toma sua forma hegemônica atual após a Guerra Fria, momento em que a evolução tecnológica oferece novos

conceitos no mundo do trabalho. As palavras vinculadas "à qualidade, à produtividade, à terceirização" carregam em si o significado moderno de neoliberalismo.

como resultado do desenvolvimento e da introdução de novas tecnologias na produção e na administração de novas tecnologias na produção e na administração empresarial, com o agravamento da exclusão social.(KENSKI, 2014, p. 18)

Para ela, a educação é o meio pelo qual poder, conhecimento e tecnologia se articulam. Tal pensamento caminha em harmonia com o de Adilson Citelli. Em seu artigo: "Comunicação e Educação: o problema da aceleração temporal", as instituições tradicionais são responsáveis pela formação educativa, política, religiosa e ética. Na época da tecnologia digital, " os mecanismos da aceleração e da diversificação tecnológica criam os ambientes ou os fluxos no interior dos quais os indivíduos – respeitando-se particularidades culturais, de classes, econômicas, etc " (CITELLI, 2016, p.15). E mais, segundo ele, além de interesses e conformar valores, "assumem formações discursivas, ativam processos comunicacionais, enfim, singularizam mecanismos de integração na dinâmica social e de construção das sociabilidades" (CITELLI, 2016, p.15).

De acordo com ele, a escola, assim como os partidos políticos, a igreja e as famílias são afetados pelos mediadores "tecnocomunicativos". No momento em que os pacotes de dados móveis garantem o acesso às plataformas virtuais, o mundo conectado se torna palco da dinâmica social que dissemina Fake News sobre os mais diversos temas. Na sociedade informatizada, a computação introduz a lógica algoritmo, que impõe à sociedade contemporânea a necessidade de assimilar como a organização de dados pode manipular determinada visão da realidade. É o caso das Fake News, produzidas e disseminadas como verdades para distorcer a realidade. Nesse caso, muito prejudicial ao ensino formal, no momento em que a escola precisa apropriar-se dos saberes que já são usados no seu exterior (CITELLI, 2016).

De acordo com Citelli (2016), hoje o desafio está para a formação de alunos críticos, que possam assimilar conhecimento numa sociedade de bases digitais. Atualmente, as redes sociais mostram um grande potencial para isso, mas perdem

sua função pedagógica quando o compartilhamento de memes circulam levemente pelas plataformas do WhatsApp, Facebook, Twitter e do Instagram com o objetivo de promover um verdadeiro linchamento virtual. Segundo Mello (2020), "[...] uma investigação no Congresso, com poder para convocar testemunhas e quebrar sigilos fiscal e telefônico — foi instalada em julho de 2019 por políticos de oposição a Bolsonaro [...]". Ela fala da investigação sobre o uso de perfis falsos para influenciar eleitoralmente, e quanto a isto, se refere aos "[...] ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público [...]" (MELLO, 2020, p.67).

No Brasil, “o linchamento virtual” ocorre por meio dos disparos em massa pelo do Whatsapp, a mais popular entre as redes sociais, abrangendo uma grande massa que protagonizam palco de selvageria. Dentre as pessoas que se sentem autorizadas a ofender por meios de ataques com declarações agressivas e pejorativas, encontram-se os produtores das mensagens difamatórias com objetivo de gerar deboche e, principalmente, expor a privacidade familiar por meio da internet. E assim, quando os alvos predeterminados se tornam vítimas de xingamentos, a criação de memes obscenos excedem os limites e ultrapassam as fronteiras da decência. A dimensão da repercussão negativa revela-se como a principal estratégia para uma "espécie de censura informal", com objetivo de provocar intimidação online. Nas análises de Mello (2020), "as fake news no Brasil, ocupam posição relevante nas redes sociais, sendo um dos fatores de decisão nas últimas eleições presidenciais". Em 2016, as eleições presidenciais contaram com a desinformação e a manipulação de informação com cunho apelativos às emoções e crenças pessoais. Com o propósito de produzir ódio e repulsa sobre diferenças conceituais, enfatizando a convivência social. No Brasil, as Fake News ocupam os espaços de destaque nas redes sociais. As eleições presidenciais proporcionaram a divulgação de mensagem que condenava o que entendiam como ideologias comunista e socialista inseridas na educação. Porém, não parou por aí, indo mais; posteriormente também atingiu "a obra e legado de Paulo Freire", questionando seu "título de patrono da educação brasileira é contestado" (Mello, 2020, p.67).

O Brasil de Fato promoveu uma reportagem sobre a importância dos ensinamentos freirianos na construção das teorias e práticas educacionais. **"Paulo Freire e a Educomunicação nasceram simultaneamente", afirma o professor**

**Ismar Soares**, o próprio título já traz uma justa homenagem, quando já se passaram cem anos do nascimento do então filósofo, educador e patrono da educação brasileira. De acordo com a reportagem, o professor Ismar Soares, integrante do **Núcleo de Comunicação e Educação** da USP (Universidade de São Paulo), se refere aos "postulados freireanos" para fazer menção às suas estruturações teóricas, bem como, sua aplicabilidade nas "práticas educomunicativas", para dar prosseguimento ao conjunto da obra.

Baseado na construção de uma visão crítica, na dialética, na intrínseca aproximação com a realidade dos educandos e no diálogo entre teoria e prática, Paulo Freire, durante os seus 75 anos de vida construiu, juntamente com os movimentos sociais do Brasil e do mundo, formas de romper e superar barreiras educacionais de dominação dos povos. (Brasil de Fato/ São Paulo: 20 de setembro de 2021).

De acordo com a reportagem, a educomunicação desponta como campo de estudo num período muito atual, voltado para o diálogo entre as áreas da comunicação e da educação. Pode-se dizer, que na década de 1970, Paulo Freire mencionava a comunicação e o diálogo como instrumentos mediadores do saber entre sujeitos. Nos dias pós-modernos, a obra Freiriana ainda inspira uma militância para as práticas educativas com lucidez críticas e reflexivas, que se mostram atuais, quanto à relação do conhecimento com desenvolvimento social, inclui a educação na construção de um mundo mais justo e menos discriminatório. Falar sobre os conceitos estruturantes que destacam as concepções de cultura, considerando os parâmetros antropológicos fundamentam a racionalidade humana quanto a transformação da natureza. Tal visão leva em conta o papel da escola enquanto ambiente acolhedor do discente, que leva em conta a convivência das diferenças no ambiente acadêmico. (Brasil de Fato/ São Paulo: 20 de setembro de 2021).

É neste sentido que o termo "educomunicação" designa uma proximidade com a escola e a sociedade, expressão que trata da educação como contextualização necessária para o desenvolvimento socioeconômico da contemporaneidade. Os reflexos do estreitamento entre comunicação e educação permite repensar a prática pedagógica a partir dos instrumentos analíticos e teóricos, adequados para prática educadora da pós-modernidade. De acordo com a ênfase da reportagem promovida pelo Brasil de Fato, as mudanças na metodologia do ensino formal inclui as novas mídias nos processos de aprendizados.

O seu desenvolvimento parte de processos que possuem como base a educação midiática, a gestão democrática da mídia, a produção de conteúdos educativos e o uso de diversas formas de mídia em processos de ensino-aprendizado. Tudo isso visando um maior enraizamento da democracia e a ampliação da participação popular nos processos comunicativos. (Brasil **de Fato**/ São Paulo: 20 de setembro de 2021).

Trata-se da construção das bases que instituiu o conceito de Educomunicação se deu em função do entendimento que a educação popular conta com as possibilidades da comunicação alternativa proporcionadas pelos novos recursos tecnológicos, e pela necessidade de se democratizar a informação. Quando a constituição histórica dos movimentos sociais latino americanos conquista espaço e voz, as estruturas teóricas e práticas dos métodos freirianos ganham destaque no Brasil e reconhecimento internacional.(Brasil **de Fato**/ São Paulo: 20 de setembro de 2021).

De acordo com a matéria jornalística, a educomunicação incorpora a herança dialógica Freireana, quando a prática libertadora permite que o processo ensino-aprendizagem esteja em conformidade com os ensinamentos de Paulo Freire. Desde 1960, com o entendimento de que as manifestações populares também estavam contidas no conceito de cultura, ampliam-se então a visão do que outrora era tida apenas como produção erudita, destinada à satisfação da classe dominante, deixando de fora tudo o que fosse considerado produto aculturado dos que não tinham acesso às produções elitizados. No advento da comunicação de massa, sobre uma nova interpretação que considerou a dialética como formas ativas, da natureza polissêmica da mensagem; houve o reconhecimento da consistência entre as diferentes versões interpretativas de uma mesma mensagem.(Brasil **de Fato**/ São Paulo: 20 de setembro de 2021).

Na América do Sul seguiu um período de mentalidade econômica e regimes políticos autoritários, o que prejudicou a democratização da informação e consequentemente o acesso à cultura. A ação governamental limitou a comunicação ao atendimento dos interesses particulares, que dificultava a comunicação por meio da esfera pública. A promoção do diálogo social foi prejudicada, na medida que foram excluídos do processo a contribuição dos mais diversos atores da sociedade civil. (Brasil **de Fato**/ São Paulo: 20 de setembro de 2021).

Durante o período da constituição do pensamento latino-americano, que a educação se preparava para incorporar novas mídias no estabelecimento dos vínculos entre meios de comunicação e educação, no campo dos conflitos estavam o entendimento sobre cidadania, o debate sobre a cultura e o papel dos movimentos sociais na consolidação do regime político democrático. No momento em que as ideias freiriana emergentes afirmavam que a libertação social estava diretamente ligada à construção do pensamento crítico sobre as atividades educacionais, um novo passamento foi posto na condição de transformar a realidade.

E partindo da ideia de que todo este processo, tanto da educação quanto da comunicação, vive uma disputa constante de projetos de dominação versus libertação, falamos também sobre a possibilidade de combate às fake news com base na educação midiática desde a infância e sobre o mundo que queremos para o futuro. (Brasil **de Fato**/ São Paulo: 20 de setembro de 2021).

A educomunicação surge como alternativa de combate a fake news. A formação da nova geração deve estar pautada na perpétua de entender o mundo sob a ética da verdade, da livre expressão, contidos nos circuitos comunicativos abertos. Trata-se de ensinar desde a infância a cultura da paz em favor do desenvolvimento dos povos (Brasil **de Fato**/ São Paulo: 20 de setembro de 2021).

Durante a década de 1980, a América Latina debatia o papel da comunicação na educação e seus efeitos para o comportamento social, a distinção entre a cultura erudita e cultura popular. Assim, nos anos 2000, com as possibilidades das novas mídias, o debate sobre autonomia e criatividade voltou a torna, agora sobre a perspectiva do conteúdo midiático e as novas expressam que orientam a preparação de jovens, os discentes pós-modernos que passam a conviver com as mídias e as diversas expressões dos confrontos socioeconômicos pós-moderno.

Dessa forma, a metodologia conteudista do antigo modelo educacional tornou-se questionável pelos parâmetros freireanos. As antigas formulações ineficazes para resolução de problemas, agora encontram-se ineficazes para a resolução de problemas de desigualdade no país. Num país de dimensões continentais como o Brasil, segue uma nova etapa para a construção de valores mediante o desafio de combater juízos preconceituosos, que distorcem a

competência dos profissionais em educação. (Brasil de Fato/ São Paulo: 20 de setembro de 2021).

A educação dialógica, um projeto que se atinge com o exercício da expressão comunicativa e com a prática dialética e transformadora; encontra-se amparada pelo processo ensino-aprendizagem, na experiência da construção mútua entre docente e discente. A nova metodologia no aprendizado revela a necessidade de se produzir conteúdo pedagógico com base nos estímulos que são protagonizados por grupos sociais que sempre foram marginalizados. E hoje, mais do que nunca, se torna urgente as prioridades do modelo educacional que estimule o estudante a compreender qual papel social ele exerce na comunidade, com acesso e compreensão das informações veiculadas. E, portanto, com o direito à comunicação assegurando, e as devidas ferramentas tecnológicas disseminando uma visão crítica contribui para aprimorar o combate à produção e disseminação da Fake news e desinformação.

#### **4.4 Educação: incertezas e possibilidades pós-pandemia**

A crise da educação básica acontece em meio às incertezas da sociedade conectada, agravada pelos estragos da Covid-19. Em 2020 no Brasil, a suspensão das aulas presenciais aprofundou o quadro de incertezas futuras no campo educacional. As escolas tiveram que interromper abertamente as aulas presenciais e migraram para um modelo de aula remota, mediador pela aplicação da tecnologia disponível, que tiveram que ser aplicadas ao contexto de ensino. O modelo de aulas virtual exigiu uma adaptação súbita das famílias a uma nova rotina, quando passaram a desempenhar um papel ainda mais essencial na educação dos filhos. Num contexto de país marcado pelas desigualdades abissais, a pandemia impacta a sociedade de forma distinta, trazendo consequências no sistema de ensino nacional, no comportamento dos pais e no agravamento das desigualdades sociais. Para Antônio Gois: "A eficácia do uso de tecnologia para a aprendizagem remota sempre foi um tópico bastante controverso no debate educacional" A discussão não precisa ser binária, sendo resumida a simplesmente ser a favor ou contra (GOIS, 2020, p.108).

Para Gois (2020), o ensino remoto desafia professores e gestores, acostumados ao sistema tradicional de ensino, à uma nova rotina de ensino que surge de forma súbita e inesperada, que exige soluções concretas com o que se tem disponível no momento. Num cenário que ainda não se sabe ao certo até que ponto a tecnologia aplicada será bem-sucedida para o aprendizado, professores sem treinamento suficiente, assim como as famílias e alunos, precisam correr contra o tempo para se adaptarem à nova rotina. Hoje, o sistema educacional brasileiro, como a maioria dos sistemas no planeta, não está preparado para manter os estudantes engajados. "O mais importante é questionar para quem a educação a distância melhor se adequa, de que forma e com quais limitações" (GOIS, 2020, p.108).

De acordo com Gois (2020), no momento em que a educação a distância se torna uma alternativa ao ensino presencial, o uso da tecnologia para a aprendizagem remota possibilita que o ensino formal se aventure por caminhos ainda desconhecidos em busca do modelo que inclua a educação básica também. As experiências já testadas no mundo fortalecem as evidências dessa nova tendência mundial, que possivelmente, adotará o ensino remoto como prática da nova realidade que tende a ser permanente no Brasil. Na atualidade, o que foi testado por causa da pandemia, certamente produzirá resposta aos novos questionamentos aos sistemas educacionais mundo afora, impactando diretamente a vida de milhões de estudantes. É certo, por exemplo, que esse é um debate praticamente sem sentido para a educação infantil, que abrange a faixa etária de zero a cinco anos no Brasil. (GOIS, 2020, p.108).

Em consonância com Gois (2020), é possível pensar que as novas tecnologias podem resolver a questão da evasão escolar, se considerar que o espaço físico das escolas não é mais um problema na estrutura do ensino formal. Contudo, o acesso à tecnologia é um fator predominante, e com certeza deixará as famílias mais pobres de fora do sistema de ensino. Num cenário tão desafiador para a educação, como este que estamos vivendo em épocas de pandemia, é preciso encontrar soluções que estabeleçam políticas públicas para tais problemas. A migração em massa para o ensino remoto é uma possibilidade concreta, já que foi testado nessa tragédia de pandemia, fazendo com que os alunos deixassem de

frequentar as aulas presenciais normalmente. A experiência do ensino a distância com o uso das novas tecnologias provocou mudanças nos sistemas educacionais, que procuram aprimorar o que está sendo tentado na prática em épocas da pandemia. "Nos ensinos fundamental e médio, a idade dos alunos é um fator crucial a ser considerado, pois, quanto menor ela for, mais limitações haverá para seu uso" (GOIS, 2020, p.108).

Assim sendo, o papel dos pais está relacionado ao desenvolvimento socioeconômico do país. As escolaridades diferenciam as famílias e impactam no aprendizado das crianças, e conseqüentemente, no futuro da trajetória acadêmica dos alunos. E o papel da escola pública se reafirma ainda mais, quando se trata de considerações sobre a distribuição das oportunidades escolares, ação que possibilita amenizar as desvantagens socioeconômica, uma iniciativa que beneficia os alunos de famílias mais pobres e menos escolarizadas. Com a pandemia e a interrupção das aulas presenciais, diferentes grupos sociais foram afetados, mas os efeitos imediatos da atual crise residem no agravamento das desigualdades sociais já existentes. "O acesso às novas tecnologias podem ser extremamente desigual, mas todos os estudantes no planeta não foram de alguma forma afetados por ela " (GOIS, 2020, p.108)

Na linha do raciocínio de Gois (2020), é fato que o contexto socioeconômico das famílias tem peso determinante no desempenho dos filhos, se fazendo necessário políticas públicas que as apoie e as orientem no sistema educacional, de forma que possam superar o contexto de vulnerabilidade em que vivem. Agora mais do que nunca, as políticas de primeira infância devem incluir assistência e orientação às famílias que impactam positivamente no desenvolvimento cognitivo das crianças pequenas. Dentre os incentivos inclui leituras e brincadeiras lúdicas que envolvam pais e filhos. O uso da tecnologia virtual provocou uma crise educacional, que foi agravada pela Covid-19 e a saída é recorrer ao que está sólido para enfrentar as incertezas do futuro. Portanto, de acordo com Neves (2020): "A popularização de ferramentas interpessoal na internet revolucionou as relações humanas, mas nem sempre favoravelmente" (NEVES, 2020, p.337).

A disseminação de conteúdo eletrônico infelizmente não está relacionada à sua comprovação científica, e teorias mirabolantes, geralmente simplistas e frequentemente associadas a pseudoconspirações, são comuns.

Mais preocupante: muitas dessas desinformações procuram atacar e desacreditar a ciência verdadeira. (NEVES, 2020, p.337).

De acordo com Neves (2020), com a quarentena, a escola vai para dentro de casa mediada pela tecnologia como ferramenta de apoio ao ensino fundamental II e, também, no ensino médio. O conteúdo acadêmico tradicional passa a ser ensinado por meio de computadores, tablets e smartphones, recurso que antes era banido da sala de aula, e hoje é essencial ao ensino on-line. Na pandemia, a tecnologia testada passou a reinventar a escola, na medida que as aulas foram ministradas utilizando os recursos instantâneos do ambiente virtual, proporcionados pelas salas de interação que possibilitam o acesso de qualquer lugar do mundo, através da internet permitindo um feedback em tempo real. Porém, a divulgação de conteúdo eletrônico não precisa de comprovação científica, e teorias mirabolantes, geralmente simplistas e frequentemente associadas a “pseudoconspirações”, são comuns (NEVES, 2020, p.337).

Daí surge a ideia de educação híbrida, uma escola de tempo integral que divide o ensino formal em aulas virtual e presencial. O que antes necessitava de espaço físico para se garantir acessibilidade; hoje, com o uso da ferramenta virtual se pode garantir um modelo de ensino mais acessível. O ensino online atinge uma grande dimensão quando as aulas podem ser vistas por milhares de alunos. Assim, uma única aula pode alcançar continentes e levar conteúdos escolares a países diferentes, propiciando o debate descentralizado, sobre determinado tema ao mesmo tempo. Na mesma lógica de Neves (2020), a pluralidade de ideias que circulam no ambiente virtual atinge uma dimensão global, enriquecendo uma nova experiência de ensino, a interação com uma diversidade de habilidades socioemocionais e valores diferenciados unificados pela socialização virtual. Porém, é preciso analisar criticamente os conteúdos que circulam livremente, porque muitas são "desinformações" e "procuram atacar e desacreditar a ciência verdadeira". (NEVES, 2020, p.338). Com a pandemia e o modelo híbrido, se projetou o Ensino a Distância (EAD) por meio do ambiente virtual para além do ensino superior, atingindo o fundamental e médio. Antes, livros físicos, cadernos e lápis faziam parte do ensino formal, no modelo presencial; hoje, a internet e o computador permitem a

concentração de conteúdos acessível a grandes contingentes através de chats e aplicativos específicos para aulas on-line.

A história da educação revela premissas e estratégias, que em épocas distintas foram testadas e deram conta da realidade. Contudo, a atual crise pela qual passa a educação exige revisões e reformas bem diferentes daquelas testadas no passado. Os desafios do presente estão na superação dos questionamentos contrários à própria essência da ideia de educação. Nos primórdios da longa história da civilização, as características constitutivas da educação se mantiveram intactas aos desafios do passado e emergiram intactos de crises anteriores para colocar a prova os pressupostos que nunca antes haviam sido questionados. E o que pensar agora para o momento? De acordo com Bauman (2010, p. 40 e 41):

No mundo líquido-moderno, a solidez das coisas, assim como a solidez dos vínculos humanos, é vista como uma ameaça: qualquer juramento de fidelidade, qualquer compromisso a longo prazo (e mais ainda por prazo indeterminado) denuncia um futuro preenchido de obrigações que limitam a liberdade de movimento e a capacidade de perceber novas oportunidades (ainda desconhecidas) assim que (inevitavelmente) elas se apresentarem.

Segundo Bauman, na sociedade líquida-moderna a liberdade de movimento caminha em conformidade com a ideia de que os objetos de desejos logo envelhecem, perdendo seu brilho. Assim, os símbolos de honras, muito valorizados em sociedades anteriores, se transformaram em estigmas do passado. Para ele, hoje o "consumismo de hoje não consiste em acumular objetos, mas em seu gozo descartável" (BAUMAN, 2010, p. 42).

Assim, o mundo pós-moderno, vale as coisas que são fabricadas, vendidas, compradas e, para dar lugar às novas, jogadas fora. Hoje, o ato de descartar revela-se como ação geradora de felicidade, ou seja, livrar-se de algo ou jogar no lixo produz sentimentos de alegria nas pessoas. Da mesma forma que os objetos, os laços pessoais precisam ser destruídos ou descontados, os mesmos efeitos dos objetos que se tornam obsoletos, não podem durar muito e precisam ser descontados com facilidade. Sendo assim, por que o "pacote de conhecimentos" adquiridos na universidade deveria escapar dessa regra universal? (BAUMAN, 2010, p. 42).

Portanto, para Bauman (2010), a ideia de educação acompanhava o entendimento do aprendizado pronto para ser apropriado e conservado, o que foi favorável ao ensino institucionalizado. Entender que a utilidade dos estudos tinha seu valor que ninguém podia tirar trazia uma perspectiva encorajadora aos jovens de sua época, que assumiam tais compromissos porque eram bem vistos. Hoje, "no turbilhão de mudanças, é muito mais atraente o conhecimento criado para usar e jogar fora, o conhecimento pronto para utilização e eliminação instantâneas" (BAUMAN, 2010, p. 42)

Desta forma, os pressupostos fundamentais da educação, que sempre seguiram com as transformações contemporâneas à cada época, ressaltaram os mesmos desafios. O primeiro desafio veio com base na capacidade de representar fielmente o mundo. E o segundo com o caráter errático e substancialmente imprevisível das transformações contemporâneas, mudanças que fizeram com que o mundo mudasse de forma e, portanto, também a verdade do saber. No século XXI, "o conhecimento prometido pelos programas de computador que entram e saem das prateleiras das lojas num ritmo cada vez mais acelerado. (BAUMAN, 2010, p. 42)

Para Bauman (2010), as raízes antigas do conceito de pedagogia e aprendizagem acompanharam a ideia com base em dois pressupostos da ordem imutável do mundo, que teve ênfase com a experiência humana. O primeiro pressuposto considerou o professor na transmissão do conhecimento ao aluno. O segundo dizia respeito ao papel do professor e sua responsabilidade na formação da personalidade dos alunos, com base nas formas que se presumia justa, boa por ser considerada virtuosa e nobre.

Em nossos dias, o que se aprendeu deve ser esquecido, uma vez que o aprendizado do percurso já testado e explorados, se modificam rapidamente. Nesses casos, uma boa memória não ajuda muito, quando os percursos confiáveis de ontem, agora deixaram de ser, quando os esquemas habituais de comportamento se anunciam e transformam outros. O conhecimento é destinado a se dissolver no momento em que foi aprendido. As coisas que já tinham lugar certo, tendem a ser colocadas cada dia em lugar diferente. Os estímulos podem ser enganosos quando os hábitos e impulsos mudaram segundos depois. E segundo Bauman (2010), isso

"é contrário a tudo que a aprendizagem e a educação representaram na maior parte de sua história" (BAUMAN, 2010, p. 46).

Na lógica de (BAUMAN, 2010), a "modernidade-líquida" apresenta um mundo volátil, onde a velocidade impera e impede que uma forma se mantenha estruturada por muito tempo. Não existe garantia a longo prazo, uma credibilidade que possibilite a confiança quando as coisas mudam rapidamente, fazendo com que as pessoas sempre estejam prontas a abandonar as antigas preferências. Bauman (2010), entende que "elas foram criadas na medida de um mundo durável, que esperava permanecer assim e pretendia ser ainda mais durável do que havia sido até então" (BAUMAN, 2010, p. 46). A modernidade-líquida contraria todos os fundamentos que a aprendizagem e a educação representaram na maior parte de sua história. A educação com base no mundo durável entendia a memória como uma riqueza, um valor solidamente ancorado nas raízes do passado memorial. " Num mundo desses, a memória era uma riqueza; quanto mais para trás ela conseguisse ir e quanto mais durasse, maior era o seu valor "(BAUMAN, 2010, p. 46).

De acordo com Bauman (2010), a emergência dos servidores e redes eletrônicas favoreceu o armazenamento e tratamento de informações. O trabalho de memorização resultou em mais detritos, produtos não inutilizáveis que precisavam de reciclagem para ser reutilizados. Ou seja, não existe método que distinga de antemão um produto de um detrito, se qualquer produto útil logo estará fora de moda e, portanto, sem utilidade. Da mesma forma, um produto de aparência inútil pode se tornar útil; assim, a possibilidade de armazenar todas as informações fora do cérebro humano, garantem que o uso das informações armazenadas pode se tornar ideias oportunas e tentadoras. Hoje, uma memória tão solidamente ancorada parece ser potencialmente incapacitante, em muitos casos, desorientadora, outros tantos, quase sempre inútil. (BAUMAN, 2010, p. 46).

Para Bauman (2010), no mundo volátil, as mudanças instantâneas prejudicam os hábitos consolidados. No capitalismo da modernidade-líquida, a educação se torna mercadoria, e como tal, é oferecida no mercado do conhecimento. E, como se sabe, não existe fidelidade na relação entre mercado e mercadoria. Portanto, os laços indestrutíveis e compromissos duradouros são considerados obstáculos que precisam ser removidos. Assim, os objetivos da educação ortodoxa não são

aceitáveis pelo mercado, ficando fora de suas preferências: "esquemas cognitivos sólidos e valores estáveis" (BAUMAN, 2010, p. 47).

E ainda, conforme o raciocínio de Bauman (2010), os reflexos do ambiente que nos rodeia projetam uma resposta automática às ideias imutáveis e à rotina monótona. De acordo com a regra do mercado aberto, tudo é passível de mudanças por meio de sucessivos movimentos. Nos novos tempos em que vivemos, nada escapa das consequências do mercado estabelecido nas novas fronteiras do "*mappa a mundi et vital se sobrepõem*", inclusive o "modo de agir prevalente entre seres humanos, homens ou mulheres" (BAUMAN, 2010, p. 48).

O capitalismo, segundo (BAUMAN, 2010), busca ampliação do território de ação do mercado, e seus fundamentos de transformar tudo em mercadoria. Trata-se sobre o direito de posse sobre tudo que pode ser explorado no planeta, como direitos sobre a água, sobre o genoma e as espécies vivas, entre elas, os recém-nascidos e os órgãos humanos. Mas, a expansão do comércio atinge também questões que eram privadas do indivíduo, como subjetividade e sexualidade. No entendimento Bauman, o "comportamento das pessoas são reflexos dos valores que se transformam e atingem o modo de agir prevalente entre os seres humanos". (BAUMAN, 2010, p. 49).

A ausência de precedentes confiáveis acompanha comportamentos ainda não testados. Na medida que adentra num contexto de incerteza, outras poderão surgir. O sucesso pessoal está no modo de bem viver no mundo onde as regras mudam com muita velocidade, em que o tempo para aprendê-las e memorizá-las não são mais suficientes. As rotinas não são mais exercitadas de forma que sejam aprendidas porque desaparecem rapidamente da ordem do momento. A capacidade de abandonar os hábitos presentes torna-se mais imperativa do que o aprendizado de novos. A nova ordem adota sua própria norma e projeta um estilo de vida que termina rapidamente e recomeçar de novo é o princípio ativo. E neste processo o que se aprende é estar preparado para novas situações ambíguas e precárias, provimentos das "consequências de se dar mais um passo em falso" . (BAUMAN, 2010, p. 49).

E nestas condições, as estratégias educacionais insuficientes são aplicadas à educação formal, que não conseguem atingir seus objetivos, colocando a

responsabilidade pelo insucesso na conta dos educadores. Porém, não se pode atribuir culpa ou negligência à apreensão do saber, mas da constatação de que o mundo fora da escola mudou muito em relação ao tipo de mundo que preparava seus alunos no passado, na época das "fábricas fordistas massificadas e os exércitos baseados no recrutamento em massa" (BAUMAN, 2010, p. 51).

Segundo Bauman (2010), o novo mundo ensina homens e mulheres a buscar soluções privadas para resolver problemas de origem social. Durante a "fase sólida da história moderna", as ações humanas eram feitas para realização de um mesmo objetivo. Era possível distinguir entre os percursos correto e equivocados, permitindo a punição de quem errasse e premiasse quem fosse dócil e prontamente se colocasse no caminho certo. Esta era a base do poder "pan-óptico", que "personificavam com plenitude a tendência a transformar estímulos e respostas em rotina". (BAUMAN, 2010, p. 51).

As fábricas fordistas promovem o recrutamento em massa, o modelo industrial representou a personificação das novas ações, que transformaram estímulos e respostas em rotina. O modelo apresentado consistia no direito de fixar regras invioláveis. Supervisionar a aplicação de normas próprias colocava em vigilância constante os que eram forçados a cumprir uma disciplina, que separavam os que não conseguiam se adequar. Os comportamentos desviantes acompanhavam tentativas de reabilitação; caso contrário, quando não se submetiam ao disciplinamento imposto eram expulsos. Para Bauman (2010, p.51), tudo isto estava baseado "no direito de fixar regras invioláveis".

O esquema de domínio fabril exigia uma estrutura que se organizava de forma que a sequência de movimentos se repetisse sem variações. Os projetistas e supervisores do processo fabril ficavam encarregados de garantir a estabilidade das composições e a repetição de situações e escolhas. Nesse caso, todo esforço se voltava à memorização de regras que precisavam ser incorporadas para transformá-las em hábitos radicalizados e automatizados. Segundo Bauman (2010, p.51), a época da modernidade sólida projetou ambientes administrados e controlados de forma rígida, através de uma "vigilância constante" sobre os que eram forçados a cumpri-las.

Mas, de acordo com Bauman (2010), durante a modernidade líquida, as funções administrativas ortodoxas não tiveram seu espaço garantido. A ameaça do desemprego permite a economia de energia, tempo e dinheiro com o controle e a vigilância de comportamentos hostis. Dessa forma, os subordinados adotam um comportamento que possibilitem agradar aos chefes para aumentar as chances de adquirir seus serviços e produtos particulares, da mesma forma que outros produtores e revendedores estimulam seus potenciais consumidores à compra das mercadorias oferecidas.

Assim sendo, dentro da lógica Bauman, o sucesso no ambiente de trabalho, diferente de antes, passou a estar condicionado à capacidade de convivência em grupo e uma comunicação dedicada à abertura mental e à curiosidade. Nas circunstâncias atuais, é o caso de vender a própria pessoa, que apresenta seu valor único e insubstituível, capaz de enriquecer a qualidade do grupo de trabalho. Atualmente, o aspirante que deseja o emprego, antes de tudo, tem que se mostrar autodisciplinado o suficiente para garantir a performance convincente, que seja desejada pelo empregador. O comportamento precisa satisfazer os requisitos dos observadores, preferências necessárias à sua aprovação. As novas exigências profissionais incluem a presença do chefe para evitar a repressão dos empregados, homogeneização do seu comportamento, quanto do enquadramento em ações rígidas e rotineiras.

Portanto, o sucesso profissional está em se destacar dos outros. Não ser igual a todo mundo significa que os conhecimentos e habilidades relacionados ao trabalho tem que superar os desempenham o mesmo ofício. É necessário apresentar ideias visitadas e projetos fora do comum. O que nunca fora proposto antes e que desafiam os conhecimentos e a sabedoria herdada.

E mais, a nova personalidade de homens e mulheres vem da inspiração que está ligada à coragem de viver na solidão. Nos tempos líquidos-modernos, os consultores ensinam a caminhar no caminho novo, entre os vários percursos inexplorados. Diferentemente, os professores só conseguem orientar num caminho único e já bastante explorado. Os novos tempos promoviam o aprendizado do novo caráter individual, das pessoas que buscam sua própria personalidade.

De acordo com Bauman (2010), a busca do conhecimento operativo de como viver, que antes os educadores ortodoxos transmitiram a seus alunos. O culto da educação permanente, hoje se encontra desafiada a atualizar seus ensinamentos no campo profissional e da personalidade, ambiente que os mestres espirituais devem ser capazes de atingir os ambientes ainda inexplorados que precisam ser descobertos. Assim, duas frentes são necessárias à "marcha triunfal do conhecimento no mundo habitado por homens e mulheres modernos aconteceu em duas frentes" . (BAUMAN, 2010, p. 55)

Na primeira frente, assistimos a invasão, conquista, civilização e mapeamento de territórios novos e inexplorados. O império construído graças a esses avanços era o da informação destinada a representar o mundo: no momento mesmo da representação, a parte do mundo representada era tida como conquistada e reivindicada pela humanidade.

A disseminação do conhecimento moderno aconteceu quando algumas civilizações resolveram mapear os territórios inexplorados. À princípio, a informação destinada a representar o mundo era o principal conhecimento, tido como uma conquista reivindicada pela humanidade. A partir de então, o cânone da educação estendeu sua capacidade de percepção e memorização a outro destinatário, com objetivos voltados a visualização de outro mapa-múndi mais completo. A nova versão contou com os canais de educação disponíveis na época, aos membros da espécie humana que necessitavam da informação para se deslocarem livremente pelo novo mundo mapeado.

Em conformidade com as ideias de Bauman (2010), os territórios recém conquistados incorporaram o novo "mapa-múndi", completando a extensão dos espaços vazios, que até então eram desconhecidos. Pela primeira vez o mundo pode ser registrado e disputado pela ambição humana em busca riquezas. Porém, o que antes significava uma estabilidade, após o novo modelo cartográfico, passou a se encontrar em "moto contínuo", na medida que se desloca e desliza o tempo todo. Dessa forma, a distribuição do conhecimento deslocou-se do mundo vasto, misterioso e selvagem, para o virtual onde se encontra o universo das imagens.

E, na atualidade, os exploradores desse vasto universo das representações se distinguiram entre cientistas, artistas, filósofos e todos aqueles que desejam participar de uma nova aliança para explorar o universo que despontou. Porém, nem

todos pareciam estar aptos a nova aliança do conhecimento, as pessoas comuns eram impedidas de participar do novo momento da informação, sob as considerações do conhecimento positivista, que as viam como detentoras de comportamento misterioso e selvagem.

Da mesma forma que antes, hoje enormes quantidades de informações, que circulam pelas redes sociais, ameaçando homens e mulheres comuns de ficarem à margem dos mistérios do novo universo virtual que desponta, despertando interesse de um pequeno grupo seletivo de cientistas que se preocupam com todas as coisas desconhecidas e as diferentes reações que elas suscitam. A curiosidade proporciona a ação quando entende a determinação, coragem e confiança pelas descobertas que anunciam um futuro melhor, sem aborrecimentos que envenenam a vida. Mas, hoje em dia, a grande massa da informação disponível se mostra irritantemente distanciada de qualquer esperança de que, algum dia, se possa aprendê-la.

O futuro não é mais um tempo a ser esperado com impaciência: ele só vai aumentar as dificuldades atuais, incrementando de modo exponencial a quantidade de conhecimento que já nos atordoa, nos sufoca e que bloqueia a salvação que ele próprio oferece de forma sedutora. A massa de conhecimento à disposição é o principal obstáculo para sua aceitação. É também a principal ameaça à nossa autoconfiança: certamente a resposta para os problemas que nos afligem deve estar em algum lugar daquela massa impressionante de informação. Portanto, ser incapaz de encontrá-la trará como consequência imediata e concreta a autodepreciação e o autoescárnio. (BAUMAN, 2010, p. 58)

De acordo com Bauman (2010), o futuro parece guardar novas dificuldades a serem enfrentadas, com o incremento exponencial da quantidade de conhecimento que sufoca e frustra as expectativas de quem o aguarda com ansiedade. A massa de conhecimentos à disposição é um obstáculo aos problemas que afligem as pessoas. É, também, a principal ameaça à autoconfiança de quem não se sente capaz de encontrar resposta aos problemas cotidianos, diante da impressionante massa de informação.

Assim, na atual circunstância, o conhecimento acumulado vem de uma massa de informações que dissolveu todos os critérios ortodoxos de ordenamento. Sua abrangência atinge a conveniência, a aceitabilidade e o acerto. Ou seja, o que antes significava atribuições de importância como determinantes de utilidade e autoridades

determinantes de valor se tornam uniformes, informações que fluem com o mesmo peso específico. Portanto, se todas as informações se equivalem, a competência de julgamento próprio não se diferencia das correntes de teses contraditórias, todas têm o mesmo valor.

Dessa forma, a massa de conhecimento apenas proporciona uma parcela de conhecimento para uso pessoal apenas, que só pode ser avaliada pela quantidade. Antes, atribuir importância às informações era a prática que, hoje em dia, se revela desconcertante e uma decisão difícil. A partir de agora, o conhecimento humano não se diferencia mais pela qualidade, mas pela pertinência momentânea. E dessa forma, as informações assimiladas perdem seu significado logo após serem utilizadas, porque mudam de uma hora para outra. Assim como o produto dos mercados, a informação é destinada ao uso instantâneo, imediato e único.

E, portanto, no passado, a educação era capaz de adaptar-se às mudanças circunstanciais, definir outros objetivos e traçar suas próprias estratégias. Agora, no mundo da informação não aprendida, os educadores enfrentam as mudanças nunca vistas antes na história humana.

Em pleno século XXI, debater a relação de professor e aluno do ponto de vista sociológico é uma tarefa que se presta às análises criteriosas das experiências que a grande maioria da sociedade já entende sem dificuldade na prática. Hoje, o que acontece com essa geração, seus antepassados viveram o mesmo em outros tempos. Tratar-se da comunicação com os filhos, quando estes ainda não perderam seus pais.

O conflito entre gerações, quando o antigo e o novo se relacionam tem uma longa história. Desde os tempos remotos, na era moderna, a desconfiança intergeracional assumiu sua importância quando as mudanças permanentes, rápidas e profundas das condições de vida, marcadas pelas características dos novos comportamentos em curso. A aceleração radical do ritmo das mudanças sugere que as coisas não são mais como antes, mas sugere outras associações de nexos causais, que causam conflitos durante a sucessão geracional.

A partir do advento da modernidade e em todo o seu percurso, as gerações que vêm ao mundo em fases diferentes da sua contínua transformação tendem a divergir nitidamente na avaliação das condições de vida que partilham. Os filhos em geral enfrentam um mundo drasticamente diferente daquele que seus pais, guiados pelos educadores, aprenderam a considerar

um padrão de “normalidade”. Além disso, nunca poderão conhecer esse mundo já desaparecido em que os pais viveram quando eram jovens. (BAUMAN, 2010, p. 62 e 63).

Durante o advento da modernidade, as novas gerações foram responsáveis por divergir nitidamente das condições de vida que partilhavam com a geração que estavam presentes em fases diferentes, num mundo desconhecido aos novos habitantes. Os filhos conhecem o mundo a partir das transformações que seus pais acompanharam durante a contínua mudança durante determinado recorte histórico. O mundo anterior foi guiado por educadores que consideram padrão de normalidade que os novos filhos da terra nunca poderão conhecer, um mundo da juventude de seus pais.

A atualidade, geralmente durante uma quebra de paradigma, traz consigo uma dualidade no comportamento humano. Para Bauman, aquilo que algumas gerações consideram como condição de normalidade pode ser considerado uma aberração para outras. Se para uns a maneira como as coisas são feitas estavam em conformidade com determinada racionalidade; para outros, o que antes era aceita coletivamente sem questionamentos, pode significar um estado de coisas erradas, e, portanto, irracional, ilegítimo e abominável. Assim, determinado comportamento pode parecer uma condição confortável e familiar para algumas gerações; para outras, o uso de determinadas habilidades e rotinas, não passa de um aprendizado estranho e desagradável.

Em geral, as diferenças de percepção tornam-se multidimensionais na medida que o encontro geracional possibilita avaliar o comportamento humano por meio de atribuições diferentes. Segundo Bauman, nos tempos pré-modernos, os jovens eram entendidos como pessoas destinadas a amadurecer, a se tornar adultos preparados a compartilhar e reconhecer os mesmos valores ensinados pela geração mais velha. Porém, hoje em dia, os jovens são vistos como futuros adultos, bem diferentes dos seus antepassados, e destinados a permanecer assim por toda a vida.

Trata-se do choque de gerações e das relações de incompreensão e desconfiança que guiam os conflitos entre os mais velhos e os recém-chegados. As gerações anteriores acreditam que seus sucessores estão prontos a arruinar e destruir um ambiente acolhedor, construído sob medida e que precisa ser

conservado. Os jovens, ao contrário, agem com um forte impulso para consertar o que os antigos fizeram de ruim. E assim, o ambiente de insatisfação se torna generalizado com acusações mútuas, com uns acusando os outros pelo modo como as coisas acontecem, ou com as prováveis mudanças que o mundo pode tomar; mas, todas acusações sempre trazem pontos de vista cobertos de subjetivismo. Ou se refere ao despreparo e imprevisibilidade da juventude; ou falam dos estragos que os adultos fizeram.

A juventude parece abominar o controle, principalmente, quando ele impede de disputar os prazeres da vida. Se a palavra de ordem é não permanecer preso ao trabalho por muito tempo, então todas as opções devem estar livres para serem exploradas. O juramento de fidelidade propõe um comportamento que impede o aproveitamento das possibilidades atraentes e promissoras, quando se assume compromissos irrevogáveis.

Hoje, com os novos equipamentos eletrônicos, iPods, celulares e videogames, impedem que os adolescentes desfrutem dos importantes sinais sociais que estabelecem contratos visuais. E Bauman explica esse comportamento sob o entendimento de que o ser humano não deseja desperdiçar o tempo dedicado às superfícies virtuais, que são mais convidativas. As relações com o mundo virtual mudam as relações com as coisas reais. O mundo on-line convida os jovens a estar em constante movimento quando se pode multiplicar os encontros, através do ambiente virtual, na medida que cada um deles pode significar um ato muito rápido e superficial. As relações virtuais acompanham mecanismos que evitam incômodos, aparelhos eletrônicos equipados com teclas de deletar ou com anti spam, e impedem que se estabeleçam relações pessoais mais profundas.

Para os jovens, a principal atração do mundo virtual deriva da ausência de contradições e objetivos contrastantes que infestam a vida off-line. O mundo on-line, ao contrário de sua alternativa off-line, torna possível pensar na infinita multiplicação de contatos como algo plausível e factível. Isso acontece pelo enfraquecimento dos laços – em nítido contraste com o mundo off-line, orientado para a tentativa constante de reforçar os laços, limitando muito o número de contatos e aprofundando cada um deles. (BAUMAN, 2010, p. 67).

O mundo conectado oferece um ambiente desprovido de contradições, objetivos contrastantes que se encontram na vida real. O espaço virtual possibilita acessar uma infinidade de contatos, que apesar de oferecer oportunidades plausíveis, não contribui para o fortalecimento dos laços afetivos. Diferente do mundo on-line, se manter off-line significa enfrentar um cotidiano orientado para reforçar os laços, mas limitando muito as possibilidades.

Na atualidade, homens e mulheres evitam o planejamento da própria vida com base no compromisso a longo prazo, evitando assumi-los com outros seres vivos. Hoje, o valor da geração jovem admite uma relação séria desde que não seja duradoura e o compromisso possa ser desfeito imediatamente, sem deixar vestígio algum, quando perde sua atração. As escolhas pessoais partem de decisões que podem ser desfeitas a qualquer momento, facilitando o movimento e a possibilidade de novas escolhas.

A nova geração habilita sua juventude para que possam recriar sua identidade, na medida em que a rede ofereça tais condições. Hoje, a preocupação juvenil repousa na substituição da identificação dos seus antepassados. Dessa forma, as identidades devem ser descontadas, possibilitando que substitua a anterior por outra versão. Assim, as identidades devem ser descartáveis para que possibilitem substituir a identidade insatisfatória por outra, a identidade ideal que se deseja. Para Bauman, a mudança de identidade é uma necessidade promovida pela internet.

A capacidade interativa da internet é feita sob medida para essa nova necessidade. É a quantidade das conexões, mais que sua qualidade, que faz a diferença entre as possibilidades de sucesso ou fracasso. Ela permite manter-se informado sobre a "última moda" – os sucessos mais ouvidos, as camisetas da moda, os mais recentes e comentados festivais, festas e eventos com pessoas famosas. Ao mesmo tempo, ajuda a atualizar os conteúdos, a redistribuir os traços característicos no retrato do próprio Eu e a apagar rapidamente os traços do passado, os conteúdos e características já vergonhosamente ultrapassados. (BAUMAN, 2010, p. 69 e 70).

A internet amplia a capacidade humana de interação e, conseqüentemente, nas palavras de Bauman, sua "reidentificação". A quantidade de conexões oferecidas pela rede possibilita que a cultura da oferta esteja presente no marketing, informe sobre a última moda, festivais, festas e eventos com pessoas famosas.

Trata-se de atualizar os conteúdos, redefinir os traços característicos do ego, "o próprio Eu", e apagar rapidamente conteúdos e características ultrapassadas. As facilidades da geração eletrônica prendem a juventude nas telas de computadores, que hoje em dia, oferecem um ambiente que prende a atenção do jovem por mais tempo do que as possibilidades oferecidas pelo mundo real.

A ideia de apagar e reescrever é concebida através dos recursos eletrônicos. Porém, as circunstâncias de duração estabelecida pelos laços e compromissos trazem metaforicamente esse significado de instantâneo, oferecido pela velocidade da rede mundial. E tudo, agora, está disponível a geração jovem que jamais experimentou grandes privações. Fala-se das depressões econômicas e falta de perspectivas com desemprego em massa. Mas, ainda é cedo para prever quais as consequências trazidas, pelos que os jovens acreditam ser o estado natural das coisas. É possível que uma nova depressão econômica esteja a caminho e os jovens, com sua própria visão de mundo, terão que se adaptar à condição de sobrevivência, com uma nova visão de mundo e outro profundamente arraigado entre eles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À rigor,[...] grande parte da humanidade continua vítima dos velhos problemas...

(POMAR, 2016, p.8)

### 5. EDUCAÇÃO VERSUS CAPITALISMO NO SÉCULO XXI

Para Valter Pomar, a humanidade corre o risco de ter sua criação voltando contra si mesma. Atualmente, é possível imaginar uma verdadeira catástrofe com os apocalipses nucleares e a disseminação de vírus no mundo. O que se pode esperar dos recursos tecnológicos disponíveis, se não a salvação dos seres vivos e do planeta terra.

Para Theodor Adorno, a diferenciação técnica e social desenvolveu a indústria cultural quando se instalou com sua personalidade própria, uma racionalidade que se prestou à dominação de caráter repressivo da Indústria cultural. Não é de hoje que o caráter alienador da produção em série profetiza o desaparecimento da civilização. Porém, a maioria dos filmes de ficção científica, não conseguem imaginar o desaparecimento da ordem capitalista, que segue muito forte permanecendo viva até mesmo quando se pensa no mundo que está morrendo. Na verdade, os roteiristas têm muitas dificuldades em imaginar o desaparecimento da ordem vigente e seus efeitos quanto à opressão e a exploração

De acordo com Mario Sergio Cortella, o significado da humanidade está para o desenvolvimento cultural, assim como a educação consiste nas múltiplas formas

do conhecimento que orienta o homem na vida social e política. Os conflitos sociais, provenientes da conservação dos valores pré-modernos, se chocam com a inovação do conhecimento humano. Os maiores exemplos sobre os projetos futuristas da modernidade podem ser analisados sob a ótica dos filmes "Jornadas nas estrelas e Guerra nas estrelas". Mas, a exibição de outras formas de "vida interestelar" não se diferencia das variantes terrenas do escravismo, feudalismo e do capitalismo. O filme "Avatar" denuncia os efeitos da ação imperialista sobre uma comunidade primitiva, a ideia do progresso que provoca destruição do passado natural. Já em Matrix, exhibe as máquinas sugando a energia vital dos seres humanos, possibilitando a projeção de uma realidade virtual vivida por avatares que ocultam o mundo real e devastado. Em todos os casos, a fantasia e a imaginação revelou as contradições, que desenvolvem o conhecimento de acordo com a capacidade do homem e as limitações da humanidade. Trata-se do movimento de trânsito e provisoriedade, entendidos como estratégicos e necessários para a entrada e saída da modernidade.

Para Nestor Garcia Canclini, trata-se do processo que repercute na posição do sujeito quanto às relações interculturais. Os processos de hibridações colocam em contato simultaneamente sociedades diferentes. O anúncio da modernidade europeia chega logo após o desenvolvimento das técnicas do renascimento, quando a aceleração do progresso projeta as bases do mundo mecanizado, avançando para automação industrial, com o auxílio da eletrônica, que ocupa seu lugar de destaque como tecnologia de ponta para a época. A utilização dos semicondutores sinaliza definitivamente com o fim de uma realidade pré-moderna, sufocado pela emergência de uma modernidade que avança no desenvolvimento do ambiente digital e nuclear. No período da ordem moderna as bases científicas e a tecnologia projetaram perspectivas sobre os problemas que afligiam a humanidade desde os primórdios, como a fome e as doenças, fonte das carências e desejos humanos, circunstâncias do cotidiano que acabavam se agravaram com as catástrofes naturais e as longas distâncias.

O ideário da produção industrial capitalista projetou o consumo das massas, à medida que a dominação por meio da alienação, tornando pessoas submetidas ao processo que as tornam incapazes de desenvolver um pensamento crítico, diferente

da reprodução da ideologia do sistema capitalista. A rigor grande parte da humanidade ainda se encontra vitimada pelos velhos problemas, ao passo que novos dilemas surgem à depender da forma como a sociedade se relaciona com o progresso. Trata-se do convívio cotidiano com a fome e a desnutrição contrastando com um mudo da superprodução industrial. A ansiedade acompanha as frustrações pessoais quando se percebe que os instrumentos que nos poupam tempo são incapazes de render na dimensão que foram projetados. Hoje, os carros conseguem desenvolver grandes velocidades, mas ficam parados em vias engarrafadas e a internet que proporciona muito conteúdo, mas pouca informação.

Mas a maior contradição surge quando se pensa num mundo em que as grandes distâncias não são mais problema; ou talvez, que a velocidade da informação possa trazer velocidade no aprendizado; ou então que, nos dias atuais, se poderiam trabalhar pouco e viver bem. Porém, tal realidade parece estar bem distante daqueles que são obrigados a trabalhar muito para adquirir o mínimo necessário ao sustento. E, mais grave ainda, quando se pensa na vida das pessoas privadas do emprego, que não possui renda nenhuma, enquanto que uma pequena minoria dispõe muito mais do que necessita.

A constituição do Estado moderno marcou a expansão escolar e a massificação do ensino formal, quando os olhares se voltam à escolaridade básica estendida a todos, de forma universal: gratuita, assim, a obrigatoriedade da educação no Estado moderno adentra na escola, tornando-a a provedora do ensino de massa, aos trabalhadores assalariados que não poderia custeá-la.

A resposta a tudo isso pode estar relacionada com a educação da modernidade, que seguiu em consonância com as relações de produção capitalista. As relações de exploração do trabalho humano se desenvolvem com *modus operandi* próprio, transformando tudo em mercadoria, incluindo as forças produtivas. E através da construção hegemônica da acumulação de capital, o conhecimento científico proporcionou a interconexão de tudo e de todos. O século XIX, aprimorou o conhecimento, desenvolveu as técnicas da produtividade do trabalho, bem como as relações humanas a tal ponto que possam viver e trabalhar em qualquer lugar do planeta, possibilitando que o conhecimento acumulado entre gerações expusesse uma sociedade muito diversificada

A educação apresentada sob os termos da produção e do consumo projetou o ensino formal para ascensão capitalista. A organização do trabalho, sob a lógica taylorista, imprime um novo último ao processo produtivo. E a intuição do trabalhador fabril acompanhou saberes elementares, que possibilitasse o exercício de funções mecanizadas. Acumular cada vez mais capital é a condição de existência do capitalismo. Mas sob as circunstâncias do excesso de capital acompanha uma redução do lucro, fazendo com que a especulação financeira se torne o paraíso onde o capital possa aumentar exponencialmente sem passar pelos riscos da produção, o que perturba os que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Hoje, ainda persiste o contraste entre a superprodução e carência, realidade que afeta grande parte da população do planeta. A devastação da natureza e a espoliação do trabalho geram grandes estoques que precisam ser consumidos, mas não são justamente porque faltam recursos para aquisição dos produtos.

Após as Guerras Mundiais, o capitalismo seguiu se tornando cada vez mais potente e universal, penetrando na sociedade de forma que a humanidade e os trabalhadores passaram a ser orientados numa constante ameaça da exterminação total, durante a Guerra Fria. O risco de destruição completa que assolava o mundo deixou consequências, variedades crônicas dos males que eliminam vidas e a qualidade de vida das gerações presentes, destruindo as condições de sobrevivência das gerações futuras

A tradição militar do século XIX experimentou um avanço significativo da tecnologia na área militar. A experimentação das novas tecnologias que revolucionou o antigo modo de combater, proporcionou o desenvolvimento da metalurgia e da eletrônica. A invenção do motor a explosão possibilitou a substituição do transporte precário de tração animal, por modelos equipados com lâmpadas de sinalização, alarmes e controles remotos. A eletricidade, aplicada às comunicações, contribuiu com a transmissão via rádio.

Na pós-modernidade, o capitalismo se reafirma ainda mais soberano e global. Porém, os velhos problemas oriundos das contradições capitalistas gerados no passado continuam existindo no presente. E o que se aprendeu com a passagem da pré-modernidade à pós-modernidade foi que o progresso não beneficiou a todos,

problemas do passado ainda permanecem sem solução ao passo que outros surgem. O resultado disso são os conflitos que conduzem a humanidade a crises cada vez mais ameaçadoras. Dentre elas estão as de 1929, 1975 e 2008, dentre tantas de dimensões menores.

A expansão comercial europeia do século XV marcou o principal episódio na globalização mundial. O poder do Estado, ancorado no uso de aparelhos institucionais, introduz através da escola, a ideologia da classe dominante e inculca nos sujeitos as relações de produção hegemônica da sociedade europeia. Sem neutralidade, ela expressa uma ideologia universal, como ideia que promove a emancipação do sujeito, mas que na verdade, promove a reprodução da ideologia capitalista. De forma dissimulada, propõe um currículo para a formação humana plena, disposta à formação do sujeito em sua totalidade.

No período da mundialização do capitalismo financeiro, o sistema que vive de crises revela que momento de harmonia e equilíbrio não é uma regra, antes uma exceção que não contribuiu para manter o capital mais forte. O uso da tecnologia desenvolvida durante a Guerra Fria, agora se presta ao fortalecimento do capital. Na crise de 2008, grandes empresas foram absorvidas por organizações gigantescas, motivadas pela ação do capital financeiro. Nestes termos, a crise é uma regra do capitalismo prejudicial dos trabalhadores, até o momento em que a sociedade imponha limites a ele e configura subverter a ordem que mantém o funcionamento do sistema.

A partir dos anos de 1990, a globalização aprofundou as desigualdades sociais na América Latina. O que Boaventura de Souza Santos vai analisar sob a ótica do pensamento abissal, como lógica que integrou o pensamento moderno ocidental e projetou emergência de conflitos militares pós-modernos. O enfraquecimento das forças socialistas fortaleceu o capitalismo, tornando o planeta um ambiente mais perigoso. O mundo tornou-se palco das potências estrangeiras interessadas em submeter a população dos países periféricos aos seus interesses ambiciosos, circunstâncias provocadas pelo sistema capitalista. O progresso pode ser entendido como usufruir das leis da natureza, que sempre se constituiu como uma busca que motivou a constituição da própria humanidade. O conhecimento

humano sempre teve o propósito de conhecer e transformar tudo que existe ao seu redor, do microscópico ao macroscópico, da realidade material à ideal.

Mediante conjunturas históricas concretas, como consequência da formação social dada. Nestes termos, é possível imaginar que o direito à educação se desenvolveu entre gerações. Assim sendo, o ensino como direito público passa pelo acesso à escola. Da mesma forma, o direito à educação seguiu com conquistas e exigências históricas, que buscam maior qualidade no ensino oferecido; momento em que foram reconhecidos os ideais democráticos no interior do convívio escolar. No momento em que os padrões curriculares e orientações políticas asseguraram o direito subjetivo universal, a escola pública, laica e democrática, gratuita e obrigatória.

O Estado assume a tarefa de instruir a sociedade, quando coloca em prática a linguagem da escola Moderna. A tarefa suplantou os saberes populares, produzidos comunitariamente. A sociedade contemporânea trouxe a legislação que promoveu a igualdade matricial, dando acesso às oportunidades de formação, quando a escola rompe com o antigo regime. A escola desenhada pelos revolucionários franceses era tida como uma invenção e única para todos. E dessa forma, surge a escola moderna de Estado, com sistema de ensino, público, gratuito, laico, universal. Sua universalidade é atende todas as crianças e jovens, independentes de sexo, credo, e condição econômica da cidade ou do campo. O sonho republicano do ensino ministrado com base nos mesmos conteúdos,

Ao longo do século XX, o desenvolvimento da humanidade ocorre mediante conjunturas históricas concretas, avalizadas por Bobbio como consequência da democracia e da lógica da ampliação dos direitos individuais e coletivos, que se torna um obstáculo à exploração capitalista. Nestes termos, a educação seguiu como conquistas históricas, como consequência da busca na qualidade do ensino formal, quando os ideais democráticos são inseridos no interior do convívio escolar. Porém, ainda não se pode pensar num regime social que se aperfeiçoe a ponto de garantir a humanização dos indivíduos. No momento em que os padrões curriculares e orientações políticas asseguraram o direito subjetivo universal, a escola pública, laica e democrática, gratuita e obrigatória, as bases do sistema capitalista mantém as bases do progresso e questionável, levando a destruição dos seres humanos e

da natureza. Apesar de ser um período de grande crescimento na humanidade, a velocidade nas relações sociais coincide com a expansão do capitalismo pelo mundo. E o progresso em tempos atuais deve ser encarado como aquele em tempos de capitalismo. Pensar num outro tipo de dinâmica social implica na experiência histórica do oprimido, oriunda da relação mútua entre ética e educação. A ideologia Freiriana em tempos de software livre, com regras democráticas na participação e controle das redes sociais.

Na "sociedade líquida" proposta por Bauman, as mudanças nas relações humanas acompanham as incertezas do futuro. No momento que hábitos e rotinas mudam rapidamente, qualquer ação e estratégia de reação se tornam obsoletas muito rapidamente. "Sob tais condições, Edgar Morin sugere uma educação voltada para a era planetária, implicando na reflexão sobre a nova base no processo de ensino-aprendizagem. Na atualidade, o acesso à informação projeta um contexto global de um mundo que enfrenta as forças da morte e da vida. No momento em que se pensa nas perspectivas do futuro, sob a ótica da pós-modernidade, se vê a sociedade-líquida vivenciando as eras planetárias do mundo globalizado.

Falar sobre a educação do século XXI, passa inevitavelmente pela revolução tecnológica, a dialética do mundo pós-moderno e as ideias para o aprendizado no presente. O impulso à vida eletrônica envolve o adolescente predisposto a confirmar publicamente sua intimidade pelas redes sociais. No contexto em que os adolescentes são aprendizes na sociedade em rede, exibir publicamente o privado se torna uma virtude. O cenário de aprendizagem sob as circunstâncias do mundo líquido, apresenta o fim da modernidade. A sucessão à pós-modernidade, trazendo complexidade do aprendizado cultural e as indefinições no mundo do trabalho, mudanças advindas da indústria 4.0. Trata-se de incluir a robótica e a inteligência artificial, bem como, a automação e o algoritmo computacional nas demandas que configuram no mundo do trabalho.

Desde 2009, quando o Brasil debateu a internet e as possibilidades de transmissão online, as Organizações Corporativas dirigiram seu olhar para a hierarquia horizontalizada, auxiliada pelo mundo da transformação digital. O mundo líquido emerge trazendo consigo uma condição inovadora aos modelos de radiodifusão instalados no país. O processo de transformação digital sugere uma

educação líquida, que envolve as mudanças culturais na produção do conhecimento humano; atingindo, conseqüentemente, o sentido da sala de aula as novas experiências de aprendizado.

A reflexão sobre os novos arranjos sociais, que se desenvolve à luz do da pós-modernidade, exige que a escola desenvolva novas características, através das experiências significativas em busca de uma nova ordem do ensino formal. O desenvolvimento de novas habilidades humanas experimentadas pelas possibilidades do mundo conectado conduz os olhares às possibilidades do novo sistema de ensino baseado nas mídias digitais. Hoje, os nativos digitais, precisam da internet para desenvolver seu aprendizado, porém, nas conexões em rede circula muita informação que exige dos alunos uma consciência crítica, que possibilita distinguir fatos de opiniões. Os novos fundamentos educacionais exigem uma metodologia pedagógica que habilite os alunos intelectualmente, para interagir no ambiente conectado de forma seletiva, e não como meros consumidores passivos de informação fornecida pelos recursos dos dispositivos móveis disponíveis.

Na Pós-modernidade, os celulares e tablets possibilitam experiências significativas de aprendizagem; mas navegar nos ambientes virtuais exige seletividade de conteúdos para melhorar a performance estudantil. Os linchamentos virtuais são exibidos nas redes sociais através dos disparos em massa, pelo Whatsapp, Instagram e Facebook. As redes que se tornam palco de selvageria para as pessoas que se sentem autorizadas a ofender com declarações agressivas e pejorativas, mensagens difamatórias com objetivo de gerar deboche, expondo principalmente a privacidade familiar por meio da internet. Com certeza tais conteúdos não contribuíram para o desenvolvimento de uma pedagogia de ensino, nem tão pouco para o aprendizado discente. A conexão em rede faz parte do mundo global, onde os mais diversos conflitos polarizam o ambiente eventual, desafiando o ensino a projetar novos arranjos pedagógicos que fundamentam o sistema colaborativo de aprendizagem. Uma engenharia dialética que forneça os de uma relação muito mais fluida e perene entre alunos e professores, com sistema de feedback contínuo e estratégia metacognitiva, desenvolvida pelos grupos colaborativos entre profissionais de ensino. A literatura científica e a práticas didáticas inovadoras para ser implementada no sistema de ensino por grupos de

professores para construir uma nova proposta de método dentro da nova dimensão de valor no campo da educação.

E por fim, reafirmar a escola como instituição de ensino que ensina a cidadania, ambiente onde os conceitos de respeito às diferenças, e a solidariedade humana estejam presentes no método do ensino-aprendizagem e, que agora, mais do que nunca, carecem do devido aperfeiçoamento. É bem verdade que a mudança cultural vem com transmissão algorítmica e a velocidade da informação. Mas isso não significa que a tecnologia por si só vá resolver o problema do bullying nas instituições de ensino, sendo necessário a ação do professor ensinando cidadania, respeito e ética. A formação infantil com base nos conceitos de honestidade e solidariedade humana deve ser ensinada como conduta de convivência coletiva entre os alunos.

## REFERÊNCIAS

HADDAD, Sérgio, A prisão de Paulo Freire, “subversor dos menos favorecido” na ditadura. EL PAÍS. Disponível em:  
<[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/22/cultura/1571754417\\_189523.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/22/cultura/1571754417_189523.html)>.  
Acesso em: 15 out. 2021.

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. 10. ed. São Paulo. Paz e Terra, 2016.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelho ideológico do estado**. LISBOA: Editorial Presença, L.da, 1970. Disponível em:  
<<https://politica210.files.wordpress.com/2014/11/althusser-louis-ideologia-e-aparelho-s-ideolc3b3gicos-do-estado.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2021.

AMANTE, Lúcia. “As TIC na Escola e no Jardim-de-infância: motivos e factores para a sua integração”, **Revista de Ciências da Educação**, nº 3: pp. 51-64, 2007. Disponível em:  
[http://www.letstry-ict.eu/press/As\\_TIC\\_na\\_Escola\\_e\\_no\\_Jardim\\_de\\_Inf\\_\\_ncia\\_\\_motivos\\_e\\_factores\\_para\\_a\\_sua\\_integra\\_\\_\\_\\_o.pdf](http://www.letstry-ict.eu/press/As_TIC_na_Escola_e_no_Jardim_de_Inf__ncia__motivos_e_factores_para_a_sua_integra____o.pdf). Acesso em: 15 out. 2021

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 7 .ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Disponível em: <http://direitofma2010.wordpress.com>

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, 1999.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acessado em: 1 de nov. 2021

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégia para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2019

CITELLI, Adilson. “Comunicação e Educação: o problema da aceleração temporal”. *In*: NAGAMINI, Eliana (org). **Questões teóricas e formação profissional em Comunicação e Educação**, série Comunicação e Educação. Volume 1. Ilhéus: Editus, 2016. Paginação, 11 a 25. Disponível em:

[http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2017/serie\\_comunicacao\\_educacao\\_vol1.pdf](http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2017/serie_comunicacao_educacao_vol1.pdf).

Acesso em: 15 out. 2021

CLANCHE, Pierre. “As marcas identificável da pedagogia Freinet no sistema escolar francês: nível das atitudes e das posturas pedagógicas e didáticas, nível das técnicas”. *In*: MORAIS, Maria de Fátima (Org). **Freinet e a escola do futuro**, Recife: Bagaço, 1997. P, 17-32.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DALCOLMO, Margareth Pretti. “Humanismo médico: um novo humanismo na medicina”. *In*: NEVES, José Roberto de Castro (Org.). **O mundo pós- pandemia**: reflexões sobre uma nova vida, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020, p. 21-30.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FRANCO, Gustavo H.B. “Economia: pistas sobre o que vai ser”. *In*: NEVES, José Roberto de Castro (Org.). **O mundo pós- pandemia**: reflexões sobre uma nova vida, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020, p. 31- 40.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GILDER, George. **Vida após o google**: a queda do big data e a ascensão da economia Blockchain. 2. ed. Rio de Janeiro. Alta Cult, 2021.

GOIS, Antônio. “Educação: incertezas, possibilidades e o que haverá sólido na educação depois da pandemia”. *In*: NEVES, José Roberto de Castro (Org.). **O**

**mundo pós- pandemia:** reflexões sobre uma nova vida, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020, p 107- 112.

GREENSPAN, Alan; WOOLDRIDGE, Adrian. **Capitalismo na América: uma história**. 2. ed. Rio de Janeiro. Record, 2020.

GUIMARÃES, Miguel Pinto. “Urbanismo: a cidade pós-pandêmica”. In: NEVES, José Roberto de Castro (Org.). **O mundo pós- pandemia:** reflexões sobre uma nova vida, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020, p. 59 -74.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Schwarcz LTDA., 1998.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções:** Europa 1789-1848. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2003.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologia:** o novo ritmo da informação. 4. ed. Campinas: Papirus., 2014.

KEUNZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

LUXEMBURG, Rosa, **A acumulação do capital:** estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

LEMONS, Mariana; LAMIR, Daniel “**Paulo Freire e a Educomunicação nasceram simultaneamente**”, afirma o professor Ismar Soares. Brasil de Fato. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/20/paulo-freire-e-a-educomunicacao-nasceram-simultaneamente-afirma-o-professor-ismar-soares>. Acesso em: 15 out. 2021.

MacMILLAN, Margaret. **A primeira guerra mundial**. 1. ed. São Paulo. Globos Livros, 2014.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1980..

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio:** notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HOFF, Paulo M. “ SAUDE: saúde no mundo pós covil-19 que vadis? ”. In: NEVES, José Roberto de Castro (Org.). **O mundo pós- pandemia:** reflexões sobre uma nova vida, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020, p. 326- 338.

PEREIRA, Merval. “Política: novas prioridades”. In: NEVES, José Roberto de Castro (Org.). **O mundo pós- pandemia**: reflexões sobre uma nova vida, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020, p. 56 - 58.

POLANYI, KARL, **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio De Janeiro: Campus, 2000.

POMAR, Valter. **Socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 45. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RUIZ, Maria José Ferreira. “A escola estatal capitalista e a educação do trabalhador”. **Trabalho & Educação** | Belo Horizonte, v. 23, n.1, p. 119-137, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9082/6531>. Acesso em: 15 out. 2021

SMITH, Adam, **A riqueza das nações**: investigação sobre a natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Disponível em:

<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Smith.%20Adam/A%20Riqueza%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es.%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Sobre%20Sua%20Natureza%20e%20Suas%20Causas%20-%20Vol.%20I.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

SOARES, Leonardo Humberto *et al* . “A autoridade docente e a sociedade da informação: o papel das tecnologias informacionais na docência”. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 106: pp. 88 -109, 2020.

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/MgFHqVxQRrHQjLKMWhCxymv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para Além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, in: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra; Almedina. SA, 2009. Paginação, 21 a 57. Disponível em:

[http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias\\_do\\_sul\\_boaventura.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf). Acesso em: Acesso em: 15 out. 2021.

SEGURADO, Rosemary. “Política da Internet: a regulamentação do ciberespaço”, **REVISTA USP**, n.90: p. 42-57, 2011. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34011/68082>. Acesso em: 15 out. 2021.

SOUSA, Jessé. **A classe média no espelho**: seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUSA, Jessé. **A guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

SOUSA, Jesus Maria; Fino, Carlos Nogueira. “As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional”, **Educação e Cultura Contemporânea**, 5 (10): p.11-26, 2008. Disponível em:  
<http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/9.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

VIEIRA, Lerche Vieira; VIDAL, Eloísa Maia. “Política de financiamento da educação no Brasil: uma (re)construção histórica”. **Em Aberto, Brasília**, v. 28, n. 93, p. 17-42, 2015. Disponível em:  
<<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2519>>. Acessado em 01.de nov. 2021.

VOLPON, Tony. **A globalização e a política: de FHC a Lula**. Rio de Janeiro: Revan, 2003